

1926-2026: centenário da Plataforma de Archinov
da Síntese anarquista
e da Carta de Lyon

“Reflexões sobre o ‘plataformismo’ e o ‘síntesismo’”

René Berthier¹

O presente texto foi elaborado por ocasião do centenário da redação da Plataforma organizacional da União Geral dos Anarquistas, chamada de Archinov. É constituído em parte pelos textos que já tinha escrito, eventualmente modificados, em outra parte por passagens que escrevi para a ocasião. Embora a questão do “plataformismo” e do “síntesismo” esteja longe de constituir o essencial das minhas preocupações, este documento é, de certa forma, uma síntese das reflexões que dediquei à questão durante muito tempo.

Por sorte, o ano de 1926 viu a publicação de outros dois textos, *Synthese anarchiste* de Voline (seguido de perto pelo de Sébastien Faure) e a carta de Lyon da CGT-SR. A coincidência desses três textos não é fortuita; resume os debates que ocorreram dentro do movimento anarquista e do movimento operário no pós-guerra, durante os quais houve profundas recomposições nos movimentos sociais.

A ideia geral que emerge das minhas reflexões é que, desde o início, o debate “plataformismo-síntesismo” não tinha, intrinsecamente, nenhum interesse senão destacar a situação dramática do movimento libertário da época. É por isso que insisto muito nas questões de contexto.

1 Estou bem ciente de que este documento, escrito numa língua que não é a minha língua materna, está escrito em português imperfeito. Por isso, peço aos leitores de língua portuguesa que me desculpem. No entanto, espero que compreendam o impulso geral do meu discurso.

Mas se a Plataforma teve muito pouca influência sobre o movimento anarquista no momento da sua publicação, é talvez também porque não era adequada: é a produção de um grupo de militantes russos e ucranianos que lutaram com as armas na mão em um ambiente que não tem nada em comum com o da Europa ocidental e que desembarcam na França sem saber muito do movimento operário e que não entendem a natureza do sindicalismo revolucionário. Quanto à síntese anarquista, na medida em que seu próprio “inventor” desde o início fez a constatação de seu fracasso, podemos nos questionar hoje sobre a pertinência de um debate sobre a questão.

A fixação dos protagonistas sobre o suposto debate “Plataforma/Síntese” contribuiu para paralisar a reflexão sobre a crise do movimento anarquista, descartando o fato de que a solução desta crise estava talvez em outro lugar, que era no fundo extremamente simples, que consistia em definir as modalidades da intervenção dos anarquistas na classe operária e o tipo de relação entre organização anarquista e organização de massas.

* * * * *

O fracasso do movimento anarquista em se afirmar durante a revolução russa suscitou, nos anos seguintes, uma reflexão entre alguns atores do movimento sobre as razões desse fracasso e sobre as estratégias a adotar para reorganizá-lo. Voline, Makhno e Archinov todos perceberam a dificuldade do movimento anarquista em enfrentar seus desafios, e chegaram à conclusão de que era necessário realizar reformas significativas. Este debate se materializou em torno da “Síntese anarquista” e da “Plataforma de Archinov”.

A “Plataforma organizacional da União geral dos anarquistas”, chamada “Plataforma de Archinov”, na realidade assinada por cinco personas², foi forjada no âmbito do debate que animou os refugiados anarquistas russos em França, que tentaram tirar as lições do fracasso do movimento anarquista em enfrentar suas tarefas durante a revolução. Rapidamente, o debate ultrapassou o quadro estrito da **mobilidade** dos refugiados russos e se estendeu a todo o movimento anarquista europeu, e muito além.

No momento da publicação da “Plataforma”, a revolução russa já tinha afetado em grande medida o movimento operário internacional. A corrente sindicalista revolucionária, que ainda mantinha um poder real após a guerra, se encontrou dividida entre uma tendência que tinha apoiado o projeto

2 Archinov, Makhno, Ida Mett, Valesvsky et Linsky.

bolchevique e a adesão do movimento sindical à Internacional Sindical Vermelha (o equivalente sindical da Internacional Comunista) e aqueles que tinham compreendido a natureza real do novo sistema soviético.³

Foi Voline o primeiro, já em 1924, que iniciou esta reflexão elaborando a ideia de uma “síntese” no entanto muito diferente daquela proposta por Sébastien Faure alguns anos mais tarde.

Os redatores da “Plataforma”, que tinham diante dos olhos um movimento anarquista **grandemente impregnado** pelo individualismo, mesmo na sua versão anarquista comunista, pretendiam propor uma renovação do movimento anarquista colocando-o de volta nos trilhos da luta de classes e reafirmando-o como um movimento político: o anarquismo, afirmavam os redatores da Plataforma, é uma corrente do movimento operário e deve ser separada das influências burguesas.

A violência desta atitude não pode ser compreendida sem ter em mente o estado do movimento libertário francês da época. O que Jean Grave dizia em 1911 ainda era verdade em 1925: ele tinha feito, em *Les Temps nouveaux*, uma espécie de diagnóstico do movimento operário francês que deixa o leitor hoje perplexo. A leitura deste artigo parece-me indispensável para compreender o ambiente em que militantes como Makhno e Archinov se encontraram e o estado de decadência do movimento anarquista da época.⁴

3 R. Berthier, “Histoire de l’Internationale syndicale rouge”, *Monde libertaire* online, [https://www.monde-libertaire.net/?article=4735&article=Histoire : L’Internationale syndicale rouge \(1ere partie](https://www.monde-libertaire.net/?article=4735&article=Histoire%3A%20L’Internationale%20syndicale%20rouge%20(1ere%20partie))

4 Jean Grave, *L’Entente pour l’action*, <https://monde-nouveau.net/spip.php?article521>

Lê-se em particular:

“...o espírito de proselitismo, que animava os primeiros anarquistas, falta nos novos, e é a esta ausência que se devem atribuir os motivos de inação da maioria dos que se dizem anarquistas. Este desaparecimento do espírito de proselitismo tem várias causas. cuja principal é uma má digestão das ideias, e, sobretudo, ao trabalho nefasto realizado por aqueles que se intitulam “individualistas”, mas que eu chamo de burgueses fracassados, aos quais só falta o capital para fazer os tipos mais realizados do muflo explorador. Sob o pretexto de que “o indivíduo é tudo, que ele prima tudo”, foi argumentado que, para o indivíduo, a melhor maneira de trabalhar para mudar o estado social era primeiro trabalhar para libertar-se”, coisa excelente em si mesma, mas por qualquer meio, o que justificava todos os apetites. Além disso, esta exaltação do indivíduo não foi sem descarrilar alguns cérebros fracos; acrescente-se algumas leituras mal digeridas, e temos esse tipo de anarquistas que pretendem ensinar

Em outro documento escrito cerca de cinquenta anos após o de Grave, Gaston Leval faz também um diagnóstico do movimento anarquista que mostra que a situação não tinha mudado muito.⁵ Estes aspectos do movimento anarquista francês tiveram de chocar Archinov e Makhno, mas o movimento anarquista francês não podia em caso algum ser reduzido a isto... Com efeito, muitos militantes eram extremamente ativos no seio do movimento operário e no movimento sindical.

Sem dúvida o movimento anarquista da época foi afetado pelas posições severamente anti-intelectualistas da Plataforma. No final da década de 1920, havia muitas correntes no movimento anarquista que preconizavam o individualismo, o vegetarianismo, o nudismo, o amor livre, etc. Estas diferentes correntes eram em si perfeitamente legadas: o que era contestável, foi quando os militantes chegaram a considerar que a emancipação humana só podia ser feita através do individualismo, do vegetarianismo, do nudismo, etc.

O movimento anarquista, e em particular o movimento anarquista francês, estava totalmente impregnado do individualismo anarquista, mesmo na sua corrente comunista. Se o individualismo anarquista teve um papel inegável na propaganda em favor do que alguns anarquistas chamarão mais tarde com desdém de “lifestyle”: a educação, a saúde, a higiene, o feminismo, a contracepção etc., Ele também teve um papel paralisante, opondo-se a qualquer forma de organização.

O individualismo anarquista, foi o chamado H. Croissant que, no congresso internacional anarquista de Amsterdã decretou: “Meu lema é: Eu, eu, eu... e os outros depois!” E o dito Croissant precisa: “A organização tem como resultado fatal limitar, sempre mais ou menos, a liberdade do indivíduo.” O individualismo anarquista, era André Lorulot que, aproximadamente na época da repressão da insurreição de Cronstadtite, fazia palestras sobre o tema “Nossa inimiga, a mulher”: ele explicava que a frivolidade das mulheres impedia os homens de militar, e muitas outras bobagens.⁶ Os relatos da época diziam que a participação nessa conferência era tão importante que havia pessoas fora da sala. Um velho camarada me contou que, por ocasião de uma dessas conferências realizadas em Conflans-Sainte-Honorine, May Piqueray, uma militante anarquista e

tudo aos outros, sem a necessidade de se autoinculparem.”

5 Gaston Leval, “La crise permanente de l’anarchisme”, *Cahiers de l’humanisme libertaire*, août-septembre 1967.

https://monde-nouveau.net/IMG/pdf/Leval_Crise_permanente.pdf

6 <https://monde-nouveau.net/spip.php?article140>

feminista muito conhecida, gratificou o confessor com uma magistral bofetada.

É certo que Lorulot não era representativo do conjunto do movimento anarquista francês, muitos dos quais militantes eram ativos no movimento operário. No entanto, em geral, o movimento anarquista estava, antes da guerra, a abandonar o movimento operário. Pode-se ler na imprensa anarquista da época, nomeadamente no *Les Temps Nouveaux*, artigos que fazem esta constatação, que não era apenas válida para a França. Num artigo intitulado “Anarchisme et syndicalisme” (*Les Temps Nouveaux*, 28 de dezembro de 1907), Malatesta faz também esta constatação. O final do seu artigo tem algo irreal. O militante italiano reconhece que “a culpa de ter abandonado o movimento operário fez muito mal à anarquia”, mas acrescenta, como consolação, que pelo menos isso “a deixou pura com seu caráter distintivo”! Esta é uma atitude que devia parecer inaceitável para homens como Makhno e Archinov.

A vigorosa rejeição do individualismo pelos redatores da Plataforma pode, portanto, ser perfeitamente interpretada como uma reação de classe dos proletários contra aqueles que eles percebiam como pequenos burgueses.

Um congresso anarquista teve lugar em Paris em 1913, cujo objectivo era reunir o movimento libertário francês. Foi uma tentativa tardia de criar uma organização anarquista específica, enquanto os anarquistas em geral se reuniram nos sindicatos, em torno de jornais, em grupos dispersos. Foi assim que se constituiu a Federação Comunista Revolucionária Anarquista (FCRA) cujos estatutos garantiam “a independência dos indivíduos no seio do grupo e a autonomia dos grupos no seio da Federação”. A Primeira Guerra Mundial pôs fim a este projeto. Nesse congresso de 1913, uma personalidade conhecida da corrente individualista, Mauricius, fez longa obstrução aos debates antes de ser privado da palavra e expulso da sala. Jean Grave anunciou que ele *se retiraria do congresso se os individualistas permanecessem lá*. Pierre Martin, do *Libertaire*, declarou ao seu endereço: “Entre vós e nós não há nenhum acordo possível.” Sébastien Faure destacou o “abismo intransponível” [Sublinho] que separava as concepções comunistas e individualistas. Este congresso, realizado logo após o caso Bonnot, foi marcado por uma vigorosa tomada de distância com o individualismo. É ainda mais irônico que Sébastien Faure, tendo expulso o

individualismo pela porta em 1913, o reintroduziu pela janela na sua “Síntese” em 1928.⁷

A questão do individualismo pesava fortemente sobre o movimento anarquista. O famoso congresso anarquista internacional de Amsterdam de 1907, conhecido sobretudo pelo seu debate Malatesta-Monatte sobre o sindicalismo, foi na realidade dedicado sobretudo à questão do voto, às relações entre liberdade e organização. Este debate foi encerrado por Malatesta, que tentou reduzir as divergências entre posições na realidade inconciliáveis: o seu argumento segundo o qual os “anti-organizadores” podem, por vezes, organizar-se melhor do que os “organizadores” não é evidentemente muito convincente. Encontrar-se-á a mesma posição conciliadora no relato que fará mais tarde Malatesta em *Les Temps Nouveaux*; ele não verá nas posições presentes “nenhuma dissensão fundamental”⁸.

Luigi Fabbri tinha uma posição mais realista. Ele acreditava que nenhum acordo era possível entre os partidários da organização e os individualistas, sendo este último incompatível com a “ideia-mãe”⁹ do anarquismo: “a divisão que existe sobre este ponto entre os anarquistas é muito mais profunda do que se pensa e supõe também uma *inconciliável discordância teórica*”.¹⁰ Esta tomada de distância com o individualismo será feita com a mesma firmeza no congresso dos anarquistas franceses de 1913, realizado em Paris. Fabbri está visivelmente irritado por aqueles que (como Malatesta), declaram que no fundo todos estão de acordo, o objetivo perseguido é o mesmo, as divergências dizem respeito apenas à tática.

Num relatório que fez do congresso de Amsterdã, publicado em *Les Temps Nouveaux* de 21 a 28 de setembro de 1907, Malatesta faz grandes esforços para minimizar as divergências:

“E a conclusão foi (ou pelo menos assim me pareceu) que – exceto os místicos da não-resistência que não têm domínio sobre as massas e que os governos se encarregam,

7 S. Faure e Mauricius colaboraram na oposição à guerra em 1914: supõe-se que isso criou laços e aproximações.

8 *Les Temps Nouveaux*, 28 septembre 1907, p. 2.

9 Luigi Fabbri, “L’Organisation anarchiste”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article578>

10 *Ibid.*

infelizmente! recordar a realidade da luta, salvo alguns extravagantes, que servem talvez, como fazem muitas vezes os extravagantes, para abrir novos caminhos ao pensamento e à ação do futuro, mas que não contam muito entre as forças atualmente em ação; e exceto alguns indivíduos, burgueses de fato e em aspiração, que se chamam anarquistas para impressionar as senhoras do seu mundo – todos nós, anarquistas revolucionários, quer nos chamemos individualistas ou comunistas, organizadores ou anti-anarquistas organizadores e quaisquer que sejam as nossas concepções teóricas, na realidade estamos todos de acordo na prática; queremos todos a mesma coisa e mais o meno pelos mesmos meios.”

Fabbri não pensa como Malatesta que “a querela entre individualistas e societaristas [...] é apenas uma querela de palavras”¹¹; ao contrário, pensa que “sob o verniz aparente da comunidade de três ou quatro ideias [...] há uma diferença enorme na concepção de cada uma dessas afirmações teóricas”.¹²

Vê-se, portanto, que as questões levantadas pelos partidários da Plataforma em 1926 e, em particular, o seu questionamento do individualismo anarquista, tiveram suas premissas vinte anos antes.

O relato do congresso de unificação feito por *Les Temps Nouveaux* de 23 de agosto de 1913, e os comentários que se lhe seguem relatam longamente a questão sindical. Lê-se aí “que é importante que os anarquistas se misturem com os sindicatos a fim de semear ali sentimentos revolucionários e a ideia da greve geral expropriadora”. Na sequência deste congresso que, finalmente, viu-se estabelecer uma (muito relativa) coesão entre os anarquistas franceses, tiveram lugar numerosas conferências regionais. Notemos, no entanto, que a federação do Sudeste, que realizou seu congresso em Lyon, admitia todas as tendências – inclusive individualistas – mas se opunha à ação sindical...

11 *Les Temps Nouveaux* des 21-28 septembre 1907.

12 Luigi Fabbri, “L’Organisation anarchiste”, Rapport présenté au Congrès anarchiste italien de Rome (16-20 juin 1907) et au Congrès anarchiste international d’Amsterdam (24-31 août 1907)
<https://fr.anarchistlibraries.net/library/luigi-fabbri-l-organisation-anarchiste>

Foi apenas em 14 de novembro de 1920 que se constituiu uma nova organização anarquista: a União anarquista, que reuniu várias federações regionais, incluindo a Federação regional parisiense, fundada em dezembro de 1918. A União Anarquista tinha uma atividade real dentro da classe trabalhadora. Os seus militantes condenaram a União sagrada e, embora apoiassem a revolução russa, distanciavam-se do governo comunista e da Terceira Internacional.

Os militantes da UA estavam empenhados na Confederação Geral do Trabalho Unitária, na qual se opõem à tendência pró-comunista. No primeiro congresso confederado da CGTU, que se realizou em Saint-Étienne em junho de 1922, os sindicalistas afiliados à UA apoiam a moção do sindicalista revolucionário “ortodoxo” Pierre Besnard contra a moção Monmousseau (sindicalista revolucionário pró-Moscou).¹³ Depois de serem derrotados, os anarquistas da UA permanecem um tempo na CGT antes que muitos deles decidam voltar para a CGT. Apenas alguns escolherão juntar-se à CGT-Sindicalista revolucionária criada em 1926.

Em julho de 1926, a União anarquista comunista adota um manifesto que tenta conciliar o individualismo e o comunismo libertário, mostrando assim a preeminência do individualismo sobre o movimento anarquista. Mas em 1927 a organização afirma-se comunista libertário, associa-se à Plataforma e renomeia-se União Anarquista Comunista Revolucionária (UACR). No entanto, a organização abandonou a referência à Plataforma em 1930.¹⁴

Em 1928, uma divisão da UACR forma a Associação das Federações Anarquistas (AFA) que adota o princípio da Síntese de Sébastien Faure.

13 Após a guerra, havia na CGT uma forte minoria revolucionária (40%) oposta à direção confederal que tinha apoiado a União Sagrada. Esta minoria era composta principalmente por sindicalistas revolucionários, mas também por comunistas. Em 1922 a minoria revolucionária se separou em grande parte por causa da repressão exercida contra ela pela direção confederativa: assim foi formada a CGT-U (U para “unificada”). Os sindicalistas revolucionários perderam a maioria quando uma parte do movimento se aliou aos comunistas e decidiu apoiar a adesão da nova central à Internacional Sindical Vermelha, o equivalente sindical da Internacional Comunista.

14 Guillaume Davranche, “1927 : Avec la Plate-forme, l’anarchisme tente la rénovation”, *Alternative libertaire*, décembre 2007
<https://archive.wikiwix.com/cache/index2.php?url=https%3A%2F%2Fwww.alternativelibertaire.org%2F%3F1927-Avec-la-Plate-forme-l#federation=archive.wikiwix.com&tab=url>

Assim, a década que se seguiu ao fim da guerra mostrou uma organização anarquista instável, marcada por cisões, mudanças de denominação e princípios organizacionais.

1. – APRESENTAÇÃO

A “síntese” de Voline

A primeira formulação da ideia de “síntese anarquista” vem de Voline, em um texto escrito em 1924,¹⁵ ou seja, antes da redação da plataforma de Archinov, e não tem muito a ver com a de Sébastien Faure. A “síntese” de Voline e a “plataforma” surgem da mesma constatação das carências do movimento anarquista durante a revolução russa. Constando as divisões internas, tanto teóricas quanto organizacionais, do movimento anarquista na Rússia, Voline propõe uma reflexão visando realizar uma síntese do que ele considera serem os diferentes correntes do movimento: anarquista comunista, anarco-sindicalista, individualista. Essas correntes estão inter-relacionadas e próximas umas das outras, diz Voline, elas existem apenas devido a um mal-entendido artificial. Portanto, é necessário fazer uma síntese teórica e filosófica das doutrinas sobre as quais elas se baseiam, após o que se poderá fazer a fusão e considerar a estrutura e as formas precisas de uma organização representando essas três correntes.

Não se trata de considerar uma *organização* na qual se reuniriam correntes sindicalistas, comunistas libertários e individualistas, estruturadas como tais e supostas viver em boa inteligência e tolerância. Trata-se de definir as *ideias principais* do anarquismo, ou seja, o princípio sindicalista como “método da revolução social”, o princípio comunista como “base de organização da nova sociedade em formação” e o princípio individualista, ou seja, a ideia de que “a emancipação total e a felicidade do indivíduo são o verdadeiro objetivo da revolução social e da nova sociedade.” Portanto, não se trata de “anarquismo individualista” como uma corrente específica do movimento anarquista, mas da emancipação do indivíduo como objetivo da revolução social. Isso não é de forma alguma a mesma coisa. Ninguém pode se opor a isso.

Voline, Makhno e Archinov compartilhavam a mesma ideia inicial: a necessidade de unificar o movimento anarquista, que estava dividido e

15 “De la Synthèse”, *La Revue Anarchiste*, Mars-Mai 1924.

ineficaz. A diferença estava no método para alcançar a unidade. Os “plataformistas” consideravam que apenas o anarquismo-comunista era o movimento anarquista, o individualismo sendo uma ideologia burguesa.¹⁶ Hoje ainda, muitos grupos plataformistas consideram que tudo o que não é plataformista simplesmente não é anarquista.¹⁷

Assim como Makhno e Archinov, Voline estava ciente das falhas do movimento anarquista da época e queria mudá-lo. Em sua “síntese” elaborada em 1924, Voline considerava que a unidade do movimento anarquista poderia ser alcançada por meio de um esforço de *clarificação teórica* envolvendo uma reflexão coletiva entre todas as correntes do movimento. Ele não queria que as diferentes vertentes do anarquismo vivessem lado a lado indefinidamente, se tolerando mutuamente; ele acreditava que, após um período de debate, elas se fundiriam em algo diferente e superior – que é precisamente o sentido de uma “síntese”. Na síntese de Voline, havia algo dinâmico, as coisas precisavam evoluir.

A Plataforma de Archinov

Para entender o processo que levou alguns refugiados russos e ucranianos a reconsiderar os fundamentos teóricos e práticos do anarquismo, parece-me necessário voltar à situação do movimento anarquista na Rússia e na Ucrânia.

O movimento libertário russo havia importado as divisões e polêmicas do movimento libertário europeu. A revolução de 1905 não havia suscitado questionamentos estratégicos nem organizacionais – se é que o movimento da época era capaz de tais considerações. Os princípios organizacionais permaneciam o livre acordo entre os indivíduos e a união livre dos grupos segundo suas afinidades. As decisões do congresso, quando existiam, não vinculavam ninguém. As funções de ligação ou coordenação não podiam ser confiadas a comitês. A unanimidade era o único meio de chegar a uma decisão e, se não fosse possível chegar a um acordo, nenhuma decisão era tomada. A ideia de um jornal que expressasse uma posição geral não era

16 Um ponto de vista que Bakunin compartilhou. A ideia de que possa existir um anarquismo individualista lhe teria parecido aberrante na medida em que o anarquismo continha uma teoria do indivíduo, integrada de maneira natural (holística) num conjunto doutrinário coerente.

17 Este fato foi-nos confirmado muito claramente pela maioria dos camaradas latino-americanos que encontramos em Saint-Imier.

concebível, pois qualquer publicação só podia representar o ponto de vista do grupo editorial.¹⁸

“Todas essas posições foram emitidas durante uma assembleia de comunistas libertários russos no exílio, em 1906, em Londres. É, de certa forma, uma atualização teórica do anarquismo, considerando a revolução russa de 1905, e em sintonia com a orientação geral do movimento internacional.”¹⁹

O movimento libertário russo enfrentará, portanto, a revolução em 1917 com concepções que limitam a organização a um conglomerado de grupos autônomos. É compreensível que, nessas condições, tenha se mostrado incapaz, apesar de um número inicial bem superior, de fazer frente ao bolchevismo.

Um anarquista russo, Novomirski, tentou tirar lições de 1905, inspirando-se no sindicalismo revolucionário francês, e elaborou um programa anarco-sindicalista. Parece que foi ele quem inventou o termo. Ele propôs uma organização geral dos anarquistas no plano russo e internacional, libertando-se das generalidades habituais. A organização deve ser uma “organização política no melhor sentido da palavra, pois deve aspirar a se tornar a força política necessária para quebrar a violência organizada que representa o Estado.” Novomirski propõe construir um Partido Anarquista Operário de maneira semelhante ao que Pouget na França queria fazer com a CGT, tornando-a o “partido do trabalho”.²⁰ Esse partido deveria ter uma plataforma teórica sem a qual é “impossível alcançar a unidade de ação”, bem como concepções táticas que atendam às necessidades dos trabalhadores. A luta armada contra o terror governamental deve ser acompanhada de uma organização econômica através de sindicatos revolucionários: “É indispensável elaborar um programa e uma tática claros e, com base em princípios gerais desse

18 Edilene Toledo observa para o Brasil que “a tarefa essencial do militante era discutir o anarquismo com outros anarquistas e falar ou escrever em jornais, comícios, campanhas e conferências” e que “o sonho de cada grupo era ter o próprio jornal.» (*Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 46.) O mesmo se verifica em França.

19 A. Skirda, *Autonomie individuelle et force collective*, éd. A.S., p. 103.

20 Cf. “La CGT”, suivi de “Le Parti du travail”, préface de Jacques Toublet, éditions CNT région parisienne, 1997.

programa e tática, unir todos os elementos saudáveis do anarquismo russo em uma única federação: o Partido Operário Anarquista.”

Novomirski preconiza o boicote às instituições estatais, ao exército e ao parlamento, e “a proclamação, nas aldeias e cidades, de comunas operárias com sovietes de deputados operários, na qualidade de comitês industriais, à sua frente”.

Se as reflexões de Novomirski, feitas em 1907, podem ser consideradas uma tentativa de tirar o balanço da revolução de 1905, essa abordagem teve um equivalente no nível internacional, no mesmo ano, durante o congresso anarquista internacional de Amsterdã, marcado pelas posições de Amédée Dunois, que fez uma crítica virulenta aos aspectos mais absurdos do anarquismo da época: a oposição à organização e o individualismo. A iniciativa individual, que supostamente deveria ser suficiente para tudo, diz ele, resulta na negação da luta de classes; toda ação coletiva é rejeitada sob o pretexto de que a organização é concebida, em si, como uma forma de opressão do indivíduo.

“A revolução social não pode ser senão a obra da massa. Mas toda revolução é necessariamente acompanhada de atos que, por seu caráter – de certa forma técnico – não podem ser senão o feito de um pequeno número, da fração mais destemida e mais instruída do proletariado em movimento. Em cada bairro, cada cidade, cada região, nossos grupos formariam, em período revolucionário, tantas pequenas organizações de combate, destinadas à realização das medidas especiais e delicadas que a grande massa, muitas vezes, é incapaz de realizar.”²¹

Dunois recoloca o anarquismo no campo da luta de classes, como teoria revolucionária da classe trabalhadora. Fazendo eco, sem dúvida, à rejeição, pelos social-democratas, da participação dos anarquistas nos sovietes, em 1905, o relatório do congresso declara que não será “mais possível para nossos adversários social-democratas invocarem nosso antigo ódio a

21 Intervenção de Amédée Dunois, in *Anarchisme & Syndicalisme, le congrès anarchiste international d'Amsterdam*, Nautilus/Éditions du Monde libertaire, p. 159.

qualquer forma de organização para nos banir do socialismo sem mais nem menos.”²²

Vemos aqui como o individualismo pesa sobre a imagem do anarquismo.

Os avisos de Novomirski e de alguns outros não modificaram fundamentalmente as práticas do movimento libertário russo antes da revolução. Essas práticas evoluíram após 1917 e geraram um vasto movimento de interesse na classe trabalhadora, mas já era tarde demais. Desde os primeiros anos da revolução, militantes libertários – mas também muitos trabalhadores sem partido – denunciavam, em congressos, a burocratização, a substituição do partido pela classe trabalhadora, o capitalismo de Estado, a contra-revolução bolchevique. Esses militantes, certamente, não desenvolveram uma teoria acabada da burocracia, como outros puderam fazer com mais calma, mas levantaram a questão de forma extremamente clara.

Archinov questionou o fracasso do movimento anarquista russo e tentou tirar conclusões práticas a partir disso.²³ Ele fez, de qualquer forma, uma crítica impiedosa ao movimento. Certamente, Archinov constata que “nenhuma teoria político-social poderia se fundir tão harmonicamente com o espírito e a orientação da revolução. As intervenções de oradores anarquistas em 1917 eram ouvidas com uma confiança e uma atenção raras pelos trabalhadores”. Mas, diz ele,

“Pode ter parecido que a união do potencial revolucionário dos trabalhadores e camponeses, e da potência ideológica e tática do anarquismo, representaria uma força à qual nada poderia se opor. Infelizmente, essa fusão não ocorreu. Anarquistas isolados às vezes realizaram uma atividade revolucionária intensa entre os trabalhadores, mas não houve uma organização anarquista de grande escala para conduzir ações mais contínuas e coordenadas (exceto pela Confederação do Nabat e pela Makhnovchtchina na Ucrânia).

22 O texto de Novomirsky chama-se “Du programme de l’anarcho-syndicalisme”, Odessa, 1907. [*Iz programmi sindikalnogo anarkhizma*, New York: 1907] Il est cité par A. Skirda, *Autonomie individuelle et force collective*, p. 105.

23 Existe um site dedicado aos arquivos de Nestor Makhno, onde se pode encontrar toda a literatura sobre a revolução na Rússia e na Ucrânia, o movimento makhnovista, a plataforma de Archinov, etc.:

<https://www.nestormakhno.info/french/index.htm>

Somente uma tal organização poderia ter ligado ideologicamente os anarquistas e os milhões de trabalhadores.²⁴

Infelizmente, diz ainda Archinov, os anarquistas se limitaram, na sua maioria, a atividades restritas de pequenos grupos; não saíram de suas conchas grupais, “em vez de se orientarem para ações e palavras de ordem políticas de massa”. Preferiram “se afogar no mar de suas querelas internas” e não tentaram uma única vez “formular e resolver o problema de uma política e uma tática comuns do anarquismo”. “Por essa carência, condenaram-se à inação e à esterilidade durante os momentos mais importantes da Revolução Social”.

As causas desse estado catastrófico residem na dispersão do movimento, na desorganização, na ausência de uma tática coletiva, que quase sempre “foram erigidas como princípio entre os anarquistas”. Essa experiência trágica “levou as massas trabalhadoras à derrota”, enquanto estavam instintivamente atraídas pelo anarquismo, “mas só trabalharão com o movimento anarquista quando estiverem convencidas de sua coerência teórica e organizacional”.

Para os redatores da Plataforma, a repressão do governo comunista não foi a única responsável pelo fracasso dos anarquistas, mas também “a impotência interna do próprio movimento anarquista”,²⁵ o caráter vago e indeciso que caracterizava a doutrina e, sobretudo, a organização e as táticas anarquistas. O estado de desorganização permanente do movimento libertário tornara seus esforços estéreis. É isso que Archinov explica em um texto publicado em 1923: a repressão bolchevique foi apenas uma das causas, sendo a outra “a ausência de um programa prático determinado após a revolução”.²⁶

Nesse debate, os pontos de vista de Makhno e Archinov e os de Voline e seus amigos são geralmente considerados opostos, a amplitude da polêmica em torno do assunto o confirma. Na verdade, estamos um pouco diante da

24 “Les 2 Octobres”, *op. cit.* p. 193.

25 Groupe d’anarchistes russes à l’étranger, *La Réponse aux confusionnistes de l’anarchisme* (Paris, août 1927) in A. Skirda, *Autonomie individuelle et force collective : les anarchistes et l’organisation de Proudhon à nos jours*, pp.296-297.

26 “Les problèmes constructifs de la révolution sociale”, 1923, in *les Anarchistes russes et les soviets*, Spartacus, p. 198.

questão da garrafa meio cheia ou meio vazia. De fato, Voline terá uma abordagem similar, mas inversa: em vez de apresentar o problema da organização como solução, ele dirá: primeiro é preciso esclarecer a teoria.

Ignora-se quais são as razões profundas da oposição vigorosa entre as duas opções, mas uma abordagem razoável deveria consistir em abordar simultaneamente as duas abordagens, organizacional e teórica, cada uma apoiando a outra. É verdade que a Plataforma não é sutil, na medida em que afirma que os comunistas revolucionários devem se separar claramente de outras correntes, em particular do individualismo, a fim de se organizarem sobre bases “taticamente e ideologicamente homogêneas”. A tendência de refutar a qualidade de anarquista a tudo que não é platafortista continua a ser uma característica do Platafortista até hoje...

Esclareçamos que a “síntese” vista por Voline não consiste em criar um aglomerado heterogêneo de tendências que supostamente coexistiriam em harmonia, mas que se formaria ao término de um trabalho de esclarecimento ideológico que implicava uma reflexão coletiva entre todas as correntes que compõem o movimento.

Refugiado em Berlim, Archinov edita *O Mensageiro Anarquista*, em russo, cujos sete números são publicados entre 1923 e 1924. Makhno e Archinov decidem se estabelecer em Paris, onde fundam a revista *Dielo Trouda*. Em 1926, publicam em russo um projeto de plataforma organizacional para uma União Geral dos Anarquistas, conhecido pelo nome de “plataforma de Archinov”, que será traduzida em 1927 para o francês. Mas é, na verdade, a obra de um coletivo de militantes. Toda a produção do grupo na época consistirá em fazer uma análise crítica da intervenção dos anarquistas durante a revolução e em propor soluções, válidas não apenas para a Rússia, mas também para o movimento internacional. A principal razão do fracasso do movimento anarquista reside na “ausência de princípios firmes e de uma prática organizacional consequente”. É por isso que é indispensável que seja elaborado um programa homogêneo e coerente.

A “Plataforma” se subdivide em três partes:

- Uma parte geral estabelecendo os princípios fundamentais do comunismo libertário;
- Uma parte construtiva a respeito dos problemas da produção, do consumo, da defesa da revolução;

– Uma parte dedicada aos princípios gerais da organização anarquista, a necessidade da coerência ideológica, tática, a responsabilidade coletiva, o federalismo, etc.

Malatesta redigiu uma *Resposta à plataforma* na qual declara que os camaradas russos estão “obsessivos pelo sucesso dos bolchevistas em seu país; eles gostariam, à semelhança dos bolchevistas, de reunir os anarquistas em uma espécie de exército disciplinado que, sob a direção ideológica e prática de alguns chefes, marchasse, compacto, ao ataque dos regimes atuais e que, uma vez obtida a vitória material, dirigisse a constituição da nova sociedade.”²⁷

Voline atacará violentamente essa plataforma, acusando-a de ser uma interrogação bolchevista, tema que será retomado por muitos libertários posteriormente. Uma *Resposta de alguns anarquistas russos à Plataforma*,²⁸ assinada por oito nomes,²⁹ mas da qual Voline, também signatário, é provavelmente o autor, foi publicada em abril de 1927; ela critica a teoria de Archinov que vê o anarquismo como uma teoria da classe trabalhadora.

A crise do anarquismo, segundo essa resposta, não se deve à falta de uma organização e de uma prática coerente, mas à “vagueza de várias ideias fundamentais de nossa concepção”, à “dificuldade de assimilação das ideias libertárias pelo mundo atual”, ao “estado mental das massas contemporâneas que se deixam enganar pelos demagogos de todas as nuances”, enquanto os libertários, por sua vez, renunciam intencionalmente à demagogia, à “repressão geral do movimento assim que começa a manifestar sérios progressos” e, finalmente, ao “renunciamento dos anarquistas a qualquer organização artificialmente construída, assim como a toda disciplina artificial”.

Notar-se-á que *nenhuma das razões invocadas coloca em questão o movimento libertário em si*: é culpa dos “outros”. A essência da Resposta se

27 Errico Malatesta, *Réponse à la plateforme – Anarchie et organisation*, Brochure éditée par le “Groupe 19-Juillet”. Imprimée à La Ruche Ouvrière.

Également : <https://fr.anarchistlibraries.net/library/malatesta-errico-reponse-a-la-plateforme>

28 “Réponse de quelques anarchistes la plateforme. A propos du projet d’une “plateforme d’organisation” publié par le “groupe d’anarchistes russes à l’étranger””, <https://www.antimythes.fr/a-propos-du-mouvement-anarchiste/plateforme-synthese/reponse-plateforme.pdf>

29 Sobol, Fléchine, Schwartz, Steimer, Voline, Lia, Roma, Ervantian.

resume em uma frase: “Sim, a essência ideológica é a mesma entre os bolchevistas e os plataformistas.”

Os opositores à plataforma fazem, na verdade, uma confusão. Para quem não se contenta com superficialidades e preconceitos, e se dá ao trabalho de entrar no sistema bolchevique para compreendê-lo, não há possibilidade de assimilar as posições defendidas por Archinov e Makhno, quaisquer que sejam as divergências que se possa ter com esses militantes. Há, no entanto, um ponto de encontro, que não se deve à semelhança essencial das duas óticas, mas à similaridade das condições objetivas a partir das quais essas duas óticas foram elaboradas, ou seja, uma sociedade semifeudal subindustrializada. Bolchevismo e “Plataformista” são ambos o produto de um mesmo ambiente, o que não significa de forma alguma que sejam equivalentes.

São essencialmente os princípios organizacionais da plataforma que chocaram os principais porta-vozes do movimento anarquista europeu, princípios que, por sinal, estão muito vagamente expostos. Archinov afirma, de fato, que “não pode haver direitos sem obrigações, assim como não pode haver decisões sem sua execução”. O fato de que uma decisão deve ser aplicada uma vez que tenha sido coletivamente decidida parece ser interpretado como uma violação da liberdade e da independência individuais. O princípio da responsabilidade coletiva é ferozmente atacado, ou seja, a ideia de que cada militante da organização representa essa organização em seus atos e é responsável perante ela.

Um trecho de Malatesta expressa bem o que deveria ser o movimento anarquista que Makhno e Archinov encontraram em seu exílio. A citação é longa, mas é extremamente expressiva:

“... os Congressos, em uma organização anarquista, embora sofram, enquanto corpos representativos, de todas as imperfeições que eu sinalizei, estão isentos de todo autoritarismo porque não fazem a lei; não impõem aos outros suas próprias deliberações. Eles servem para manter e expandir os relacionamentos pessoais entre os camaradas mais ativos, para resumir e provocar o estudo de programas sobre os caminhos e meios de ação, para fazer conhecer a todos a situação das diversas regiões e a ação mais urgente em cada uma delas, para formular as diversas opiniões que

circulam entre os anarquistas e para fazer uma espécie de estatística, e suas decisões não são regras obrigatórias, mas sugestões, conselhos, propostas a serem submetidas a todos os interessados; elas se tornam obrigatórias e executivas apenas para aqueles que as aceitam até o ponto em que as aceitam.

“Os órgãos administrativos que eles nomeiam – Comissão de Correspondência, etc. – não têm nenhum poder de direção, não tomam iniciativas senão em nome daqueles que solicitam e aprovam essas iniciativas, não têm autoridade para impor suas próprias visões, que podem, sem dúvida, apoiar e propagar como grupos de camaradas, mas que não podem apresentar como opinião oficial da organização. Eles publicam as resoluções dos congressos, as opiniões e propostas que grupos e indivíduos lhes comunicam; são úteis para quem quiser utilizá-las para facilitar as relações entre os grupos e para a cooperação entre aqueles que concordam em diversas iniciativas, mas é livre para cada um corresponder diretamente com quem bem entender ou utilizar outros comitês nomeados por agrupamentos especiais.

“Em uma organização anarquista, cada membro pode professar todas as opiniões e empregar todas as táticas que não estejam em contradição com os princípios aceitos e que não prejudiquem a atividade dos outros. De qualquer forma, uma organização determinada dura enquanto as razões de união forem mais fortes que as razões de dissolução; caso contrário, ela se dissolve e dá lugar a outros agrupamentos mais homogêneos.

“Certamente, a duração, a permanência de uma organização é uma condição de sucesso na longa luta que temos de sustentar e, por outro lado, é natural que toda instituição aspire, por instinto, a durar indefinidamente. Mas a duração de uma organização libertária deve ser consequência da afinidade espiritual de seus membros e das possibilidades de adaptação de sua constituição às mudanças das circunstâncias; quando não é mais capaz de uma missão útil, o melhor é que morra.”³⁰

30 Malatesta, “Anarchie et organisation” publié dans *Il Risveglio*, Genève, 1-15 octobre 1927. <https://www.panarchy.org/malatesta/organisation.1927.html>

Essa definição do papel de uma organização é, na verdade, a descrição mais longa que se pode encontrar de uma caixa de correio. É certo que com tais concepções, nem a Makhnovchtchina nem as realizações libertárias na Espanha teriam sido possíveis.

É considerado como uma prova de autoritarismo inaceitável na Plataforma o fato de haver um comitê executivo encarregado da “execução das decisões tomadas pela União, das quais esta o encarregou”, da “orientação teórica e organizacional da atividade das organizações isoladas, conforme as opções teóricas e a linha tática geral da União”, da “iluminação do estado geral do movimento” e da “manutenção dos laços de trabalho e organizacionais entre todas as organizações da União, bem como com outras organizações”. Esse “comitê executivo” vai gerar muita tinta... negra.

“Resposta à Plataforma”

Em abril de 1927, foi publicado um panfleto de 40 páginas, “Resposta à Plataforma”, com oito assinaturas, mas cujo autor é Voline. É um texto muito polêmico no qual os autores da Plataforma são acusados de vanguardismo, de “bolchevizar” o anarquismo. A Plataforma é dissecada e refutada em detalhes. O caráter de classe do anarquismo, afirmado por Archinov e seus companheiros, é negado: o anarquismo é afirmado como uma concepção “humanitária e individual” – ponto de vista que será o da Federação Anarquista na França até o início da década de 1970, até que seja substituído pela afirmação da luta de classes.

Voline e os signatários da “Resposta” destacam na Plataforma “uma apreciação exagerada do papel e do alcance da organização”, embora não contestem o diagnóstico do “estado caótico do movimento libertário”, mas dizem, “não acreditando que a organização possa curar e cobrir todos os nossos males, não pensando que seja, precisamente e em primeiro lugar, ela que possa nos livrar de todos os nossos defeitos, enfim, não exagerando seu alcance, não vemos necessidade nem utilidade em sacrificar os princípios em nome da organização, jogando fora, com a água suja: a desorganização, também a criança: o próprio espírito libertário.”³¹

31 https://www.antimyth.es/fr/a_propos_du_mouvement_anarchiste/plateforme_synthese/reponse_plateforme.pdf

Voline critica as interpretações do anarquismo que o reduzem a uma perspectiva única: de classe, humanitária ou individualista. Segundo ele, cada uma dessas afirmações é exclusiva e não dá conta da complexidade do anarquismo. Ele defende uma abordagem sintética que reconhece que o anarquismo engloba esses três elementos, e insiste na necessidade de definir seus papéis e lugares respectivos. Critica também a ideia de que o comunismo-anarquista seria uma síntese suficiente desses elementos, argumentando que isso apenas alimenta a controvérsia. O autor ressalta que o elemento de classe está ligado à metodologia de luta, o elemento humanitário aos princípios morais, e o elemento individualista à filosofia libertária. Ele lamenta a intolerância que prevalece entre os defensores das diferentes interpretações, cada um qualificando os outros como não-anarquistas, o que prejudica uma compreensão global do movimento. Em conclusão, ele avisa que aqueles que se limitam a um único elemento desfiguram a concepção libertária e correm o risco de cair em erros fundamentais.

A parte construtiva da Plataforma é assimilada a um “programa de transição” leninista; seus princípios organizacionais são considerados como disciplina de quartel. Para Voline, a Plataforma é “uma elaboração detalhada da ideia de período transitório, ela não é “mais que uma tentativa de motivar essa ideia e de inseri-la no anarquismo”. “O que realmente é novo na Plataforma é unicamente um revisionismo oculto em direção ao bolchevismo e o reconhecimento de um período transitório.”³²

Curiosamente, a CGT-SR publicou em 1930 uma obra programática, *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social*, na qual se descobre um certo número de reivindicações transitórias destinadas a mobilizar os trabalhadores em períodos de crise e que constituem um verdadeiro programa de transição, cujos muitos elementos serão encontrados no programa de transição de... Trotski em 1938.

A acusação de flertar com o bolchevismo era particularmente injusta e foi sentida fortemente por Makhno e seus camaradas. A defesa da

32 Sobre o "Projeto"..., *op. cit.*, p.37 et p.38.

Sobre a questão do período de transição, ver : “Esquisse d’une réflexion sur la période de transition”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article324>
Veja também *Afinidades não eletivas, capiulo...08. – 7. Um “programa de transição”?* <https://ielibertarios.wordpress.com/2025/02/04/livro-afinidades-nao-eletivas-de-rene-berthier-pdf/>

revolução, embora inspirada na Makhnovchtchina, é contestada. Os autores da Resposta veem na Plataforma a “criação de um centro político dirigente, de um exército e de uma polícia à disposição desse centro, o que significa, em essência, a inauguração de uma autoridade política transitória de caráter estatal”. Para Voline, a Plataforma consiste em tratar uma doença “com remédios adequados a outra doença.” Em outras palavras, os autores da Plataforma tratam as consequências, não as causas da doença. Segundo Voline, para curar o “mal fundamental” e as “hesitações teóricas e ideológicas” do anarquismo, é necessário “um remédio apropriado: um trabalho teórico aprofundado, aplicado aos problemas pouco claros, sua análise completa e decisiva.”

Uma leitura atenta da “Plataforma” não revela nada de muito banal para quem é membro de uma associação comum, nada que possa levar à diabolização. A insistência de Archinov no fato de que a “Plataforma” era um projeto negociável, cujos aspectos poderiam ser adaptados, poderia ter tranquilizado os anarquistas da época. O historiador que se questionar sobre a rejeição dessa plataforma pelo movimento anarquista dos anos 20 deverá provavelmente examinar de perto qual era a composição sociológica do movimento na época, a que tipo de atividade ele se dedicava e em quais meios.

A abordagem de Archinov aparece indiscutivelmente como uma reação de classe de um militante operário revolucionário frente a pequenos-burgueses: no número 23-24 de sua revista, ele escreve que “os autores da plataforma partiam do fato da multiplicidade das tendências contraditórias no anarquismo, não para se dar a tarefa de unificá-las em um todo, o que é absolutamente impossível, mas para realizar uma seleção ideológica e política das forças homogêneas do anarquismo e ao mesmo tempo se diferenciar dos elementos caóticos, pequenos-burgueses (liberais) e sem raízes do anarquismo.”

O foco no aspecto “autoritário”, na essência “bolchevique” da plataforma, mascara seu conteúdo real. Os defensores da Plataforma e os defensores da Síntese, focados nas divergências que os opunham, evitaram notar certos pontos essenciais que os unem e, assim, perderam de vista o verdadeiro debate. Em suma, os desacordos entre os defensores da plataforma e os defensores da síntese são menores do que o que os une.

Assim, Malatesta reconhece que é “urgente que os anarquistas se organizem para influenciar o caminho que as massas seguem em sua luta por melhorias e emancipação”; ele também reconhece que “a maior força de transformação social é o movimento operário (movimento sindical)” e que

“sua direção depende, em grande parte, do curso que os eventos tomarão e do objetivo que a próxima revolução alcançará”. É por isso que “os anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e torná-lo uma das alavancas de sua ação.” Mas, diz Malatesta, “seria uma ilusão funesta acreditar, como muitos fazem, que o movimento operário chegará a tal revolução por si mesmo, em virtude de sua própria natureza.” Daí resulta “a urgente necessidade de organizações propriamente anarquistas que, tanto dentro quanto fora dos sindicatos, lutem pela realização integral do anarquismo e busquem esterilizar todos os germes de corrupção e reação.”³³

Mas a Plataforma não diz nada mais:

“Ao unir os trabalhadores com base na produção, o sindicalismo revolucionário, como qualquer agrupamento profissional, não tem uma teoria determinada; ele não possui uma concepção de mundo que responda a todas as complexas questões sociais e políticas da realidade contemporânea. Ele reflete sempre a ideologia de diversos agrupamentos políticos, especialmente aqueles que atuam com mais intensidade em seus quadros.”

É por isso que os autores da Plataforma afirmam que “os anarquistas devem participar do sindicalismo revolucionário como uma das formas do movimento operário revolucionário.”

“Considerando o sindicalismo revolucionário unicamente como um movimento profissional de trabalhadores que não possui uma teoria social e política determinada e, por consequência, sendo incapaz de resolver por si mesmo a questão social, estimamos que a tarefa dos anarquistas nos quadros desse movimento consiste em desenvolver as ideias libertárias, direcioná-lo em um sentido libertário, a fim de transformá-lo em um exército ativo da revolução social.”

33 Malatesta, “Un projet d’organisation anarchique”, *Il Risveglio* (Genève), Octobre 1927.

https://fr.wikisource.org/wiki/Un_projet_d%E2%80%99organisation_anarchiste

Ao limitar o sindicalismo revolucionário a um simples "movimento profissional" que "não possui uma teoria social e política determinada", os autores da Plataforma revelam seu desconhecimento deste movimento. Além disso, veremos que a história do movimento anarquista é percorrida por exemplos em que são os anarquistas sindicalistas que pedem insistentemente aos anarquistas "específicos" que se juntem à luta dos trabalhadores na sua organização sindical, contradizendo radicalmente a imagem há algum tempo admitida de um sindicalismo-estratégia do anarquismo.

Além das diferenças de formulação, os defensores da Plataforma e os opositores concordam em um ponto fundamental: a divisão do trabalho entre organização política e organização de classe, o que é, aliás, uma característica também da social-democracia, incluindo o bolchevismo. A concepção que esses correntes, embora muito diferentes, têm sobre a relação entre a minoria ativa e a organização de classe é fundamentalmente a mesma: uma relação de exterioridade, que é concebida apenas sob a forma de uma organização política que pensa, por um lado, e uma organização de massa que age, por outro.

A Plataforma simplesmente leva as coisas mais longe do que a síntese, é mais lógica e mais clara, ao afirmar: “devemos entrar no movimento profissional revolucionário como uma força organizada, responsável pelo trabalho realizado nos sindicatos perante a organização anarquista geral, e orientada por esta última”, o que é praticamente uma paráfrase do 9º dos 21 critérios de adesão à Internacional Comunista, que ordena aos partidos aderentes que criem frações, responsáveis perante o partido, nas organizações de massa para controlá-las. O movimento anarquista, como corrente política, não pode esperar ter influência na classe trabalhadora exceto praticando assim, ou seja, praticando como os bolcheviques. Todo o discurso “anti-autoritário” que consiste em dizer: “não queremos dirigir, somos guias” não é mais do que uma cortina de fumaça.

Os anarco-sindicalistas não negam que um movimento sindical sem doutrina é apenas uma massa de manobra para as organizações políticas. Eles propõem um modelo diferente, baseado em outro tipo de relação entre a minoria revolucionária e a organização de classe. Este modelo baseia-se na constatação de que o movimento anarquista só pode ter uma existência real quando existe uma organização de massas baseada em princípios libertários. Este modelo existia há 15 anos na Espanha e em muitos outros países.

Ora, *no mesmo ano* em que a plataforma de Archinov foi publicada, foi criada na França uma organização, a CGT-SR, que, embora nunca tenha alcançado a dimensão de sua irmã espanhola, desempenhou um papel não negligenciável.

A “síntese” de Sébastien Faure

Não é possível confundir a visão que Voline tinha da Síntese e a de Sébastien Faure. A abordagem de Voline era a de uma verdadeira síntese: a ideia de anarquismo foi inicialmente pouco desenvolvida, confusa; foi, portanto, necessário primeiramente “analisá-la sob todos os aspectos, decompô-la, examinar a fundo cada um de seus elementos, confrontá-los, opô-los uns aos outros”; em seguida, foi necessário “pensar em reconstituir, com esses elementos bem trabalhados, o conjunto orgânico [*sic*] de onde provinham.” Somente após essa “análise fundamental” teria sido possível chegar a uma síntese.

Finalmente, o projeto de Voline apresenta com o da Plataforma um ponto comum essencial: na medida em que concebe o anarquismo como um todo orgânico, não se pode considerar sua presença sob a forma de uma presença simultânea de várias concepções diferentes, o que constituiria, de certa forma, um conjunto eclético.³⁴

Em 1928, Sébastien Faure publicou um texto intitulado “A síntese anarquista” no qual se afastava da abordagem dinâmica proposta por Voline: ele se limitava a promover a reunião dos diversos correntes anarquistas, sem que um trabalho ideológico prévio fosse realizado para esclarecer a doutrina.³⁵ É essa interpretação da “síntese” que é retida hoje quando se fala da síntese anarquista – as razões da dominação da versão de Faure sobre a de Voline não são claras.

Na organização “síntesista” tal como foi concebida em 1928 por Sébastien Faure – ao retomar e deformar a ideia de síntese originalmente desenvolvida por Voline em 1924 – encontramos os três componentes do

34 Recorde-se que o ecletismo em filosofia é uma atitude que consiste em selecionar em várias filosofias os elementos que parecem interessantes para constituir um sistema próprio completo.

35 “La synthèse anarchiste de Sébastien Faure”, in *Volonté anarchiste* n° 12, éditions du groupe Fresnes-Antony.

anarquismo: individualista, anarquista-comunista, sindicalista – cada um sendo suposto viver em harmonia.³⁶

“Dependendo dos eventos, dos meios, das múltiplas fontes de onde emergem os correntes que compõem o anarquismo, a dosagem dos três elementos tende a variar. Na análise, a experimentação revela a dosagem; na síntese, o corpo composto se reforme e, se aqui tal elemento prevalece, pode ser que lá seja tal ou tal outro.”

No entanto, Sébastien Faure faz uma constatação de fracasso de sua “síntese” e se pergunta como é que a existência desses três elementos, “longe de ter fortalecido o movimento libertário, resultou em seu enfraquecimento”: é, diz ele, “unicamente a posição que eles tomaram uns em relação aos outros: posição de guerra aberta, acirrada, implacável”; assim, o movimento se esvaziou de seu melhor conteúdo “em vez de se unir na batalha a ser travada contra o inimigo comum: o princípio de autoridade.” *Em suma, desde a elaboração de sua ideia de síntese, ele sabe que isso não funcionará...*

Uma síntese não é uma fusão. Fazer a síntese de várias ideias consiste em considerar o que elas têm em comum, o que é oposto e, em seguida, superar essas concordâncias e oposições. Uma síntese é algo diferente, distinto em natureza, dos elementos que a compõem. Se uma síntese dos elementos que compõem o anarquismo fosse viável, não teríamos uma adição desses elementos que coabitariam graças à “tolerância” que teriam uns pelos outros, mas algo essencialmente diferente, o que nunca foi o caso nas organizações que se reclamam da síntese.

A síntese anarquista de S. Faure desenvolve um ponto de vista muito estático, pregando a simples coabitação dos diferentes correntes do anarquismo, sem qualquer debate ou clarificação. É essa versão do “síntesismo” que prevaleceu, mas, estritamente falando, não é uma síntese, é uma emulsão: quando se mistura vários líquidos com diferentes densidades e se agita bem, tem-se a impressão de que o resultado obtido é homogêneo, mas após um tempo os diferentes líquidos se separam. Na obra de Sébastien Faure, a síntese é uma “vinaigrette filosófica”, como diz

36 Recomendando vivamente a leitura do artigo de Gaetano Manfredonia publicado em *Itinéraire* n° 13, “Le débat Plateforme ou synthèse”. https://www.antimythos.fr/a_propos_du_mouvement_anarchiste/plateforme_synthese/mg_i_13_1995.pdf

Bakunin no *Império knouto-germânico* ao falar das ideias de Victor Cousin.³⁷

A questão permanece: por que a “síntese” de Sébastien Faure prevaleceu sobre a de Voline? Podemos emitir várias hipóteses. Primeiramente, a audiência que o primeiro poderia ter no movimento anarquista francês era muito maior do que a do segundo, e isso poderia parecer mais “autóctone”. Faure apresentou sua síntese de maneira mais acessível e pragmática, permitindo assim que um maior número de militantes se identificasse com ela. Faure tinha uma influência significativa dentro do movimento anarquista, graças a seus escritos, conferências e seu engajamento. Suas ideias foram amplamente divulgadas, o que reforçou sua aceitação por um público mais amplo, enquanto a síntese de Voline, embora importante, teve menos visibilidade.

A síntese de Faure conseguiu captar uma certa dinâmica que ressoou com as lutas contemporâneas, enquanto a de Voline, embora profundamente refletida, pode ter parecido menos adequada às realidades do momento e muito mais teórica. Sébastien Faure apresentava uma solução “chave na mão”, enquanto a de Voline exigia um real esforço de reflexão: esse ponto deve ser relacionado ao projeto da “Plataforma”, que propunha ao movimento anarquista negociar os termos, o que os anarquistas franceses nunca fizeram.

Para resumir o cerne do debate entre a Plataforma e a Síntese, os defensores da primeira sustentam que a crise do movimento anarquista é principalmente um problema de organização, enquanto os da Síntese acreditam que ela decorre de uma falta de esclarecimento teórico. Segundo Voline, era possível resolver os problemas de organização apenas após ter tratado as insuficiências teóricas do anarquismo. Se a situação tivesse sido tão simples, poderíamos nos perguntar por que os dois lados não conseguiram chegar a um acordo. Infelizmente, as divergências iam além, os platformistas buscando eliminar correntes que consideravam estranhas ao anarquismo, enquanto os defensores da Síntese desejavam integrar aqueles que seus opositores queriam excluir. Elas também abrangiam pontos teóricos essenciais, como o período de transição, sobre o qual, é preciso dizer, a reflexão do movimento libertário demonstrou uma real carência.

37 Bakounine, Oeuvres, Champ libre, VIII, 144.

A CGT-SR

Acredito que uma das razões para o fracasso da Plataforma de Archinov em se estabelecer na França resulta, por um lado, da insistência de seus autores em se dirigir ao movimento anarquista específico, enquanto selecionavam as partes do movimento às quais se dirigiam; por outro lado, da sua falta de conhecimento da história e das tradições do movimento operário do país.

Na tradição do sindicalismo francês, o culto à unidade desempenhava um papel considerável, embora tendências muito diferentes pudessem se chocar durante os congressos. Além das múltiplas opções que poderiam se manifestar, a oposição principal se encontrava entre aqueles que desejavam fazer a classe trabalhadora participar da ação parlamentar e aqueles que se opunham a isso. A carta de Amiens (uma simples resolução de congresso, na verdade...), votada em 1906, é um texto de compromisso de diferentes tendências unidas contra o guesdismo,³⁸ no qual cada um pode se identificar, mas a noção de neutralidade sindical que dela decorre pode ser interpretada como uma afirmação de não-intervenção no terreno político, o que convém aos partidários da ação parlamentar, enquanto para os sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas isso significava que o sindicalismo, sem excluir a ação política (a política não se limitando às eleições...), não se comprometia em favor da ação parlamentar. Para Pouget, a CGT é “neutra do ponto de vista político”, mas essa neutralidade afirmada “não implica abdicação ou indiferença diante dos problemas de ordem geral, de ordem social (...) A Confederação não abdica diante de nenhum problema social, assim como político (dando a essa palavra seu sentido amplo).”³⁹

A ideia de neutralidade sindical expressava, portanto, o desejo de manter uma unidade orgânica apesar da pluralidade dos correntes políticos. Mas, inevitavelmente, a lógica dos fatos deveria levar a posições mais contundentes por parte do sindicalismo revolucionário, pois a busca a todo custo por um consenso conduzia a uma diluição dos princípios do movimento. Não há, por exemplo, nada na carta de Amiens sobre a luta contra o Estado nem sobre as ilusões do parlamentarismo. Édouard Vaillant (socialista, deputado a partir de 1893) dirá com razão que o congresso de

38 De acordo com Jules Guesde, que defendia a subordinação do sindicato ao partido.

39 Emile Pouget, *La Confédération générale du travail*, Bibliothèque du Mouvement Prolétarien, Librairie des sciences politiques et sociales Marcel Rivière, Paris, 1910.

Amiens foi uma vitória sobre os anarquistas; Victor Renard, por sua vez, dirá de maneira mais trivial que “os anarquistas que predominam na CGT consentiram em se colocar uma focinheira.”

Era difícil impedir os partidários da estratégia eleitoral e aqueles que buscavam, antes de tudo, o entendimento com as autoridades públicas e os padrões de desenvolverem suas teses e práticas. Para manter uma coerência prática e teórica, a cisão era inevitável. Pierre Besnard⁴⁰ afirma explicitamente que o abandono de fato da luta de classes na CGT criou literalmente uma tendência que não podia mais agrupar os “trabalhadores conscientes da luta a ser travada pela eliminação do patronato e do salário. Uma parte deles foi excluída ideologicamente, moralmente.”⁴¹ É essa, diz ele, a causa da cisão de 1921 que deu origem à CGT-U.

Os militantes que constituíram a CGT-U representavam, após a guerra, uma forte minoria da confederação (40%). A maioria confederativa reformista tornou a situação deles tão difícil que a cisão foi inevitável. Na nova organização, a corrente sindicalista revolucionária era majoritária em relação a uma minoria comunista, mas uma fratura ocorreu com uma parte da corrente sindicalista revolucionária que se uniu à corrente comunista favorável à adesão à Internacional Sindical Vermelha. Os sindicalistas revolucionários “ortodoxos”, se assim podemos dizer, perderam assim a maioria.⁴²

A CGT-U “bolchevisada” adotou, a partir de então, as práticas comuns das organizações sob controle comunista: o papel revolucionário do sindicalismo, sua independência, sua autonomia funcional e sua capacidade de ação deveriam ser negados pelo Partido Comunista, que queria transformá-la em uma correia de transmissão. A partir daí, uma segunda cisão, “já em germinação na primeira, ocorreu”, escreve Pierre Besnard.

40 Pierre Besnard: veja IEL “Você pode definir o papel de Pierre Besnard no sindicalismo revolucionário?”

<https://ielibertarios.wordpress.com/2020/05/24/entrevista-2-rene-berthier-29-de-jan-de-2019/#more-1091>

41 Pierre Besnard, *Encyclopédie anarchiste*, https://fr.wikisource.org/wiki/Encyclop%C3%A9die_anarchiste/Conf%C3%A9d%C3%A9ration

42 Verr :

- Guillaume Davranche, “1922 : Les “anarcho-sindicalistes” perdent la CGTU”, <https://unioncommunistelibertaire.org/?1922-Les-anarcho-sindicalistes-perdent-la-CGTU>
- Jacky Toublet : “Autour du congrès constitutif de la CGT”, <https://www.monde-nouveau.net/spip.php?article28>

Isso resultou na constituição, em 1926, da CGT-sindicalista revolucionária (CGT-SR). Assim reaparece a mesma problemática que havia dividido a AIT: a oposição entre aqueles que preconizavam a estratégia de conquista do poder do Estado e aqueles que desejavam sua destruição.

O período do pós-guerra, portanto, testemunhou uma importante mutação no movimento sindicalista revolucionário, que se dividiu em uma corrente pró-bolchevique e uma corrente anti-bolchevique. A questão, então, era a adesão do movimento sindical à Internacional Sindical Vermelha.⁴³ A primeira corrente, favorável à adesão, acabou se dissolvendo no partido comunista, com seus militantes constituindo uma boa parte dos quadros intermediários do partido. A segunda, que tentou por um tempo encontrar um acordo com os dirigentes russos, acabou percebendo que era impossível trabalhar com eles e fundou em Berlim, no final do ano de 1922, a Associação Internacional dos Trabalhadores Segunda Maneira. É a partir desse ponto que, na França, se situa o nascimento do anarco-sindicalismo propriamente dito, que não se baseia mais no princípio da neutralidade sindical afirmado pelo sindicalismo revolucionário, mas reivindica a *oposição* aos partidos.⁴⁴

Certamente, os militantes, após Berlim, levarão um tempo para se reivindicarem como “anarco-sindicalistas”, pois era originalmente um termo pejorativo usado pelos comunistas para designar os sindicalistas revolucionários opostos à adesão à Internacional Sindical Vermelha, mas eles acabarão por aceitar gradualmente a denominação. É assim que o ato fundador da AIT de Berlim nunca fala de anarco-sindicalismo, mas de “sindicalismo revolucionário”, mas quanto ao conteúdo, trata-se realmente de anarco-sindicalismo.⁴⁵

43 R. Berthier, “Histoire de l’Internationale syndicale rouge”, Monde libertaire en ligne, [https://www.monde-libertaire.net/?articien=4735&article=Histoire : L’Internationale syndicale rouge \(1ere partie\)](https://www.monde-libertaire.net/?articien=4735&article=Histoire%3A%20L’Internationale%20syndicale%20rouge%20(1ere%20partie))

44 Arthur Lehning : *Du syndicalisme révolutionnaire à l’anarchosindicalisme. – La naissance de l’Association internationale des travailleurs de Berlin.* <https://www.monde-nouveau.net/spip.php?article464>

45 Existe uma obra que explica muito claramente a mutação do sindicalismo revolucionário para o anarcosindicalismo : Daniel Colson, *Anarcho-sindicalisme et communisme. Saint-Étienne, 1920-1925*, éd. Centre d’études foréziennes/Atelier de création libertaire, 1986.

Eu mostrei, baseando-me em grande parte nos trabalhos de Colson, que o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo são dois correntes que não são contemporâneas – estão separados por uma geração –, o que contradiz

A AIT tinha, em sua fundação, centenas de milhares de membros, e não apenas na Espanha, longe disso. Retrospectivamente, pode-se lamentar que os redatores da Plataforma não tenham dado prioridade aos contatos com ela, cujas práticas e projeto estavam, afinal, mais próximos dos seus: Archinov declarou sem ambiguidade que o anarco-sindicalismo em seus olhos era “inaplicável e falido”.⁴⁶

Sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas contribuíram para a formação do Partido Comunista na França e na maior parte dos outros países, isto é, nos países onde os anarquistas e os sindicalistas revolucionários não conseguiram criar contra-fogos à penetração dos comunistas nos sindicatos.

Alguns militantes sindicalistas revolucionários de primeiro plano aderiram, em França, ao Partido Comunista, conferindo-lhe uma legitimidade proletária, antes de serem rapidamente excluídos, como foi o caso de Monatte, Rosmer e Delagarde em dezembro de 1924. É importante lembrar um fato que foi pouco destacado: para muitos, a revolução russa era o prelúdio da extensão da revolução na Europa. Nessa perspectiva, apoiar a revolução russa, independentemente de seu caráter, era vital. “A revolução logo deixará de ser russa para se tornar europeia”, escreve Monatte a Trotski em 13 de março de 1920. Tom Mann, um sindicalista revolucionário britânico (e fundador em 1921 do Partido Comunista Britânico), dirá as coisas de forma clara: “Bolchevismo, spartaquismo, sindicalismo revolucionário, tudo isso significa a mesma coisa sob nomes diferentes.” Muitos militantes sindicalistas revolucionários não viam diferença entre os soviets e as bolsas de trabalho, que de fato cumpriam a mesma função: reunir os trabalhadores e, por extensão, a população trabalhadora de uma localidade em bases interprofissionais.

Além do anti-parlamentarismo,⁴⁷ havia várias semelhanças entre as posições do sindicalismo revolucionário e as dos bolcheviques, que explicam a adesão de certos militantes ao comunismo. Essas semelhanças

completamente a tese segundo a qual o anarco-sindicalismo se definiria pelo “nível de ligação explícita e consciente do sindicalismo ao anarquismo”, enquanto aqueles dos sindicalistas revolucionários que rejeitam a filiação explícita com o anarquismo agem “por ignorância ou por negação tática de sua ligação com o anarquismo”. (*Black Flame*).

46 Piotr Arshinov, “The Old and New in Anarchism”, 1928, RevoltLib.com

47 Lênin queixava-se de que a luta antiparlamentar tinha sido abandonada aos anarquistas.

serão especialmente destacadas pelos próprios bolcheviques, preocupados em atrair para si os militantes operários mais ativos. Charbit, Hasfeld, Martinet, Monatte, Monmousseau, Rosmer, Sépard e outros fizeram parte disso. Dizer, com Brupbacher, que o sindicalismo revolucionário cometeu suicídio é uma exageração. Se esses militantes careceram de discernimento, é algo que se pode dificilmente reprovar.

Resta que essa falta de discernimento não era uma fatalidade, pois a partir de 1920 muitas informações filtraram da Rússia sobre a repressão que se abateu sobre o movimento operário. Gaston Leval foi a Moscou em 1921 como delegado da CNT espanhola para participar do congresso constitutivo da Internacional dos Sindicatos Vermelhos. O que viu na Rússia – é verdade que não se contentou em seguir os caminhos oficiais – convenceu-o de que a revolução se desviava para uma ditadura de partido.⁴⁸ O relatório que apresentou no congresso de Saragoça em 1922 convenceu a CNT a não aderir à Internacional Sindical Vermelha, o que poupou a esta o processo de “bolchevisação” sofrido por outras centrais sindicais europeias. Em 1922, foi constituída, em concorrência com a Internacional Sindical Vermelha, a AIT Segunda Maneira.

Pode-se dizer que é a aceleração da história, conseqüente a Outubro, que impôs aos diferentes correntes presentes no movimento operário se distinguirem claramente. Se pode lamentar que o anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário não tenham mantido sua posição dominante na França, no plano internacional a situação era muito encorajadora: a AIT tinha seções em 24 países. Seu declínio é menos resultado de uma suposta inadequação aos novos tempos do que conseqüência dos massacres da guerra, do fascismo, do nazismo e do stalinismo.

A aproximação entre o conceito de minoria ativa e o de vanguarda foi amplamente feita pelos leninistas preocupados em unir os dois movimentos. Vamos lembrar algumas ideias desenvolvidas por Pouget sobre a questão das minorias ativas. Para contrabalançar a força da classe possidente, é necessário uma outra força: “essa força, diz Pouget, cabe aos trabalhadores conscientes materializá-la”; “essa necessária tarefa de coesão revolucionária se realiza dentro da organização sindical: ali, se constitui e se desenvolve uma minoria crescente que visa adquirir poder suficiente para, primeiro,

48 Ele conheceu Rosmer, Victor Serge, Marcel Body, Voline (que ele libertou da prisão em circunstâncias rocambolescas) Alexandre Shapiro, Emma Goldmann, Alexandre Berkman, mas também, do lado bolchevique, Chliapnikoff, Alexandra Kollontaï, Lénine, Trotski, Boukharine.

contrabalançar e, depois, aniquilar as forças de exploração e opressão.”⁴⁹ Vê-se, portanto, que a questão da coesão revolucionária foi colocada muito antes de os "Plataformistas" o fazerem.

Para Pouget, aqueles que permanecem fora da organização sindical, que se recusam a lutar, são “zeros humanos”, “seres inertes cujas forças latentes só entram em ação sob o impacto que lhes impõem os enérgicos e os audaciosos.” (*As Bases do Sindicalismo*.) Nota-se uma ausência total de complacência em relação aos trabalhadores não organizados: “As maiorias são ovinas e inconscientes. Elas aceitam os fatos estabelecidos e sofrem as piores humilhações. Se em algum momento têm alguns instantes de lucidez, isso é sob a influência das minorias revolucionárias e ainda não é raro que, após dar um passo à frente, deixem passivamente renascer o velho regime e as instituições derrubadas.”⁵⁰ “Todo o problema revolucionário consiste em: constituir uma minoria forte o suficiente para derrubar a minoria dirigente.”⁵¹ “Quem faz a propaganda, quem elabora os programas de reivindicações? Minorias! Somente minorias!” Mas essas minorias devem ser o maior número possível, “pois, se estamos convencidos de que a revolução será obra de uma minoria, ainda desejamos que essa minoria seja o maior número possível, para que sejam maiores as chances de sucesso.”⁵²

É claro que, aos olhos dos sindicalistas revolucionários, existem diferenças de nível de consciência na classe trabalhadora. Os militantes não esperam que todos adiram à ideia da revolução proletária, mas acreditam que a minoria ativa pode criar, quando chegar o momento, um fenômeno de contágio e levar a grande massa do proletariado a se mover.

Bakunin acreditava que “em momentos de grandes crises políticas ou econômicas (...), dez, vinte ou trinta homens bem entendidos e bem organizados entre si, que sabem para onde vão e o que querem, facilmente arrastarão cem, duzentos, trezentos ou mesmo mais.” Mas, ressalta ele, “para que a décima parte do proletariado (...) possa arrastar as outras nove décimas”, é necessário que cada membro esteja organizado, consciente do objetivo a alcançar, que conheça os princípios da Internacional e os meios de realizá-los. Não se trata, portanto, de espontaneidade... “Só sob essa condição, em tempos de paz e calma, ele poderá cumprir efetivamente a missão de propagandista (...), e em tempos de luta, a de um chefe

49 Émile Pouget, *L'Action directe*, éditions Agone.

50 *Grève générale réformiste et grève générale révolutionnaire*. Folheto elaborado pela Comissão de Greves e Greve Geral da CGT, 1902.

51 E. Pouget, *Le Père peïnard*, 12/01/1890.

52 *Ibid.*

revolucionário.”⁵³ O papel da minoria ativa foi perfeitamente definido por Bakunin.

Nem Bakunin nem Pouget tomavam precauções especiais em suas palavras e é provável que suas ideias tenham sido censuradas por aqueles que, no momento da publicação da plataforma de Archinov, dissecavam o documento em busca de traços de “bolchevismo”.

A existência de uma minoria ativa, capaz de catalisar a ação das massas, dependia, no entanto, na CGT do início do século, de um certo número de condições institucionais sobre as quais reformistas e revolucionários se opuseram. Trata-se do problema muito concreto e significativo da representação proporcional. Os anarco-sindicalistas são favoráveis à igualdade de votos por sindicato, independentemente de seu número. A aplicação do princípio da representação proporcional, que estabelece a hegemonia de alguns grandes sindicatos, condena, na verdade, a minoria revolucionária.

“A aprovação da representação proporcional implicaria a negação de toda a obra sindical que é a resultante da ação revolucionária das minorias. Ora, se se admite que a maioria prevaleça, até que ponto se irá parar? Nessa ladeira escorregadia, corre-se o risco de ser arrastado para longe. Não pode ser que, sob o pretexto de proporcionalidade, uma maioria de inconscientes negue o direito de greve a uma minoria de militantes conscientes? E com base em que critério se oporá a essa massa única se, por si mesmo, se enfraqueceu a ação eficaz das minorias as sufocando sob a proporcionalidade?”⁵⁴

O princípio democrático, assim, não é reivindicado de forma alguma. Novamente, trata-se da introdução, nas práticas sindicais, de um elemento original de direito. A unidade básica não é o indivíduo, mas o *indivíduo organizado* – um ponto de vista totalmente coerente com a “Plataforma”. Sua organização é o sindicato. É este que é a unidade básica. Dentro do sindicato, um membro vale outro. Trata-se de uma lógica que se distingue singularmente de nossos condicionamentos à democracia formal.

A ideia democrática é, portanto, estranha ao sindicalismo revolucionário. Além disso, apenas uma minoria de trabalhadores é sindicalizada, assim “a

53 Bakounine, *Protestation de l'Alliance*.

54 Declaração de Pouget no congresso de Montpellier, setembro de 1902.

falta de vontade da maioria inconsciente e não sindicalizada paralisaria toda a ação”. A minoria deve, portanto, “agir sem levar em conta a massa refratária”. Além disso, observa Pouget, a maioria não tem moral para recriminar, uma vez que “o conjunto dos trabalhadores, interessados na ação, embora não participando dela, é chamado a beneficiar-se dos resultados adquiridos”... Assim, não se “leva em conta a massa que se recusa a querer e apenas os conscientes são chamados a decidir e a agir.”⁵⁵ Pode-se perguntar o que os “síntesistas” poderiam pensar sobre isso.

“No caldeirão da luta econômica se realiza a fusão dos elementos políticos e obtém-se uma unidade viva que ergue o sindicalismo como uma potência de coordenação revolucionária.”⁵⁶

Compreende-se, portanto, que os leninistas tenham tentado aliciar para sua causa os sindicalistas revolucionários, embora para os primeiros a vanguarda fosse constituída por revolucionários profissionais, na maioria das vezes não operários, enquanto para os segundos a minoria ativa estivesse imersa na classe trabalhadora da qual fazia parte.

Trotski não se enganou. Ele compreendeu que o controle do movimento sindical era uma etapa decisiva para controlar o movimento operário. Se o sindicalismo revolucionário tinha razão em lutar pela autonomia sindical frente ao governo burguês e aos socialistas parlamentares, ele não “fetichizava a autonomia das organizações de massa. Pelo contrário, ele compreendia e preconizava o papel dirigente da minoria revolucionária nas organizações de massa, que refletem em seu interior toda a classe trabalhadora, com todas as suas contradições, seu caráter arcaico e suas fraquezas.”

“A teoria da minoria ativa era, por essência, uma teoria incompleta do partido proletário. Em toda sua prática, o sindicalismo revolucionário era um embrião de partido revolucionário; da mesma forma, em sua luta contra o oportunismo, o sindicalismo revolucionário foi um esboço notável do comunismo revolucionário.” Em suma, a autonomia não tem mais razão de ser agora que existe um verdadeiro partido revolucionário. “As fraquezas do anarco-

55 *Le Mouvement socialiste*, janvier 1907.

56 E. Pouget, *Le Père Peinard*, n° 45, 12-01-1890, p. 11.

sindicalismo, mesmo em sua época clássica, eram a ausência de uma fundamentação teórica correta e, como resultado, uma incompreensão da natureza do Estado e de seu papel na luta de classes. Também é uma fraqueza essa concepção incompleta, insuficientemente desenvolvida e, por consequência, falsa, da minoria revolucionária, ou seja, do partido. Daí as falhas de tática, como a fetichização da greve geral, a ignorância da relação necessária entre a insurreição e a tomada do poder.”

“Após a guerra, o sindicalismo francês encontrou no comunismo ao mesmo tempo sua refutação, seu superamento e seu cumprimento; tentar reviver hoje o sindicalismo revolucionário seria virar as costas para a história. Para o movimento operário, uma tentativa assim só poderia ter um sentido reacionário.”

A ideia de que os sindicatos são autossuficientes significa “a dissolução da vanguarda revolucionária na massa arcaica que são os sindicatos.”⁵⁷

As críticas formuladas contra o sindicalismo revolucionário já haviam suscitado reações, mas não no sentido desejado por Trotski. Após o assassinato de sindicalistas por comunistas, na casa dos sindicatos em Paris,⁵⁸ em 11 de janeiro de 1924, anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários se engajaram na formação de uma nova central sindical, a CGT-SR. As uniões departamentais da Somme, da Gironda, do Yonne, do Ródano, a federação da construção, se agruparam em uma União Federativa dos Sindicatos Autônomos da França, e se confederaram nos dias 1 e 2 de novembro de 1926 em Lyon. A nova organização contesta a ideia de neutralidade sindical tal como afirmada na carta de Amiens, notadamente o parágrafo onde “o congresso afirma a inteira liberdade para o sindicalizado participar, fora do agrupamento corporativo, de tais formas de luta que correspondem à sua concepção filosófica ou política, limitando-se a pedir-lhe em reciprocidade que não introduza no sindicato as opiniões que professa fora.”

57 Léon Trotski, “Communisme et syndicalisme”, 1929, in : Léon Trotski, *Classe ouvrière, parti et syndicat*, classique Rouge n° 4, 1970.

58 “CNT-AIT – 11 janvier 1924: Les communistes assassinent deux ouvriers anarchistes. Ni Ni oubli, ni pardon”, <https://www.ainfos.ca/24/jan/ainfos00501.html>

A CGT-SR agora afirma a necessidade, para o sindicalismo, não apenas de se desenvolver *fora* dos partidos políticos, mas *contra* eles. Essa atitude é, de certa forma, o eco das condições de adesão à Internacional Comunista que previam a constituição de frações comunistas nos sindicatos para assumir sua direção. A constituição da CGT-SR é incontestavelmente a resposta do anarco-sindicalismo às novas condições criadas pelo novo regime bolchevique; é também o contraponto das tentativas feitas pela plataforma de Archinov de adaptar o movimento libertário a essas novas condições. É significativo que a plataforma de Archinov e a carta da CGT-SR datem do mesmo ano: os dois documentos estão inseparavelmente ligados e devem ser analisados em paralelo, como duas respostas ao mesmo problema.

A carta de Lyon da CGT-SR afirma que o sindicalismo é “o único movimento de classe dos trabalhadores”: “A oposição fundamental dos objetivos perseguidos pelos partidos e agrupamentos que não reconhecem ao sindicalismo seu papel essencial, força também a CGT-SR a deixar de observar em relação a eles a neutralidade sindical, até agora tradicional.”

Os documentos de constituição da CGT-SR oferecem uma verdadeira reflexão sobre o contexto da época, notadamente sobre a crise mundial que se prepara, sobre a ascensão do fascismo (o que não faz a plataforma de Archinov), e formulam um verdadeiro programa político. Com seu comitê confederal nacional, sua comissão administrativa e seus dois secretários, ela também deveria parecer particularmente “autoritária” para alguns anarquistas.

Estes documentos fundadores da CGT-SR contradizem as afirmações dos autores da Plataforma segundo as quais o sindicalismo revolucionário não tem doutrina política: uma tática revolucionária é esboçada quanto aos relacionamentos com outras forças revolucionárias, tanto na ação reivindicatória cotidiana quanto em caso de revolução. Um programa reivindicatório é proposto, que se inscreve tanto no quadro de reivindicações cotidianas quanto apresentando um caráter de preparação para a transformação social. Curiosamente, encontraremos os principais temas, evidentemente readequados, desse programa reivindicatório no... programa de transição de Trotski, dez anos depois!

Sobre esse período, A. Shapiro escreveu em 1937:

“A grande guerra varreu a carta do neutralismo sindical. E a cisão dentro da Primeira Internacional entre Marx e Bakunin

teve um eco – a quase meio século de distância – na cisão historicamente inevitável dentro do movimento operário internacional do pós-guerra. Contra a política de subordinação do movimento operário às exigências de partidos políticos denominados ‘operários’, um novo movimento, baseado na ação direta das massas fora e contra todos os partidos políticos, surgia das cinzas ainda fumegantes da guerra de 1914-1918. O anarco-sindicalismo realizava a única conjunção de forças e elementos capazes de garantir à classe trabalhadora e camponesa sua completa independência e seu direito inelutável à iniciativa revolucionária em todas as manifestações de uma luta sem trégua contra o capitalismo e contra o Estado, e de uma reedificação, sobre as ruínas dos regimes caídos, de uma vida social libertária.”⁵⁹

Nesta data, Nestor Makhno está morto, Archinov voltou para a Rússia e desapareceu do cenário, mas o conteúdo deste relatório de Besnard, intitulado “anarco-sindicalismo e anarquismo. Tática e intervenção sindical”, não deixa de ser interessante do ponto de vista de uma abordagem “plataformista”⁶⁰

O debate permanece aberto sobre a questão do modo de intervenção dos libertários, sejam eles anarco-sindicalistas ou anarquistas-comunistas. A experiência histórica da social-democracia e do leninismo desqualificou esses dois movimentos em suas tentativas de propor uma alternativa ao capitalismo. Mais de cem anos após Outubro, quase cem anos após a carta da CGT-SR e a plataforma de Archinov, as circunstâncias impõem que o movimento libertário tenha uma aparência própria, à luz do dia, como alternativa à política social-democrata reformista ou radicalizada, ao sindicalismo reformista, integrado ao Estado e dominado por partidos políticos.

A revolução de amanhã não será nem a repetição da revolução russa nem a da revolução espanhola. A sociedade capitalista passou por transformações que tornam impossíveis tais eventualidades. Não há mais palácios de Inverno a serem tomados e, por outro lado, não há mais uma

59 A. Shapiro, prefácio ao relatório de Pierre Besnard, secretário da AIT no Congresso Anarquista Internacional de 1937.

60 Veja abaixo o capítulo 6: “Sobre o congresso anarquista internacional de 1937”.

organização revolucionária de massa propondo um modelo de sociedade no qual o proletariado se reconheça. Bakunin dizia que o socialismo “só encontra uma existência real no instinto revolucionário esclarecido, na vontade coletiva e na organização própria das massas trabalhadoras, – e quando esse instinto, essa vontade, essa organização faltam, os melhores livros do mundo não são nada além de teorias no vazio, sonhos impotentes.” Ele se refere aqui às três direções nas quais os militantes revolucionários ainda devem se orientar hoje.

2. – O DEBATE SOBRE O PLATAFORMISMO⁶¹

Existem na França duas organizações das quais se diz que uma reivindica a “síntese anarquista”, e a outra o “Plataformismo”. A primeira é a Federação Anarquista, a outra é a Alternative Libertaire (que depois se tornou em 2019 Union Communiste Libertaire). Na verdade, é mais complicado do que isso...

O problema é que o conceito de “síntese anarquista” não se encontra em lugar nenhum nos “Princípios Básicos” da FA – o documento que estabelece os princípios gerais sobre os quais se funda a ação dessa organização. E que a Alternative Libertaire relativizou consideravelmente sua referência à “Plataforma” em uma entrevista (em inglês) dada por um grupo anarquista dos Estados Unidos – entrevista que circulou pouco na França, é verdade.

O debate sobre o Plataformismo é um debate sobre teoria, sobre organização, sobre tática e estratégia. Mas também é um debate sobre o contexto político, econômico e sociológico no qual a “plataforma” poderia se aplicar. O que significa que os militantes da Europa Ocidental, e franceses em particular, têm muito a aprender sobre a situação na América Latina ou na América do Norte. Hoje, os pontos de vista da Federação Anarquista e da Alternative Libertaire [hoje UCL] sobre a plataforma se unificaram amplamente. O que nos permite deduzir que o ponto de vista das duas organizações é determinado pela constatação da identidade dos contextos. Mas não se pode excluir que em outros contextos o Plataformismo possa, de fato, ser a solução. Pode-se imaginar com dificuldade, por exemplo, um desenvolvimento importante do anarco-

61 Texto escrito por ocasião dos Encontros internacionais sobre o anarquismo de Saint-Imier. Março-outubro 2012. Algumas alterações de novembro de 2025

sindicalismo em um ambiente onde não há ou praticamente não há classe trabalhadora nem indústria.

É significativo, aliás, que a Alternative Libertaire, que se reivindicava em princípio do Plataformismo, não o faça hoje senão de leve. Entrevistado, há alguns anos, por um grupo anarquista do Nordeste da América (Nefac), à pergunta: “Como se explica que há tão poucas referências à plataforma de Archinov em seus textos?”, a resposta foi que a plataforma é uma de suas referências históricas, mas que está ultrapassada e não se adapta à situação atual da França.

“A plataforma de Archinov e o Plataformismo fazem parte de nossa ‘bagagem ideológica’ e de nossos ganhos. Mas não estamos apegados a ela de maneira dogmática. Achamos que uma parte desse texto escrito na década de 20 está agora obsoleta ou inadequada às realidades políticas que conhecemos na França atualmente. É por isso que raramente nos referimos à plataforma e ao Plataformismo. Nos encontramos no espírito do Plataformismo e o reivindicamos, mas não necessariamente cada vírgula da plataforma!”

“Estamos e continuamos convencidos da importância para os libertários de estarem organizados, assim como de ter uma linha política e estratégica clara. Nesse aspecto, sim, somos plataformistas.”⁶²

Obsolescência da Plataforma e necessidade de se organizar: a FA concorda com isso, é claro. Além disso, não se compreende bem por que os anarquistas sentem constantemente a necessidade de repetir que é necessário se organizar: um anarquista desorganizado não faz sentido. Nesta mesma entrevista, o militante da Alternative Libertaire acrescentava que cada grupo local da organização é autônomo – o que sugere que não funciona de maneira tão diferente da FA. Estamos longe do Plataformismo estrito.

O debate sobre o Plataformismo na França remonta ao meio da década de 1920. As poucas tentativas de criar organizações baseadas nesses princípios falharam e, muito rapidamente, a questão foi completamente esquecida. A “Plataforma” foi redescoberta na França em maio de 68, graças, creio eu, à Organização Revolucionária Anarquista, uma cisão da

62 Alternative libertaine, dossier de presse, janvier 2005.
<https://www.unioncommunistelibertaine.org/IMG/pdf/04DossierPresse.pdf>

FA, depois atravessou o Canal da Mancha e se espalhou pela Inglaterra nos anos 70, e depois pelo continente americano nos anos 90 – salvo engano da minha parte. Portanto, há uma clara anterioridade na França no que diz respeito ao debate sobre a Plataforma de Archinov.

A maioria dos anarquistas franceses e italianos, incluindo os comunistas libertários – penso em Malatesta – opôs-se vigorosamente à Plataforma. Esta, a meu ver, foi mal compreendida e suscitou reações um tanto históricas, completamente inadequadas. Pois Archinov e Makhno tinham claramente dito que a “Plataforma” era um projeto e que poderia ser discutido. É lamentável que o movimento anarquista da época não tenha aproveitado essa abertura. É igualmente lamentável que alguns dos anarquistas que se reivindicam da herança da Plataforma de Archinov tenham, de certa forma, esquecido essa vontade de abertura.

Concepções velhas de 90 anos...

Nem por um lado, nem por outro, não se pode fazer referência a ideias, a formas de organização elaboradas há 90 anos sem considerar adaptações. Em princípio, a “síntese anarquista” tal como foi elaborada por Sébastien Faure estipula que devem coabitar na mesma organização uma corrente anarquista-comunista, uma corrente anarco-sindicalista e uma corrente individualista, sendo que todo esse mundo deve praticar uma tolerância mútua. No entanto, não me parece que haja individualistas na FA, ou pelo menos nunca encontrei nenhum. Além disso, militantes da FA que conheci há trinta anos como anarco-sindicalistas declarados se veem hoje como anarquistas praticando o sindicalismo. Na Federação Anarquista, as práticas dos diferentes “correntes” tendem a se uniformizar.

Com um olhar mais crítico – e após 90 anos podemos ter uma visão mais crítica – vemos que o que inicialmente motivou Makhno e Archinov foi a constatação da dificuldade do movimento libertário francês de tomar decisões. Esclareço que essa questão não se apresentava de modo algum na Espanha. Portanto, não se trata de uma questão “congenita” ao anarquismo. A CNT espanhola tinha um milhão de membros em 1930 e, para chegar a esse ponto, foi necessário que existissem dentro da organização instâncias nas quais as orientações eram discutidas e votadas. Da mesma forma, a Federação Anarquista Ibérica (FAI), da qual nunca soubemos qual foi o

número de membros,⁶³ mas que foi significativo, diga-se de passagem, não era vista como uma organização incapaz de tomar decisões.

A questão dos modos de tomada de decisão afeta principalmente o movimento anarquista francês e italiano, ao que parece. Esse debate, que começou já nos últimos anos da AIT dita “anti-autoritária”, sem dúvida contribuiu para precipitar seu fim. Durante o Congresso de Berna, em 1876, levantou-se a questão da participação nas deliberações de pessoas que não eram membros da Internacional. Em outras palavras, se seções que não pertenciam à AIT podiam contribuir para as decisões?

Os “sindicalistas”, com De Paepe, se opunham a isso. A corrente “anarquista” da AIT, na verdade, os delegados italianos, Cafiero e Malatesta, pensavam que os votos não tendo mais valor do que uma “estatística de opiniões”, era necessário conceder aos representantes das seções não afiliadas o direito de votar. A maioria se alinhou à opinião de De Paepe.

Os “sindicalistas” dizem: elas não são membros, não participam das decisões. Os “anarquistas” dizem: elas podem deliberar, uma vez que os votos não têm valor e não se toma decisão. Assim temos o principal fundamento da cisão, que surgiu no final da AIT de Saint-Imier entre uma corrente pré-sindicalista revolucionária e a corrente que já se definia como “anarquista”: organizar-se, na verdade, não leva à tomada de decisões voltadas para a ação. É com esse estado de espírito que se encontrava o movimento anarquista francês quando Archinov e Makhno chegaram à França.

Este debate coloca desde 1876 um problema que será abordado pela Plataforma 50 anos mais tarde: o da responsabilidade. Não se trata de responsabilidade individual ou coletiva, mas de responsabilidade em geral. Se as pessoas que deliberadamente decidem não participar de uma organização recebem o direito de participar das decisões da organização, ninguém mais é responsável. (Estamos falando aqui de uma organização revolucionária, ou mesmo de uma organização de classe como um sindicato. É evidente que as decisões sobre as orientações da sociedade pós-revolucionária são da competência da população em geral.)

Vemos que a questão da tomada de decisão remonta às próprias origens do anarquismo. Lembremos que a conferência anarquista internacional de Amsterdã, em 1907, não chegou a nenhuma decisão.

63 De acordo com as fontes e os tempos, o número de membros da FAI variou entre 30.000 e 150.000.

A questão que se coloca é a seguinte: por que então Makhno e Archinov não foram para a Espanha em vez de para a França? Segundo Alexandre Skirda, anarquistas espanhóis contataram Makhno em 1931 para que ele assumisse a direção de uma guerrilha no Norte da Espanha. Existe uma “Carta aberta aos anarquistas espanhóis” de Nestor Makhno, endereçada aos “camaradas Carbo e Pestana”, datada de 29 de abril de 1931:

“A meu ver, a CNT e a FAI devem se preocupar seriamente com essa questão e dispor, para isso, de grupos de iniciativa em cada vila e cidade; da mesma forma, não devem temer assumir a direção revolucionária estratégica, organizacional e teórica do movimento dos trabalhadores. É evidente que elas devem evitar, nessa ocasião, se unir a partidos políticos em geral, e aos partidos políticos em geral, e com os bolcheviques-comunistas em particular, pois suponho que os camaradas espanhóis serão os dignos emuladores de seus mestres russos.”⁶⁴

Makhno conclui sua carta dizendo: “Que a calamidade bolchevico-comunista não possa se estabelecer no solo revolucionário da Espanha!” Se, ao invés de vir para a França, Makhno e Archinov tivessem pousado na Espanha, provavelmente nunca teria existido a “plataforma de Archinov”. Na Espanha, ela não era necessária... O movimento anarco-sindicalista espanhol simplesmente os teria absorvido. Para memória, a FAI ibérica só se constituiu em 1927 e sem qualquer ligação com a problemática “plataformista.”

Então, se a plataforma de Archinov traz algo novo em relação ao movimento anarquista francês, ela não traz absolutamente nada de novo em relação ao movimento anarco-sindicalista espanhol – e ao movimento anarco-sindicalista em geral, incluindo o francês. De fato, se lermos os estatutos da CGT-SR, uma organização anarco-sindicalista francesa formada em 1926, o mesmo ano da redação da plataforma de Archinov, encontramos a exposição de um conjunto de estruturas federalistas nas quais os membros discutem orientações e votam decisões, e onde é admitido o princípio da responsabilidade coletiva, percebido por Malatesta como a “negação

64 *Probouzdénié*, n°23-27, juin-octobre 1932, pp.77-78.
<https://www.nestormakhno.info/french/malutte/lutte17.htm>

absoluta de toda independência individual, de toda liberdade de iniciativa e de ação”.

Os estatutos da CGT-SR são pelo menos tão “autoritários”, senão mais, do que a plataforma de Archinov. É significativo que a Plataforma de Archinov tenha causado tal alvoroço no movimento anarquista francês, enquanto os estatutos da CGT-SR, igualmente “autoritários”, na minha opinião, não suscitaram reações.

Mas se considerarmos o contexto da época, o problema da Plataforma de Archinov é um falso problema, porque os redatores do texto tiveram o erro, segundo eu, de se dirigir aos anarquistas em vez de se dirigir aos anarco-sindicalistas que acabaram de se separar da CGT e formar a CGT-SR. Se pudermos resumir, eu diria que o movimento anarquista francês da época era herdeiro de Kropotkine, enquanto a CGT-SR detinha a herança de Bakunin: no entanto, Makhno e Archinov tinham, na minha opinião, muito mais de Bakunin do que de Kropotkine.

Podemos dizer, em resumo, que o diagnóstico feito por Makhno e Archinov da situação do movimento anarquista francês era correto; era, aliás, mais ou menos o mesmo que o do movimento anarquista russo. Mas a Plataforma de Archinov não trazia nada de novo em relação ao que já existia na época. Se ninguém pensava em condenar o “autoritarismo” dos estatutos da CGT-SR, mas o fazia em relação à plataforma de Archinov (datando do mesmo ano), isso, na minha opinião, é simplesmente porque a plataforma de Archinov se dirigia (naïvamente, eu diria) aos anarquistas, enquanto os estatutos da CGT-SR olhavam para o movimento operário revolucionário, os anarco-sindicalistas ; o que sugere, de fato, que havia, na época, uma ruptura entre uma grande parte do movimento anarquista francês e a classe trabalhadora.

A questão é: será que Makhno e Archinov perceberam essa ruptura? – sem dúvida, sim. Infelizmente, Makhno não compreendeu claramente a natureza do sindicalismo revolucionário, do anarco-sindicalismo, para os quais ele deveria ter se voltado.

No final dos anos vinte na França, o movimento anarquista operário (isto é, aqueles que estavam em condições de se sindicalizar) estava por um lado na CGT-SR, por outro lado na CGT “histórica”. Com efeito, uma parte significativa dos anarquistas não aprovaram a formação da CGT-SR. Também não se pode descartar uma pequena fração do movimento que se mantinha em posições anti-sindicais ou pelo menos fortemente reticentes ao

sindicalismo. Não havia, portanto, uma posição comum sobre a questão da estratégia sindical mas, seja qual for o ponto de vista, definia-se em relação ao sindicalismo.

Makhno e Archinov, infelizmente, não entenderam isso: na Plataforma, eles interpretam o sindicalismo revolucionário como um simples movimento profissional sem teoria política e social: eles passam ao lado da própria essência do sindicalismo revolucionário e mostram que deviam simplesmente ignorar a existência da CGT-SR, da qual se pode dizer o que se quiser, mas não que ela não tinha uma teoria social e política. Makhno e seus amigos não perceberam isso, eles buscavam uma alternativa ao bolchevismo; não compreenderam que o anarco-sindicalismo era essa alternativa.

No período recente (as últimas trinta anos, digamos), a Federação Anarquista cometeu, eu penso, o erro de não compreender as razões do apelo da Plataforma de Archinov na América do Norte e do Sul.

“Lifestyle anarchism”

Entre a diversidade dos correntes anarquistas existentes nos Estados Unidos, um deles, o anarquismo “lifestyle”, foi objeto de uma crítica vigorosa por parte de Murray Bookchin,⁶⁵ repetida pelos partidários da plataforma e do anarquismo “específico”. Sobre o que se trata?

O termo é utilizado para designar os anarquistas que se concentram no desenvolvimento pessoal e em práticas como arte, comportamento, sexualidade, consumismo ou primitivismo, estilos de vida alternativos em vez de uma ação militante em maior escala no domínio político e social visando derrubar o capitalismo e o Estado. O anarquismo “lifestyle” está associado ao anarquismo individualista e enfatiza a autonomia individual, o prazer pessoal e a rejeição das normas sociais estabelecidas, assim como a rejeição do militância.

Esta corrente é fundamentada em grande parte na ideia de que nenhum trabalho organizacional é necessário além da criação de cooperativas e coletivos, ocupações, etc., ou pelo fato de se retirar do sistema atual como meio intrinsecamente revolucionário de alcançar objetivos anarquistas.

65 Murray Bookchin, *Social Anarchism or Lifestyle anarchism, An Unbridgeable Chasm*, AK Press.

As motivações que levam as pessoas ao “lifestyle anarchism” são provavelmente múltiplas, o que torna difícil a análise. Sem dúvida, há a crença sincera de que, se uma massa suficientemente grande de pessoas se “retirasse” do sistema, seria possível mudá-lo; mas há também aqueles que simplesmente não querem se comprometer e que se beneficiam do sistema atual enquanto o parasitam. E, por fim, meu raciocínio pode ser reduutivo, mas uma pessoa que trabalha em uma empresa e está sujeita à exploração do patrão e ao autoritarismo de uma hierarquia provavelmente será menos atraída pelo “lifestyle anarchism” do que pelo anarquismo “social”. Ou, para colocar de outra forma, uma pessoa que não tem nenhuma experiência de exploração e opressão no trabalho estará naturalmente tentada a priorizar seu ambiente de vida e seu conforto individual. Por extensão, o termo também é usado para designar qualquer compromisso que se situe fora da atividade tradicional no movimento de massa e na luta de classes.

Para Bookchin, o anarquismo “social” e o “lifestyle anarchism” são incompatíveis, separados por um “abismo intransponível” (subtítulo de seu livro).

“O contexto social reacionário de hoje explica em grande parte a emergência de um fenômeno no anarquismo euro-americano, que não pode ser ignorado: a propagação do anarquismo individualista. Em uma época em que até mesmo as formas respeitáveis de socialismo estão abandonando os princípios que poderiam ser de alguma forma interpretados como radicais, as questões de estilo de vida mais uma vez suplantam a ação social e a política revolucionária do anarquismo.

“Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, tradicionalmente individualistas e liberais, os anos 1990 estão cheios de anarquistas autoproclamados que — além de sua retórica radical exuberante — cultivam um anarquismo individualista moderno que chamarei de anarquismo estilo de vida. Sua preocupação com o ego, sua unicidade e seus conceitos polimorfos de resistência erodem progressivamente o caráter socialista da tradição libertária.

“Não menos que o marxismo e outros socialismos, o anarquismo pode ser profundamente influenciado pelo ambiente burguês ao qual pretende se opor, de modo que a

“interiorização” crescente e o narcisismo da geração yuppie deixaram sua marca em muitos radicais comprovados.

“O aventurismo improvisado, a bravura pessoal, uma aversão à teoria estranhamente semelhante aos preconceitos antirracionais do pós-modernismo, as celebrações da incoerência teórica (pluralismo), um compromisso fundamentalmente apolítico e anti-organizacional com a imaginação, o desejo e a êxtase, assim como um encantamento intensamente centrado em si mesmo da vida cotidiana, refletem o fardo que a reação social impôs ao anarquismo euro-americano nas últimas duas décadas.”⁶⁶

Esse comentário de Bookchin, publicado em 1995, ainda é amplamente válido hoje, mas é questionável que haja uma “propagação do anarquismo individualista” particularmente importante. É mais exato dizer que há uma fenomenal propagação do individualismo em geral. Seria muito presunçoso afirmar que a ação de um eventual “anarquismo individualista” seria capaz de explicar o afastamento generalizado da sociedade como um todo e a dominação do individualismo em todos os aspectos da vida social. Nesse sentido, o “lifestyle anarchism” não seria mais do que o reflexo, no nível do movimento libertário, de um fenômeno muito mais global. É evidente que o capitalismo não tem muito a temer desse suposto corrente “anarquista” que constitui uma distração, uma válvula de escape que desvia a atenção e a energia do ativismo político mais radical, substituindo-o por ações de consumismo ou estilos de vida ditos “subculturais”.

Em retrospecto, podemos nos perguntar o que Bookchin teria pensado do fenômeno “woke”, que surgiu na década de 2010. Suas ideias sobre a importância da interconexão das lutas sociais poderiam oferecer um quadro interessante para analisar este fenômeno. Ele provavelmente teria aprovado a ideia de relacionar as lutas contra o racismo, o sexismo e outras formas de opressão a uma crítica mais ampla do sistema capitalista e à necessidade de construir alternativas sociais e ecológicas. No entanto, ele era cético em relação às identidades políticas que se concentram apenas em questões individuais, preferindo uma abordagem que enfatiza as estruturas sociais e econômicas subjacentes. Bookchin certamente teria criticado a forma como o fenômeno “woke” pode se concentrar nas lutas identitárias em detrimento da análise das estruturas de classe e das questões econômicas: a luta de classes era essencial para compreender e mudar as condições sociais e

66 M. Bookchin, *Anarchisme social ou anarchisme style de vie*. (ma traduction)

políticas. Ele teria, portanto, criticado a ideia de que as lutas identitárias podem substituir a luta de classes, pois via as lutas sociais como interconectadas e inseparáveis. Ele defendia uma abordagem que integrasse as lutas contra o racismo, o sexismo e outras formas de opressão com uma crítica sistêmica do capitalismo — que tende a desaparecer no discurso “woke”.

É significativo que o “wokismo” tenha afetado apenas marginalmente a Federação Anarquista, enquanto hoje influencia fortemente a UCL, organização nascida da tradição plataformista, a ponto de várias dezenas de militantes terem deixado essa organização por causa do domínio do “wokismo”. De acordo com um texto publicado por esses militantes, o debate não é mais alimentado por pontos de vista políticos, mas se manifesta por “anatemias a partir de uma essencialização dos militantes”. Não é mais o conteúdo do que é expresso que é retido, mas a pessoa que se expressa, em função da “cor de sua pele, sua idade, seu gênero, etc.” Pode-se concluir que o discurso de certas pessoas definidas pelo grau de sua “opressão”, real ou sentida, tem mais valor, merece mais atenção do que o de uma pessoa que supostamente não é vítima de nenhuma “opressão” — e é fácil classificar essa pessoa no campo dos opressores, não pela ação que ela poderia exercer, mas simplesmente por ser quem é. “O gênero tornou-se, de fato, o prisma de todo intercâmbio. Os camaradas heterossexuais são, em particular, sujeitos a críticas permanentes pelo simples fato de serem quem são, independentemente de seu compromisso concreto com a luta pela igualdade de direitos, inclusive em sua vida cotidiana.”⁶⁷

Assistimos, assim, a essa surpreendente reviravolta que vê uma organização nascida do plataformismo abandoná-lo, provocando a saída de militantes que tentam reintroduzir essa tradição!

A corrente plataformista tende a considerar que todas as outras formas de anarquismo não são anarquismo e ataca vigorosamente qualquer atividade que não se relacione com a luta de classes. Eu entendo que essa atitude possa ser uma reação contra todas as variantes do anarquismo que considero fantasiosas e que se reduzem ao anarquismo “lifestyle”.

No entanto, a ação dos militantes anarquistas não pode se limitar exclusivamente à luta de classes de maneira estreita. E aqui eu volto a Bakunin e ao movimento sindicalista revolucionário dos primórdios:

67 *Monde libertaire* online, https://monde-libertaire.net/?articien=6142&article=A_propos_des_34_demissionnaires_de_IUCL

lembramos que o conceito de “propaganda pelo fato” originalmente não consistia em lançar bombas: a “propaganda pelo fato” tinha originalmente um sentido construtivo de criação de caixas de socorro, cooperativas, sindicatos, bibliotecas, escolas, etc. A expressão será desvirtuada posteriormente. Gaston Leval diz a esse respeito:

“Bakunin, diante do fracasso das tentativas revolucionárias nas quais ele havia participado e diante do fracasso da Comuna, chegou à conclusão de que “a hora das revoluções havia passado”. Ele recomendou então a “propaganda pelo fato”, entendendo assim as realizações diretas que servem de exemplos. Mas a demagogia e a estupidez dominando o movimento anarquista, a fórmula foi interpretada como uma recomendação para atentados individuais, que nada tinham a ver com o pensamento do grande lutador.”⁶⁸

Após Bakunin, a ideia foi retomada no movimento sindical francês pelas bolsas de trabalho, onde os militantes anarquistas estavam muito ativos.⁶⁹

Dito isso, é preciso distinguir duas coisas:

- A crítica da retirada em uma bolha cultural para buscar o desenvolvimento pessoal;
- O fato de levar adiante, junto com a luta de classes, diversas atividades culturais ou educativas em paralelo com a luta de classes.

Na América Latina, existia uma forte tradição de anarquismo operário organizado⁷⁰ em estreita simbiose com o sindicalismo revolucionário. O desaparecimento dessa tradição não pode ser atribuído a uma única causa. Houve uma “geração perdida” (ou até duas), por um lado, devido à hegemonia do comunismo, e por outro, devido às ditaduras militares. A “descoberta” da plataforma nos anos 90 revelou aos anarquistas latino-

68 Gaston Leval, “La crise permanente de l’anarchisme”.

69 Ver: *Fernand Pelloutier et l’entrée des anarchistes dans les syndicats*, <https://www.infolibertaire.net/fernand-pelloutier-et-lentree-des-anarchistes-dans-les-syndicats/?hi>

Ver também: David Rappe “Les Bourses du travail, une expression de l’autonomie ouvrière”, <https://journals.openedition.org/chrhc/2360?lang=en>

70 Escrevo “anarquismo operário organizado» para me conformar com o uso, mas na minha opinião um anarquismo que não seria “organizado» é um absurdo.

americanos a existência de um “anarquismo organizado”, ou seja, um anarquismo operário, organizado de uma maneira específica, enquanto até então os anarquistas estavam presentes no movimento sindicalista revolucionário sem sentir a necessidade de se organizar de forma “específica”. A “perda do vetor social” é atribuída pelos anarquistas latino-americanos de hoje a essa carência.

Algumas palavras sobre o “caso” Fontenis

Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento anarquista está mais disperso do que nunca. A CGT-SR, que era pouco numerosa como confederação sindical, mas muito ativa e que dispunha de instalações nas bolsas de trabalho, se reconstitui sob a influência de exilados espanhóis na forma de uma CNT francesa, mas perde duas oportunidades de recomeçar com força:

a) para não “dever nada ao Estado”, a nova organização se recusa a recuperar as instalações da antiga CGT-SR;

b) por sectarismo, desencoraja os sindicatos da CGT que estavam cansados dos comunistas e que buscavam uma estrutura de acolhimento.⁷¹

Com o apoio e sob a influência de anarquistas exilados espanhóis, uma organização anarquista toma forma novamente. Em outubro e depois em dezembro de 1945, um congresso em Paris constitui, ao lado de uma nebulosa libertária pouco estruturada, uma Federação Anarquista cujo modo de organização favorece a coabitação das diferentes sensibilidades em detrimento da unidade ideológica.

Fontenis organizou, nos anos 50, uma fração, uma conspiração, para assumir o controle da FA, de seu jornal, *Le Libertaire*, de suas instalações, de seu tesouro, e fez excluir todos aqueles que não estavam de acordo com ele, incluindo uma boa parte de seus próprios “apoiadores” – uma atitude

71 Como organização que não tinha colaborado com os nazis, a CGT-SR reconstituída sob o nome de CNT (francesa) teria podido recuperar as instalações que esta última ocupava nas bolsas de trabalho.

Quando muitos sindicatos começaram a deixar a CGT porque eles não suportavam mais os comunistas, alguns deles bateram à porta da CNT francesa, que lhes perguntou se eles eram anarquistas. Como não estavam, eles foram procurar outro lugar. Esses fatos nos foram relatados por Julien Toublet, ex-tesoureiro da CGT-SR.

totalmente coerente com grupos ultra-sectários e paranóicos.⁷² O sintoma desse fato se revela no fato de que o chefe dessa seita, Fontenis, acumulou as funções de secretário geral, responsável pelo grupo de autodefesa, pela formação de jovens militantes, responsável pela *Revue anarchiste*, redator permanente do *Libertaire*, responsável pela comissão de Educação, presidente das Juventudes Libertárias e, sobretudo, presidente da OPB [Organização Pensée Bataille], a organização secreta que havia sido o instrumento dessa tomada de controle total. Não se pode dizer que se praticava a rotação de mandatos... Ou então não havia um único militante no grupo que fosse competente o suficiente para aliviar o chefe sobrecarregado.

Nos grupos plataformistas americanos – norte e sul – Fontenis é visto como um modelo. Quando é mencionado nos fóruns, ele é praticamente considerado um segundo Bakunin. Em contraste, a Federação Anarquista é alvo de um desprezo soberano, uma vez que rejeitou o grande homem.

Uma verdadeira construção mítica foi feita em torno dos três anos catastróficos de exercício do poder por Fontenis. Isso está relacionado ao desejo mais ou menos consciente de ter um herói, quando não é simplesmente um verdadeiro culto à personalidade. Mas Fontenis certamente não é o Bakunin do século XX. É certo que, a milhares de quilômetros de distância e 60 anos depois, o mito pode parecer sedutor, mas se fizermos o balanço, o que temos? Um pequeno grupo de homens toma o controle de uma organização enfraquecida por 5 anos de guerra, desvia-a dos princípios elementares sobre os quais está fundada e a abandona a seu destino quando terminam de arruiná-la.

Esses homens se aliaram a André Marty, um stalinista da pior espécie, que havia sido enviado por Stalin à Espanha para dirigir as Brigadas Internacionais e eliminar os opositores. Marty foi apelidado de “Açougueiro de Albacete” por ter coberto as liquidações de membros das Brigadas Internacionais perpetradas nesta cidade. Marty também era conhecido na Espanha por sua caça aos anarquistas e militantes do POUM. No final da guerra, Marty era o n° 3 do Partido Comunista Francês. A morte de Staline em 1953 questionou sua situação e ele foi excluído porque estava *muito marcado como stalinista*. Quando Fontenis decide se aproximar dele, Marty

72 Para uma análise mais exaustiva do “caso Fontenis», ver: “Georges Fontenis: percurso de um aventureiro do movimento libertário”, <https://ielibertarios.wordpress.com/2023/11/16/georges-fontenis-percurso-de-um-aventureiro-do-movimento-libertario-1-2>

não era, portanto, um militante revolucionário opositor à direção do partido; era um stalinista confirmado que estava politicamente desempregado. Em 1955, *Le Libertaire*, que Fontenis e seus amigos controlavam, abriu amplamente suas colunas a Marty. Fontenis estava convencido de que poderia manipular Marty, mas foi o contrário que aconteceu. Como costume dizer, quando os anarquistas querem brincar de leninistas, eles são sempre piores que os próprios leninistas e acabam por se dar um tiro no pé.

A Federação Comunista Libertária, que sucedeu à Federação Anarquista, votou por unanimidade uma resolução declarando que a batalha eleitoral era uma forma de luta de classes e que participar das eleições havia se tornado viável. Nas eleições de janeiro de 1956, Fontenis apoiou as posições de André Marty. Foi um fracasso catastrófico: em termos de votos, evidentemente, mas também para o tesouro da organização. A FCL foi totalmente arruinada por essa campanha eleitoral.

Posso afirmar sem muito risco que Makhno e Archinov não teriam apoiado esse tipo de desvio...

O que se reprocha a Fontenis não é ter expressado suas opiniões, nem ter criado uma organização comunista libertária por completo, mas sim ter destruído uma organização existente de dentro. Ninguém diz que a Federação Anarquista era perfeita, mas ela tinha o mérito de existir. O controle de Fontenis e seus amigos sobre a FA durou pouco mais de três anos, e quando terminou, ele havia excluído quase todo mundo, incluindo uma boa parte de seus próprios amigos. Após o calamitoso episódio das eleições, Fontenis deixou um vazio atrás de si. O deserto.

Poder-se-ia creditar a Fontenis o apoio que ele deu à independência argelina: muitos anarquistas, de todas as tendências, o fizeram, mas de forma encoberta, clandestinamente. O próprio apoio a uma organização clandestina deve ser feito de forma clandestina! Não gritando aos quatro ventos. A escolha de Fontenis de levar a organização a esse apoio de maneira ostensiva levou a condenações em cadeia e à sua ruína.

Fontenis não era um militante visionário que antecipou o modelo perfeito de organização anarquista e que vislumbrou de forma profética o programa anarquista do futuro; era um manipulador louco que destruiu a única organização que existia, não construiu nada em seu lugar e deixou para trás uma terra arrasada. Isso, eu acho, é uma atitude que não é honrosa. A destruição da Federação Anarquista não é um título de glória a ser creditado a Fontenis e seus amigos. Depois, foram necessários anos para reconstruir a Federação Anarquista.

Conheço um fã de Fontenis que sustenta que os anarquistas não podem fazer a revolução sozinhos (o que é inegável...), que precisam encontrar aliados e que a aliança entre a FCL de Fontenis e o stalinista Marty e seus amigos se inscrevia no âmbito de uma simples aliança tática, e que é fazer purismo se chocar com isso. Não contesto a necessidade de fazer alianças; o que digo é que alianças com outras forças podem ser consideradas quando nós mesmos estamos em uma posição de força e que essas alianças não colocam em questão todos os nossos princípios. De qualquer forma, não se alia a um tipo que fez assassinar numerosos anarquistas.

Insisto que não se pode colocar um sinal igual entre Fontenis e o comunismo libertário, entre Fontenis e o Plataformismo. O problema é que muitos plataformistas fazem isso. O comunismo libertário, como teoria e prática, como um corrente legítima do movimento libertário, não está de forma alguma manchado pelos atos de um homem apoiado por alguns cúmplices e cujos crimes duraram, na verdade, apenas três anos. A Federação Anarquista acabou se reerguendo, de qualquer forma, e hoje se encontra em boa situação.

Nos anos 50, havia comunistas libertários que não eram plataformistas e que não questionavam a existência da FA. Portanto, não se deve confundilos com aqueles que seguiam Fontenis. Dito isso, Fontenis poderia muito bem ter dito: não concordo com a FA, vamos construir outra coisa, e aqueles que desejarem podem me seguir. Tenho certeza de que militantes o teriam seguido. O destino do comunismo libertário na França teria sem dúvida mudado totalmente.

O problema é que ele conseguiu enojar, por suas práticas e seu autoritarismo, a maioria daqueles que o haviam apoiado e seguido. Foi o caso do grupo Kronstadt, cuja oposição não tem nada a ver com divergências pessoais. O Memorando que esse grupo redigiu mostra claramente que se tratava de divergências totalmente políticas.⁷³ E é extremamente lamentável que não tenha sido traduzido nem para o inglês, nem para o espanhol, nem para o português. Parece-me evidente que a aura que envolve a figura de Fontenis aumenta com a distância. O ídolo ficaria um pouco desmitificado se esses camaradas distantes tivessem lido a revista mensal da *Alternative Libertaire* de dezembro de 2002, quando dois militantes da organização fizeram um relato de um livro que Fontenis havia acabado de publicar por conta própria, *Non-conforme*. Os autores do artigo

73 Méemorandum do groupe Kronstadt,
<https://cras31.info/IMG/pdf/memorandum-groupe-kronstadt.pdf>

acusam Fontenis de se equivocar, de ser ambíguo e de se aliar à ideologia dominante. Para um ídolo, é uma queda e tanto. Pois é verdade que, no final, Fontenis havia se tornado bastante incômodo para os militantes da Alternative Libertaire, ao ponto que foi excluído em dezembro de 2005...

A obsessão organizacional

As divergências que os grupos plataformistas têm com os outros anarquistas se revelam na insistência que colocam nas questões organizacionais e estratégicas, na “unidade teórica”, etc., sendo que as outras organizações anarquistas são acusadas de não se preocupar com tudo isso. Digo “as outras organizações anarquistas” para ressaltar que não se deve cair em um falso debate “plataforma vs síntese”, o anarquismo não se reduz nem à “síntese”, nem à “plataforma”.

Para os redatores da Plataforma, os princípios gerais do anarquismo não eram questionados, mas sim a maneira como eram aplicados. São as deficiências do movimento anarquista em termos de organização que são responsáveis pela fraqueza do movimento, por isso era necessário se livrar dos elementos individualistas – em que não inovavam de forma alguma, uma vez que esse trabalho já havia sido iniciado praticamente no início do século. Essa preocupação perdurou até hoje.

Uma boa ilustração do que poderíamos considerar como obsessão organizacional e estratégica pode ser encontrada em um texto muito elaborado de um certo Scott Nappalos, publicado no site de um grupo americano, Miami Autonomy & Solidarity, sem, no entanto, parecer que ele adere ao conteúdo desse texto: “Rumo à teoria da organização política de nosso tempo” (parte 1).⁷⁴

Ao falar de obsessão organizacional e estratégica, não quero dizer que sou contra a organização e a estratégia, mas penso que se uma organização libertária deve se fixar objetivos a longo prazo, esses objetivos podem até ser ambiciosos, mas o nível de reflexão e de teorização sobre os meios para realizar esses objetivos deve ser coerente com o dos efetivos e dos meios da organização que se dedica a tais reflexões. Em francês, diríamos de maneira trivial que “não deve peidar mais alto do que a sua bunda”.

74 Miami Autonomy & Solidarity, <http://miami-autonomy-and-solidarity.wordpress.com/2011/01/16/towards-theory-of-political-organization-for-our-time-trajectories-of-struggle-the-intermediate-level-and-political-rapprochement/>

Em outras palavras: o que podemos fazer com as forças que temos? Uma vez definidos os objetivos – e aqui, temos o direito de ser ambiciosos, por exemplo, a criação de uma organização libertária de massa – não vejo muito sentido, se somos 50, em divagar sem fim sobre a estratégia da revolução mundial. A questão deveria ser mais: como passar de 50 para 100? No entanto, parece que a maioria dos grupos “plataformistas” nas Américas tem efetivos extremamente baixos.

Scott Nappalos, portanto, é muito crítico em relação ao “síntesismo”: seu texto fala de “regroupement” (reagrupamento): o autor está convencido de que “em nossa época, somos testemunhas de uma ampla convergência de práticas e conceitos dentro de organizações que começaram em pontos diferentes e com tradições diferentes”. Mas ele observa que há “fortes diferenças dentro das organizações, e internamente a maioria das organizações tem pessoas que vão em direções diferentes”. A solução reside, segundo ele, em uma “transformação substancial das orientações e forças existentes”.

“Inevitavelmente, isso requer conflitos, cisões e a ruptura das organizações existentes em tendências distintas que, por enquanto, só se combatem de maneira interna. Isso deve, na verdade, ser bem recebido, pois isso esclarecerá nossas orientações e aliviará algumas das paralisias internas periódicas.”

“Este é um risco, mas é um risco necessário”, diz ainda Nappalos. Acredita-se entender que, em nome da coesão da organização, é preciso purificá-la. É uma atitude muito leninista. “Em um tal momento, diz Nappalos, as lealdades organizacionais e ideológicas devem ser reavaliadas em favor dos interesses do proletariado e do movimento como um todo.”

Estou perfeitamente ciente de que as opiniões encontradas em blogs e sites da internet não são necessariamente a expressão do nível de pensamento de um movimento político como um todo, mas “Rumo à teoria da organização política de nosso tempo” é um longo texto elaborado em três partes, e não simplesmente a expressão espontânea de um blogueiro. Nappalos é um cara que parece ser bastante conhecido nos meios libertários da América do Norte e o que ele diz é, além disso, interessante.

Em nome da rigorosidade, da coesão, da unidade do pensamento, o autor se alegra com os conflitos, as cisões e a ruptura: é o que nós, na França, vivemos com Georges Fontenis nos anos 50, mas é principalmente a

ilustração da tentação permanente existente entre esses militantes que querem ser mais realistas que o rei, e que interpretam o Plataformismo de forma exagerada e o transformam em uma caricatura.

O paradoxo é que, quando você se atém à letra das considerações estratégicas de certos militantes anarquistas, tem a impressão de que eles falam de uma organização de milhares e milhares de membros. Essa foi a impressão que tive ao ler Nappalos. Seu texto me lembra dessas duas organizações revolucionárias alemãs (AAUD e AAUD-E) que decidiram se fundir em 1931 para formar a KAU. Quando você lê os discursos, os relatos feitos pelos comunistas de conselho sobre esse evento aparentemente considerável, tem a impressão de que o destino do proletariado mundial estava em jogo, que as forças colossais da revolução planetária finalmente iriam se unir (em 1931, era um pouco tarde...) para esmagar a reação mundial coalizão contra a classe trabalhadora internacional.

Na verdade, a primeira organização contava com 343 membros e a segunda com 57. Parece que alguns anarquistas, em particular os plataformistas, copiaram do comunismo de conselho essa superestimação da importância dos discursos, que acabam por servir como atos. Há algo cômico (ou patético) em preconizar cisões dentro de organizações microscópicas devido a desacordos sobre a estratégia da revolução mundial.

Manifestamente, o ponto de vista de Nappalos não produz unanimidade, pois um blogueiro estadunidense – que se faz significativamente chamar de “Syndicalist”⁷⁵ – replica:

“Muito respeitosamente, camarada, depois de passar por conflitos, cisões e rupturas suficientes nos últimos 37 anos, não acho isso realmente saudável. (...)

“A vontade de se engajar nesse tipo de luta, de cindir organizações e de deixar as pessoas amargas, isso, na minha opinião, não vale a pena. (...)

“As pessoas deveriam se reunir ou se separar com base em pontos comuns. E as pessoas deveriam se reunir ou se separar em um espírito de camaradagem quando esses pontos comuns não estiverem mais presentes. Os “conflitos, cisões e

75 Em inglês e nas línguas germânicas, “syndicalist” ou “syndikalist” é sinônimo de sindicalismo revolucionário ou anarcosindicalismo.

rupturas” não são um meio de construir e ter resultados duradouros muito além do momento da separação política.”

Devo dizer que sinto muita simpatia por esse camarada.

E quero lembrar que nunca houve um movimento anarquista importante sem que antes houvesse uma organização de massa inspirada pelo pensamento libertário. Isso levanta o problema da relação entre a organização anarquista e a organização de classe, o que parece estar no centro das preocupações dos anarquistas da América do Norte e do Sul – um problema levantado, mas não resolvido. Apresso-me em dizer que na França também o problema não está resolvido...

3. – A QUESTÃO HOJE

O “síntesismo” visto por alguns plataformistas

Houve no *anarchistblackcat*, um fórum próximo à rede Anarkismo, uma troca de opiniões reveladora entre o que parecia ser um jovem militante hispanofalante (que chamarei de “C.”) e um velho militante anarco-sindicalista francês. Tudo começou quando o jovem chamou de “merda” (*shit*) um artigo que, apesar de extremamente moderado, bem documentado e nada polêmico sobre Fontenis, foi publicado no *Monde Libertaire*.⁷⁶

Três fatos interessantes podem ser destacados:

1. O evidente culto à personalidade desenvolvido em torno de Fontenis. Eu cito:

76 “Parcours d’un aventuriste du mouvement libertaire”, Julien, *Le Monde libertaire* n° 1604, 16-22 septembre 2010.

<http://www.monde-libertaire.fr/portraits/13723-georges-fontenis-parcours-dun-aventuriste-du-mouvement-libertaire-1/2>

Version anglaise : “Journey of an adventurist of the Libertarian movement”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article371>

“Fontenis lutou toda a sua vida para dar consistência ao movimento revolucionário em linhas libertárias, lutando não contra ‘ideias’ (como fez o grupo Joyeux), mas contra o nazismo, o franquismo, o imperialismo francês. Ele nunca hesitou em fazer alianças com outros lutadores contra a opressão, nem em buscar uma maneira arriscada de realizar os objetivos da revolução social, pensando que era melhor cometer erros do que não fazer nada, mas para alguns ‘anarquistas’ isso é uma aberração. Eles preferem editar jornais culturais, propaganda que são os únicos a ler e falar, falar, falar sobre coisas sem significado. Eles estão muito felizes: nunca ‘trairão’. Sim, eles nunca mudarão a sociedade. Mas isso não tem importância, é claro.”

De maneira rudimentar, essa opinião reflete bem o ponto de vista platôformista sobre a Federação Anarquista. Entretanto, o site anarchistblackcat parece ter desaparecido, então não posso fornecer a referência da internet dessa citação, mas tomei o cuidado de fazer um copiar e colar para meus arquivos e conservei a totalidade do “diálogo”. Entenderemos que aqueles que “preferem editar jornais culturais”, etc., são a FA.

2. A imagem da Federação Anarquista veiculada por certos seguidores de Fontenis. Cito um participante deste debate que se define como um “velho militante anarco-sindicalista” que respondeu a “C.”:

“Uma coisa que me surpreende é a imagem que alguns anarquistas têm da FA. Se os ouvirmos (ou se os lermos), a FA não passa de um bando de sícofantas vaporosos discutindo languidamente sobre o sexo dos anjos, levantando questões que não têm nenhum vínculo com a realidade, publicando ‘jornais culturais’ destinados a ninguém além de nós mesmos, e ‘falando, falando, falando sobre coisas sem significado’, observando passivamente o mundo real passar pela janela: o nazismo, o franquismo, o imperialismo francês, os explorados, os oprimidos, os desempregados e os sem-teto, reduzidos a meras ‘ideias’. E, claro, considerando a ‘inorganicidade’⁷⁷ como uma virtude, o que provavelmente é

77 Sem dúvida, na mente do redator, a ideia de que não se deveria organizar.

o que C. se refere como a suposta recusa da organização pela FA.”

O velho anarco-sindicalista conclui lembrando que esses “anarquistas vaporosos” que são acusados de serem opostos à organização, de fato realizaram algumas coisas, como um semanário, uma rádio, livrarias, etc. “Eu gostaria que C. me explicasse como diabos pessoas tão inconsistentes podem fazer tudo isso, sem mencionar a organização de um encontro internacional em 2012.”

3. O terceiro fato revelador é que o culto à personalidade é amplamente baseado na ignorância. “C.” declara assim:

“Georges Fontenis tem as qualidades de um autêntico revolucionário social. Ele se dedicou desde jovem a construir um movimento revolucionário, pensando nos VERDADEIROS problemas de seu tempo e de sua época (*O Manifesto Comunista Libertário*, por exemplo, foi escrito para a FA nos anos 50). *Não conforme*⁷⁸ para o movimento comunista libertário e a esquerda revolucionária no início do século XXI e o fortalecimento dos laços entre aqueles que lutam. Seu legado vai perdurar.”⁷⁹

“C.” ignora claramente que, quando *Non conforme* foi publicado em 2002, Georges Fontenis havia se tornado algo incômodo para a Alternative Libertaire, a organização da qual ele deveria ser um militante “histórico”. Dois membros proeminentes dessa organização escreveram:

“Infelizmente, se Georges Fontenis sempre se preocupa em ‘quebrar tabus’, ele não faz isso em *Non conforme* com muita pertinência. O exercício aqui se transforma em uma busca por uma postura iconoclasta que muitas vezes falha em seu alvo, quando não se desvia completamente. O discurso é confuso e ambíguo sobre certas questões sociais. No final das contas, Georges Fontenis quer levantar questões não conformes, mas a redação muitas vezes ambivalente de suas respostas pode

78 Édition Bénévent, 2002.

79 O inglês de “C” sendo aproximado, tentei respeitar seu estilo na medida do possível.

levar os leitores a conclusões muito conformes... à ideologia dominante.”⁸⁰

Percebe-se que os autores desse julgamento se contêm de dizer mais... O julgamento é bastante severo: o modelo inegável do anarquista plataformista é acusado de ter se aliado à ideologia burguesa!!!

Nappalos vs síntesismo

A segunda parte do texto de Nappalos, subtitulada: “Não somos plataformistas, mas nos esforçamos para ser”, trata do “síntesismo”.

A abordagem do autor é, na verdade, interessante. Correntes que surgiram da tradição comunista libertária têm buscado, há uma geração, se organizar, construir organizações e tentar repensar suas tradições passadas e seu futuro. Hoje, diz Nappalos com muita propriedade, nos encontramos em uma situação diferente da que conheceram a Makhnovchtchina e os Amigos de Durruti: hoje, não há um movimento de massa capaz de constituir um contraponto ao Estado e ao capitalismo.⁸¹ Nenhuma organização revolucionária está imersa na luta. Portanto, há “uma grande distância entre nossa realidade e aquela dos pontos culminantes da revolução, e, por consequência, é difícil aplicar diretamente a teoria daquela época”.

Há, diz Nappalos um pouco mais adiante em seu texto, um “fosso histórico entre o presente e o passado”. É uma constatação extremamente pertinente e que se alinha completamente ao que venho dizendo há anos: nunca mais repetiremos a tomada do Palácio de Inverno nem as coletivizações de 1936. Portanto, é preciso encontrar outra coisa. Em 1995, eu disse durante uma conferência realizada em Rouen, na Normandia:

“Os esquerdistas leninistas acabaram percebendo que nunca mais poderão “tomar o Palácio de Inverno”. Eles se reconvertem em simples partidos social-democratas que desenvolvem, sem nenhuma imaginação, reivindicações um

80 Guillaume Davranche et Patrice Spadoni, *Alternative libertaire*, décembre 2002.

81 Equacionar o movimento makhnovista e os Amigos de Durruti não faz muito sentido. O primeiro envolveu dezenas de milhares de pessoas em uma luta armada, mas também em uma atividade de reorganização social. O segundo, composto por membros da CNT e de outros grupos anarquistas, teve um impacto que não se mediu pelos seus efectivos - no máximo algumas centenas de militantes - mas pelas ideias que desenvolvia.

ou dois degraus mais à esquerda que seus homólogos chamados “reformistas”, os quais, aliás, nem são mais reformistas” (...)

“Do lado libertário também é necessário fazer um balanço. Os exemplos históricos de movimentos de massa influenciados pelos libertários não são mais reproduzíveis hoje. Para construir uma organização de um milhão de filiados capaz de levar a população trabalhadora a retomar quase instantaneamente a produção industrial, agrícola, os transportes e os serviços, como na Espanha em 1936, foram necessários setenta anos de propaganda sindicalista incessante. Estamos prontos para fazer o mesmo?”⁸²

Nappalos escreve que as lições que devemos tirar dessas lutas são cruciais para compreender e construir, mas o que nos falta é nossa própria teoria, correspondente a um período de lutas que ele designa como sendo de “baixa intensidade”,⁸³ uma teoria que possa não só nos iluminar sobre a maneira de lutar, mas também sobre a maneira de desenvolver as lutas. Portanto, precisamos de uma prática que, a partir do ponto em que nos encontramos, nos ajude a alcançar esses altos pontos de luta. Devemos “ampliar nossa visão da história para nos voltarmos para pessoas que enfrentaram os mesmos desafios que nós”.

O artigo de Nappalos tem, portanto, a ambição de examinar algumas das teorias para tirar lições, a fim de “encontrar nossa própria teoria” que nos permitirá assumir as tarefas da luta. Até aqui, não vejo em que podemos discordar de Nappalos: ele quer tirar lições do passado; ele constata que não se pode reproduzir os esquemas do passado, quando o movimento libertário era um movimento de massa; ele afirma a necessidade de reconsiderar os modos e meios de organização levando em conta essa constatação.

82 R. Berthier, “Fin de l’anarchisme ?”, texto de uma intervenção num encontro em Rouen, em 1995. Retomado em “Créons un mouvement pour une société alternative” 2009 [<http://www.monde-nouveau.net/spip.php?article145>]

83 Discordo da afirmação segundo a qual nos encontraríamos num período de luta de “baixa intensidade». A luta é, ao contrário, de altíssima intensidade, mas são os capitalistas que a conduzem e têm a iniciativa, a classe trabalhadora e os movimentos populares se encontrando numa situação totalmente defensiva, ou mesmo não-defensiva. Lembremo-nos do que disse o bilionário americano Warren Buffet na CNN em 19 de junho de 2005: Existe uma luta de classes. Mas é a minha classe - a classe dos ricos - que lidera esta guerra. E nós estamos ganhando!»

No entanto, farei uma observação sobre os exemplos que ele dá. O movimento makhnovista foi, sem dúvida, um movimento de massa, mas limitado a uma sociedade agrária. A CNT, que foi um exemplo de organização de massa, não é significativamente mencionada por Nappalos, mas os Amigos de Durruti são: era uma fração da FAI organizada dentro da CNT, mas de maneira alguma uma organização de massa por si só. Não estou certo de que um ou outro exemplo possa fornecer modelos operacionais em uma reflexão sobre as questões organizacionais e estratégicas de hoje, e ainda menos servir de base de reflexão para que o movimento libertário possa reconquistar a influência que perdeu no movimento de massa.

A primeira “teoria” que Nappalos ataca é o síntesismo. E há verdade no que ele diz. “Do ponto de vista da luta, o síntesismo não é tanto uma teoria quanto um amplo movimento que gerou o desenvolvimento de teorias de organização mais restritas em resposta aos fracassos resultantes do síntesismo”. Eu realmente penso que o síntesismo “nunca existiu realmente como uma teoria explícita”, como Nappalos diz, fora das aberrações de Sébastien Faure. O problema, que Nappalos não destaca, é que há duas interpretações do “síntesismo”, dois “inventores”, e se Sébastien Faure é um deles, Voline teve a ideia primeiro, uma ideia muito diferente da de Faure. Isso é, evidentemente, preocupante, na medida em que Voline estava muito ligado a Makhno e que o que ele diz pode não ser tão idiota assim, mesmo que diverja da plataforma de Archinov.

Nappalos tem um pouco de razão quando diz que “ninguém se designa como síntesista”. Dito isso, ele é um pouco categórico: seria mais exato dizer “quase ninguém...”. O que não o impede de dizer mais adiante que, na prática, “a maioria das organizações libertárias tem um caráter síntesista”:

“O síntesismo reúne pessoas que não têm um nível básico de unidade sobre a estratégia e muitas vezes sobre a teoria. O exemplo clássico são as ‘federações anarquistas’ (particularmente na Europa, embora na história recente dos EUA tenha havido a Federação Anarquista Social Revolucionária)⁸⁴ que permitem que diferentes tendências

84 “Social Revolutionary Anarchist Federation”, fundada aparentemente em 1972, mas talvez um pouco antes, não era realmente uma organização, mas uma rede de correspondência aberta a todos os que se declaravam anarquistas, e durou cerca de doze anos. Apesar de suas bases heterogêneas, a SRAF teve cerca de trinta grupos que se reivindicavam dela e permitiu que inúmeras pessoas

contraditórias existam na mesma organização sem nenhuma unidade fundamental. Um exemplo atual seria as federações anarquistas francesa e italiana na Internacional das Federações Anarquistas, que são fortemente inspiradas pelo síntesismo e que reúnem pessoas com base em um anarquismo amplamente concebido, incluindo até mesmo individualistas.”

Quanto aos “individualistas”, eu me filiei à FA em 1984; na época, havia um pequeno grupo de velhos camaradas individualistas, mas não eram anarquistas do tipo “Eu, Eu, Eu... e os outros depois”,⁸⁵ eram militantes que buscavam se realizar moralmente, como pessoas, sem se dissociar do grupo. Esses velhos camaradas gradualmente desapareceram. Dizer que a FA é uma organização que “reúne” individualistas é totalmente exagerado. Conheci em meu sindicato da CGT francesa uma pequena quantidade de velhos anarquistas individualistas que eram sobreviventes do anarquismo anterior à guerra. Eram sindicalistas irrepreensíveis que pagavam suas contribuições, assistiam às reuniões sindicais e assembleias gerais e seguiam os chamados de greve.

Nappalos vê a Federação Anarquista Francesa como uma organização que permite “a tendências contraditórias variadas existirem todas na mesma organização sem nenhuma unidade fundamental”.⁸⁶ O maior erro que ele comete é dar crédito demais aos discursos sem observar os fatos. Na FA, há diferenças de opiniões, mas elas raramente são consequência do fato de que alguns camaradas são anarquistas-comunistas e outros anarco-sindicalistas, ou o que quer que seja. Nossos congressos não são lugares onde vemos confrontos permanentes entre anarquistas em geral, anarquistas-comunistas e anarco-sindicalistas, levando à paralisia; são lugares onde os militantes podem estar em uma oposição bastante polida, às vezes em oposição muito vigorosa sobre questões, na maioria das vezes, práticas. Mas essas

saqueadas no território dos Estados Unidos se sentissem pertencentes a um só grupo. Em 1977, os “dissidentes” da SRAF formaram a “Anarchist Communist Tendency” que se separou e formou no ano seguinte a Anarchist Communist Federation, dos quais alguns membros criaram em 1984 a Workers’ Solidarity Alliance, que ainda existe hoje e do qual um delegado participou nos Encontros internacionais de Saint-Imier...

85 Discurso proferido pelo individualista holandês Croiset no congresso anarquista de Amsterdã em 1907.

86 *Loc. cit.*

divergências de opiniões existem porque as pessoas simplesmente não estão sempre de acordo umas com os outros.

Ninguém hoje sobe à tribuna de um congresso da FA dizendo: “Eu, como representante dessa corrente, penso que...” Os camaradas expressam-se pessoalmente ou em nome do grupo ao qual pertencem.

Na FA, tenho a impressão de que há principalmente anarquistas sem epíteto, anarquistas-comunistas e anarco-sindicalistas, ou militantes que não são nem um nem outro, ou os dois. De qualquer forma, quando observo os fatos, percebo que essas tendências existentes na FA não são contraditórias: ao contrário, elas praticam uma COLABORAÇÃO bastante eficaz.

Há algo insuportavelmente paternalista na atitude de Nappalos, que considera que o síntesismo diz respeito apenas a anarquistas de segunda classe: para qualificá-los, ele recorre à expressão “lower case ‘a’ anarchists”. A melhor tradução dessa expressão é a tradução literal: “anarquistas minúsculos”. A “case”, nas antigas impressoras da época do chumbo, era uma espécie de gaveta onde estavam compartimentos contendo as letras de chumbo. Essa casse era dividida em duas, horizontalmente: embaixo, o que o comum dos mortais chama de “minúsculas” e que os tipógrafos chamavam de “baixo de casse”; em cima, as “maiúsculas” ou “capitales”. Portanto, para Nappalos, os “síntesistas” são os anarquistas “minúsculos” – sugerindo, sem dúvida, que os plataformistas são anarquistas “maiúsculos”.

Nappalos nos ensina ainda que os anarquistas “síntesistas” também desenvolvem o “patriotismo de organização”; é bem conhecido que as organizações plataformistas *nunca* desenvolvem “patriotismo de organização”... Além disso, as organizações “síntesistas” limitariam sua atividade a questões não essenciais, como “subcultura”, “redes militantes”, “política de protesto”, “anti-globalização e movimentos anti-guerra”, nos quais têm um “papel produtivo a desempenhar” – obrigado, mesmo assim.

Nappalos conclui seu argumento dizendo, em resumo, que o síntesismo produziu sua própria crítica: “grupos que emergiram desses meios desenvolveram suas críticas da paralisia das organizações síntesistas, da ausência de educação e engajamento de seus membros, de sua atitude anti-estratégica e de sua incapacidade de se adaptar às condições mutáveis”. Evocando o contexto norte-americano, Nappalos afirma que essa situação levou as pessoas a se voltarem para ideologias do passado para buscar o

caminho além do síntesismo, seja na forma do leninismo, do maoísmo, do Plataformismo, do “especificismo” ou da “cadre-organization”.⁸⁷

As reflexões de Nappalos são de real interesse, levantam questões verdadeiras que poderiam ter ressonância na França, mas, infelizmente, o autor se deixa prender por uma visão do síntesismo algo arcaica que o impede de ter uma visão um tanto realista. Ele parece convencido de que as organizações “síntesistas” de hoje não evoluíram, que a realidade não teve efeito sobre elas, que as práticas dessas organizações se mantêm estritamente a suas representações de 90 anos.

Eu entendo que a FA não é a principal preocupação de Nappalos, mas, na medida em que ela aparece, queiramos ou não, como uma das referências do “síntesismo”, é preciso reagir a seus comentários estereotipados. A Federação Anarquista não é uma organização na qual os correntes anarquista-comunista, anarco-sindicalista e individualista se fixem em suas posições bem definidas, provocando o imobilismo; é uma organização na qual a diferença entre essas três opções parece algo ultrapassada, onde ninguém é indiferente à questão da liberdade e da emancipação do indivíduo, pois isso é um *elemento constitutivo do anarquismo em geral*; é uma organização na qual diferentes abordagens da luta de classes coexistem e se expressam, especialmente nos congressos, simplesmente porque nem todos são formados no mesmo molde: e não está em questão que isso mude.

87 O termo inglês “Cadre organization” pode significar “organização quadro” ou “organização de quadros”. Se não me engano, isso deveria significar organizações dominadas por elites políticas militantes. Uma “cadre organization” não é necessariamente, como diz Joel Olson, “uma organização de vanguarda, como pensam erroneamente alguns anarquistas. É simplesmente um grupo de intelectuais comprometidos, ativos e revolucionários que compartilham uma política comum e se reúnem para desenvolver um pensamento e uma prática revolucionária e os verificam na luta . Por “ativo” quero dizer alguém que está envolvido na luta política, não apenas um leitor de livros. Por “intelectual” não quero dizer alguém com um diploma, mas alguém que faz um esforço sério, contínuo, para compreender o mundo a fim de melhor combatê-lo.” Pensamos no intelectual orgânico de Gramsci.

A descrição que faz J. Olson, que continua em várias linhas, aproxima de modo surpreendente a “cadre organization” daquilo que deveria ser a Aliança Bakunina. (Joel Olson, “Movement, Cadre, and Dual Power”. <http://www.anarchist-studies.org/node/544>)

As posições de Nappalos foram criticadas em fóruns anglo-saxões, e essas contestações não parecem ter agradado a todos: foram qualificadas em um blog inglês como “ataques” contra Nappalos.⁸⁸ Assim, pode-se ler: “O hábito ignorante de fazer desenvolvimentos sobre os movimentos anarquistas em outros países, baseado em uma total falta de conhecimento do contexto local, infelizmente não se limita aos síntesistas franceses.” (8 de maio de 2012)

Ao que um participante americano responde: “Um anarquista francês – ou um anarco-sindicalista – tem o direito de dar sua opinião sobre um texto que leu em um site anarquista dos EUA sem ser acusado de ‘atacar’ seu autor?”

Plataformismo e marxismo libertário

Existe uma espécie de debate “transversal” entre Plataformismo e marxismo libertário que se explica pelo fato de que, se os objetivos dos autores da Plataforma organizacional eram adaptar o anarquismo às necessidades estratégicas do período que se seguiu à revolução russa, aqueles que “redescobriram” a Plataforma após as grandes greves de maio de 68 na França sentiram que o anarquismo estava afetado por um certo número de carências teóricas e que era necessário adaptá-lo às necessidades do momento.

Essa tentativa de “revisão” da doutrina anarquista terá um efeito paradoxal: provocará uma verdadeira fascinação pelo discurso marxista, levando os correntes plataformistas a se aproximarem do trotskismo, mesmo que Trotski tenha sido um dos principais exterminadores de anarquistas...

A expressão “marxismo libertário” foi inventada por Daniel Guérin no final de sua vida. Com formação marxista, ele se filiou à SFIO e depois ao PSOP.⁸⁹ Em um momento, foi tentado pelo trotskismo. Ele teve uma visão crítica sobre os movimentos e militantes que se reclamavam do marxismo. Ele acreditava que um certo número de conceitos libertários deveriam ser reintroduzidos no corpus da ideologia socialista para evitar os erros da social-democracia ou do stalinismo. Na maioria das questões que opõem

88 <http://libcom.org/forums/theory/platformism-synthesism-fontenis-timier-08052012>

89 SFIO: Secção francesa da Internacional Operária. O Parti socialiste ouvrier et paysan ou PSOP era um partido político francês, fundado em 8 de junho de 1938 por militantes da tendência “Gauche révolutionnaire”, que tinha sido excluída da SFIO.

marxismo e anarquismo: centralismo ou federalismo, parlamentarismo ou ação direta social, ditadura do proletariado ou democracia direta, Guérin dava razão ao anarquismo, e em particular a Bakunin.

O marxismo libertário de Guérin não era uma ameaça ao anarquismo. Era, na verdade, uma tentativa de introduzir na doutrina marxista conceitos anarquistas. A ideia, no entanto, seduziu alguns anarquistas que, por sua vez, tentaram introduzir no anarquismo conceitos marxistas. Hoje, alguns militantes provenientes do comunismo e conscientes da desvalorização do marxismo, mas principalmente do que consideram como as carências conceituais do marxismo para explicar a sociedade atual, descobrem Proudhon e Bakunin.

No entanto, Guérin nunca deixou de se declarar libertário. A tentativa de “revisão” da doutrina anarquista pelos proponentes de um “marxismo libertário” foi o resultado de uma constatação de que o anarquismo tinha um certo número de “falhas doutrinárias” que precisavam ser preenchidas com elementos provenientes do marxismo. Essas “falhas doutrinárias” estavam em um campo no qual os marxistas se sentem à vontade, o da teoria pura, onde se fala muito sobre “método”, em particular. Houve um tempo na França em que libertários, influenciados pela ideia de “marxismo libertário” desenvolvida por Guérin, criticavam o anarquismo por suas lacunas em matéria de “método de análise”. O “método de análise” aparecia incessantemente em seus discursos. Essa atitude, na verdade, provinha de um profundo desconhecimento do pensamento dos principais teóricos anarquistas.

A consequência imediata foi que esses militantes começaram a imitar os trotskistas, a tal ponto que já não era mais possível distingui-los uns dos outros. Da mesma forma que Trotski criticava os operários por terem “o nariz no buraco do traseiro da classe trabalhadora”, esses camaradas tinham “o nariz no buraco do traseiro dos trotskistas”.

Minha opinião, então, era que o movimento anarquista estava, de fato, afetado por um certo número de insuficiências teóricas, mas que essas insuficiências não precisavam ser preenchidas buscando conceitos no marxismo, e que bastava tomar o cuidado de conhecer nossos próprios autores – que muitos militantes anarquistas ignoravam. Esse era o objetivo do meu artigo sobre “A questão econômica”, escrito há trinta anos na revista *La Rue*, do grupo Louise-Michel da FA. Eu chamava o movimento libertário a rejeitar os preconceitos que existiam dentro dele sobre o marxismo e a abordar o estudo dessa doutrina com serenidade porque “o que faz a oposição irreconciliável entre marxismo e anarquismo

(interditando toda síntese) é perfeitamente delimitado e identificável e que, para todo o resto, há muitas propostas que são perfeitamente assimiláveis pelo anarquismo, seja simplesmente porque já estavam presentes no pensamento de nosso movimento antes que Marx as expressasse ou reformulasse, seja porque constituem um legado do pensamento universal...” Reconheço hoje que a formulação é um pouco enfática...

É evidente que o pensamento anarquista não deve ficar à parte dos correntes de pensamento de uma forma geral, e que deve ser capaz de assimilar novas ideias.

Os militantes da minha geração, que começaram a militar no final dos anos 60 ou no início dos anos 70, inevitavelmente se confrontaram com anarquistas que haviam sido alimentados com um coquetel de teses de Guérin sobre o marxismo libertário e da plataforma de Archinov. Esses anarquistas se caracterizavam por um alto grau de sectarismo (eram eles os únicos verdadeiros anarquistas) e de dogmatismo (eram eles que detinham a única verdadeira interpretação da doutrina anarquista). Dito isso, seus herdeiros não mudaram realmente. Tratava-se de trazer a todo custo “rigor” e “coesão” ao movimento. Para isso, era necessário imitar o discurso marxista, e em particular o trotskismo.

Havia então um grupo chamado União dos Trabalhadores Comunistas Libertários (antecessor da Alternativa Libertária) que era fascinado pela Liga Comunista, uma organização trotskista (antecessora do atual “Novo Partido Anticapitalista”). Era a tal ponto que era muito difícil distinguir as posições de um e do outro. A UTCL tentava constantemente estabelecer alianças com a Liga Comunista, redigir comunicados conjuntos, enfim, participar de eventos que eram tantos sinais ostensivos de sua proximidade mútua... Esses camaradas integraram tanto o discurso marxista que tinham a “dialética” e o “materialismo histórico” à flor da pele, se não fosse também a “ditadura do proletariado”. Um camarada do meu sindicato era, no final dos anos 70, membro do bureau político da Liga Comunista. Um dia perguntei a ele o que achava da UTCL: ele me respondeu ironicamente que era uma tendência dentro da Liga Comunista.

Um grupo anarquista dos Estados Unidos, a “First of May Anarchist Alliance”, expressa bastante bem a situação em um de seus textos, “Nosso anarquismo”:

“O anarquismo-comunismo moderno, que se sobrepõe em grande medida ao ‘Plataformismo’ atual, torce o bastão longe demais no sentido oposto. Embora sua seriedade

organizacional e seu engajamento na luta de massa sejam exemplares, a influência de algumas formas e práticas (não necessariamente políticas) lembram evidentemente os grupos trotskistas.”⁹⁰

Aqui está um eufemismo deliciosamente anglo-saxão.

Na verdade, as divergências que tínhamos com eles não eram tanto de ordem doutrinária; eram divergências relacionadas ao seu comportamento na prática. Eles tinham a tendência de “manipular” e recuperar para seu benefício exclusivo ações nas quais só tinham desempenhado um papel pequeno, ou mesmo nenhum, e se colocavam em destaque ofuscando os militantes dos outros grupos anarquistas. Um camarada brasileiro me contou um dia que eles evitavam organizar qualquer coisa com os plataformistas “porque bastava que um deles lavasse um prato e depois eles iriam contar que foram eles que fizeram tudo”. É um pouco caricatural, mas bastante verdadeiro.⁹¹

Mais recentemente, militantes em sua maioria da Federação Anarquista, mas também de Alternativa Libertária e do Novo Partido Anticapitalista (trotskista), foram presos no âmbito de uma ação antifascista. A Alternativa Libertária assinou um comunicado com o Novo Partido Anticapitalista esquecendo-se de mencionar os camaradas da FA que haviam sido presos. Cada grupo da FA teria uma anedota para contar.

Não faz muito tempo, um militante conhecido da Alternativa Libertária propôs a um camarada da FA que tinha um mandato em nossa organização que constituísse uma fração secreta dentro da FA. A intenção era fazer

90 <http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/>

[Our Anarchism traduction version francaise A5.pdf](#)

91 Outro exemplo característico do comportamento dos grupos “plataformistas” que irritam os militantes da FA: logo após do Encontro anarquista internacional de Saint-Imier de 2012, descobri na Wikipédia um artigo sobre um grupo suíço, a Organização Socialista das Montanhas, que afirma ser o principal organizador do encontro internacional. É uma mentira descarada. Este grupo, muito minoritário, esteve bem presente nos preparativos do encontro, que foi organizado sobretudo pelo grupo anarquista de Saint-Imier, iniciador do projeto e que convidou, e pela Federação anarquista francófona, que forneceu o grosso das tropas e do financiamento. Os grupos “plataformistas” que assistiram ao encontro não contribuíram em nada para as tarefas diárias inevitáveis (limpeza, etc.) a este tipo de encontro, que durou uma semana. No final do encontro internacional, o grupo de Saint-Imier juntou-se à Federação Anarquista.

propaganda a favor da AL na Federação Anarquista e, em seguida, provocar uma cisão. O camarada da FA fez de conta que estava entrando na trama por um tempo para ver até onde o outro poderia ir. Enfim, os métodos de Fontenis continuam. Na verdade, esse tipo de procedimento nos faz rir, porque quando os anarquistas querem imitar os leninistas, eles acabam se dando um tiro no pé.

No entanto, insisto em dizer que essas constatações não têm estritamente nada a ver com a problemática do Plataformismo. Trata-se mais da impregnação de comportamentos próprios dos trotskistas que leva os camaradas “plataformistas” a se comportarem como eles e a imitá-los. Não se pode absolutamente incriminar Makhno, Archinov e seus companheiros pela fascinação que chega ao mórbido de alguns de seus herdeiros, diretos ou não, em relação aos trotskistas de hoje – fascinação que Makhno e Archinov teriam certamente desaprovado.

Sobre o “síntesismo” da Federação Anarquista

A Federação Anarquista é vista como uma organização fundada sobre os princípios da “síntese” anarquista elaborados por Sébastien Faure, que, lembremos, reúne três correntes do movimento anarquista: a corrente comunista, a corrente sindicalista e a corrente individualista. A FA se refere a um documento denominado “**Princípios Básicos**”, mas cuja verdadeira formulação é “Pacto Associativo da Federação Anarquista”, cuja última atualização data de 2016. Seu preâmbulo afirma a necessidade para os anarquistas de criar uma “organização específica”, a fim de “realizar uma revolução radical e global, econômica e social, para que sejam destruídas as sociedades fundadas na propriedade privada ou estatal dos meios de produção e de distribuição, todas as explorações, a ignorância e a miséria, assim como as relações de autoridade.”

Os objetivos buscados são:

- A fundação de uma sociedade sem classes nem Estado,
- A igualdade econômica e social,
- A posse coletiva dos meios de produção e de distribuição ou a propriedade individual, desde que não explore o trabalho de outrem.
- A igualdade no campo da educação.
- A livre federação dos produtores e consumidores.

- A livre união dos indivíduos conforme suas afinidades.
- A liberdade de opinião.
- A abolição do assalariamento e de todas as formas de opressão,
- A luta contra o sexismo, a dominação de gênero, o racismo e o patriotismo,
- A luta contra as religiões e os misticismos,
- A abolição das fronteiras.

Além disso, é afirmado que é “a sociedade toda” que os anarquistas querem reconstruir, com base no respeito e na ajuda mútua, “não para um indivíduo, uma classe ou um partido, mas para todos os indivíduos”. Por fim, é dito em conclusão: “a questão social só pode ser resolvida definitivamente e realmente *em escala mundial*.”

“Como indivíduos conscientes de sua exploração, os anarquistas pretendem lutar com todos os explorados contra todos os governos, reconhecendo assim a existência da luta de classes, cuja finalidade deve ser a instauração de uma sociedade anarquista.”

“Devemos garantir que as classes sociais exploradas tenham acesso à capacidade política necessária à sua emancipação. São as classes exploradas que realizarão a sociedade anarquista, pois os exploradores nunca se deixarão despojar e usarão todas as suas forças, mesmo as brutais, contra a emancipação dos trabalhadores.

“A única propaganda das ideias sendo insuficiente, a participação nas lutas contínuas reivindicatórias e emancipadoras se revela necessária para que os indivíduos queiram sempre mais e melhor, até alcançar uma situação de ruptura que permitirá sua emancipação total.”

“Devemos incitar os trabalhadores e todos os explorados a combater as mediações que vão contra seus interesses de classe e a optar pela ação direta (isto é, por ações decididas e realizadas sem intermediários), e sua coordenação no modo federalista.

“Inimigos de todo despotismo, os anarquistas rejeitam todas as teorias autoritárias, incluindo aquelas inspiradas no

marxismo, no clericalismo, no monarquismo, no fascismo, no liberalismo burguês e em qualquer outro.

“A revolução é necessariamente composta de fases destrutivas das instituições de opressão e de fases construtivas da nova sociedade. Essa sociedade, queremos que seja gerida por todos e que se estabeleça desde o início com base em estruturas anarquistas.

“É por isso que a Federação Anarquista deve ser uma ferramenta adequada para a revolução, até a concretização dos objetivos anteriormente definidos.”

Salvo questões de formulação que podem divergir, penso que nenhum anarquista pode discordar disso. Acredito que podemos razoavelmente chamar isso de um programa. As divergências poderiam surgir com o Plataformismo no capítulo “Compromisso Militante”, onde se diz:

“A Federação Anarquista é uma organização que reúne militantes conscientes ideologicamente e praticamente, tendo conhecimento dos diferentes aspectos do anarquismo e da Federação Anarquista.”

Não há nada a dizer sobre a primeira parte da frase, que defende a coerência ideológica, mas a segunda parte é curiosa: os militantes são chamados a ter “conhecimento dos diferentes aspectos do anarquismo e da Federação Anarquista”: em suma, os militantes devem saber o que é o anarquismo... o que é o mínimo esperado.

O princípio de organização da FA é o “livre federalismo”⁹² pelo qual os indivíduos e grupos que compõem a organização mantêm “sua autonomia dentro dos Princípios Básicos”: “O federalismo da Federação Anarquista permite o pluralismo de ideias e ações compatíveis com seus princípios.” Isso é, de maneira extremamente condensada, o ponto de vista bakuniniano sobre o federalismo: cada instância constitutiva do organismo federal conserva sua autonomia dentro do pacto federal. É com base nesse princípio que foi constituída a AIT dita “anti-autoritária” em Saint-Imier.

92 Je ne comprends pas très bien cette notion de “libre fédéralisme” qui suppose implicitement qu’il existe un fédéralisme non libre. J’ai tendance à penser que si une instance est fédérée de manière non libre, ce n’est plus du fédéralisme. Il est possible cependant que cette notion implique qu’une instance fédérée à un autre conserve la liberté de se défédérer, comme l’insiste Bakounine.

A FA não reconhece a “divisão dirigente/executante” e, curiosamente, é dito que cabe a todos os militantes “fazer avançar” a organização, o que me parece um embrião de reconhecimento da responsabilidade coletiva que a FA, por outro lado, contesta.

No capítulo sobre “Ação da Federação Anarquista”, um parágrafo é extremamente confuso, vejamos:

“A ação da Federação Anarquista é baseada, antes de tudo, na defesa dos explorados e em suas reivindicações revolucionárias; mas sem perder de vista o fato de que são tanto as classes quanto as posições de espírito que se opõem à ‘anarquia’.” (sic)

A ênfase é colocada na defesa dos explorados – o que contrasta com vários documentos anarquistas que enfatizam principalmente os “oprimidos”. Mas a segunda parte da frase é incompreensível: em que as classes (sem especificar quais) e as posições de espírito (sem especificar quais) se opõem à “anarquia”? **Il est possible qu’il s’agisse là d’un reliquat de la période où la FA ne reconnaissait que les “positions d’esprit” et ne reconnaissait pas la lutte des classes.**

Outro ponto que deve constituir uma divergência com o Plataformismo: a ação dos anarquistas “é realizada em todos os planos da atividade humana, de acordo com as visões e os meios de cada tendência”: essa formulação pode não agradar aos plataformistas. Que a ação seja realizada em “todos os planos da atividade humana” significa que não se limita ao estrito âmbito da empresa, do trabalho – o que não pode ser discordado. Mas que ela ocorra “de acordo com as visões e os meios de cada tendência” pode ser percebido como contraditório com a “coesão” exigida pelos plataformistas.

Continuemos:

“Por essa razão, a Federação Anarquista reconhece:

“A possibilidade e a necessidade da existência de todas as tendências libertárias dentro da organização.

“A autonomia de cada grupo.

“A responsabilidade pessoal e não coletiva.

“O órgão do movimento, o Mundo Libertário, não pode ser o órgão de uma única tendência; portanto, todas têm a possibilidade de editar órgãos particulares, com a garantia de

que o órgão do movimento lhes concederá toda publicidade, assim como a qualquer atividade exercida no âmbito da cultura, da pesquisa, da ação ou da propaganda anarquista. “Relações cordiais e compreensivas com os movimentos que vão na direção anarquista em um ponto específico. “A revogabilidade dos secretários e mandatários.”

Portanto, a FA reconhece o direito a tendências, não apenas as três definidas pela “síntese anarquista”, mas “*todas as tendências*”.

A autonomia de cada grupo levanta um problema na medida em que o princípio do federalismo é afirmado. Tudo depende do que se entende por “autonomia”. Em princípio, o federalismo reúne estruturas que definem uma espécie de pacto de cooperação, cada estrutura sendo autônoma dentro dos princípios definidos por esse pacto. A liberdade dessas estruturas reside no fato de que elas têm a possibilidade de se retirar, de se “defederar”. Isso é perfeitamente coerente com o que Bakunin diz.

A afirmação da **responsabilidade pessoal** em oposição à responsabilidade coletiva não me parece compreensível, e, principalmente, esses dois conceitos não me parecem antagônicos: eles se referem à maneira como as ações e as decisões são atribuídas e exercidas por pessoas ou grupos. A responsabilidade individual refere-se à obrigação que um indivíduo tem de prestar contas de suas próprias ações e decisões. Isso significa que cada pessoa é responsável por suas escolhas e por suas consequências. Penso que a afirmação da FA sobre a responsabilidade pessoal decorre do fato de que as pessoas encarregadas de um mandato, e ninguém mais, são responsáveis pelas escolhas que fazem dentro do âmbito desse mandato e que apenas elas devem prestar contas. É por isso que os **Princípios básicos** da FA reconhecem o princípio da revogabilidade dos mandatos.

Por outro lado, a **responsabilidade coletiva** implica que todos os membros do grupo compartilham a responsabilidade por certas ações e suas consequências, mesmo que cada indivíduo não tenha participado diretamente dessas ações. Naturalmente, isso não é aceitável.

Mas podemos ver a **responsabilidade coletiva** de outra forma. Em um grupo que trabalha em um projeto, cada membro é responsável por suas próprias tarefas (responsabilidade individual), mas a equipe como um todo é responsável pelo sucesso ou fracasso do projeto (responsabilidade coletiva).

Há ainda outra maneira de considerar a **responsabilidade coletiva**: cada pessoa que participa voluntariamente da atividade de um grupo ou de uma organização carrega a responsabilidade de representar a identidade e os valores do grupo perante o exterior; ela incorpora seus princípios e objetivos em suas interações com o mundo exterior. O compromisso de um indivíduo dentro de um grupo não se limita, portanto, à sua contribuição individual, mas também o leva a incorporar e representar o grupo como um todo. Em outras palavras, se o membro de um grupo se comporta de maneira irresponsável individualmente, é a imagem de todo o grupo que fica comprometida.

Em outras palavras, existe a **responsabilidade de cima para baixo** (os mandatários são pessoalmente responsáveis perante seus mandantes) e a **responsabilidade de baixo para cima** (os mandantes representam a imagem do grupo para o exterior). A plataforma de Archinov se opõe ao “individualismo irresponsável” e “introduz em suas fileiras o princípio da responsabilidade coletiva: a União como um todo será responsável pela atividade revolucionária e política de cada membro; da mesma forma, cada membro será responsável pela atividade revolucionária e política de toda a União.”

Por fim, os **Princípios básicos** afirmam que o jornal da Federação Anarquista, *Le Monde Libertaire*, não deve ser capturado em benefício de uma única corrente do movimento libertário.

Uma das cláusulas é formulada de maneira um pouco “**bicho-grilo**”, preconizando “relações cordiais, compreensivas, com os movimentos que vão na direção anarquista em um ponto específico”. Na verdade, essa cláusula expressa simplesmente que a FA pode estabelecer relações pontuais (“em um ponto específico”) com outras componentes do movimento – o que ela faz regularmente.

É ainda especificado que, desde que uma tendência engaje uma ação que não contrarie as ideias básicas do anarquismo, “as outras tendências, se não concordarem em participar dessa ação, observam a respeito uma abstenção amigável. A crítica dessa ação permanece livre após o evento.”

Os dois últimos pontos do capítulo “A ação da Federação Anarquista” são particularmente interessantes. Primeiro, temos uma lista das tendências possíveis que os grupos podem adotar: “anarquismo-sindicalista, comunista-anarquista, neo-malthusiana, anarquista-pacifista...” Observa-se que não se trata de forma alguma das três correntes definidas em princípio pela

“síntese” anarquista, uma vez que o individualismo está ausente! E que duas outras correntes são mencionadas, seguidas de pontos de suspensão, o que sugere que a lista não é exaustiva. E então, os grupos têm “a possibilidade de acumular todas essas tendências ou de não se declarar de nenhuma”.

Algumas palavras sobre a questão das tendências. A plataforma de Archinov é claramente oposta:

“Rejeitamos como teoricamente e praticamente inadequada a ideia de criar uma organização segundo a receita da ‘síntese’, ou seja, reunindo representantes das diferentes tendências do anarquismo. Uma tal organização, que incorporasse elementos teoricamente e praticamente heterogêneos, não seria mais do que um conjunto mecânico de indivíduos que concebem de maneira diferente todas as questões do movimento anarquista, um conjunto que se desagregaria inevitavelmente na primeira prova da vida.”

Em outras palavras, a existência de tendências iria contra a coerência da organização. É verdade que a síntese de Sébastien Faure não é estritamente falando uma síntese, e a Plataforma tem razão em qualificá-la como uma montagem heterogênea. Uma síntese é algo que incorpora diferentes elementos e deduz algo mais. Além disso, o próprio Sébastien Faure fez essa constatação de fracasso, pois acabou se perguntando como sua síntese, “longe de ter fortalecido o movimento libertário, resultou em seu enfraquecimento”.

No que diz respeito à Federação Anarquista, seus “Princípios Básicos” não mencionam nem a palavra “síntese” nem a existência de uma corrente individualista; eles reconhecem a pluralidade das tendências, mas os militantes ou grupos que se expressam nos congressos nunca o fazem em nome de uma tendência, e os órgãos eleitos nunca são em função de uma ou outra tendência.

Os “**Princípios básicos**” [Principes de base] da Federação Anarquista são o documento de referência que expõe os princípios gerais a partir dos quais ela funciona. Uma leitura atenta desses “**Princípios básicos**” deveria nos iluminar. Contudo, não é bem assim, na verdade.

1. Se lermos os **Princípios básicos**, a FA não é uma organização síntesista, uma vez que a palavra síntese nem mesmo aparece lá. Sabemos que a síntese anarquista (a de Sébastien Faure) reúne três correntes: anarco-comunismo, sindicalismo, individualismo, e que essas correntes devem estabelecer um certo tipo de relação entre si baseada na tolerância mútua. No entanto, *o individualismo nem mesmo aparece* no documento, que menciona *quatro correntes*:

“Os grupos têm a faculdade de se dar a orientação de sua escolha: anarquismo-sindicalista, comunista-anarquista, neo-malthusiana, anarquista-pacifista...”

Se examinarmos este parágrafo, temos, portanto, quatro correntes, mas não o individualismo; mas os pontos de suspensão (...) sugerem claramente que pode haver mais. De fato, uma quinta tendência é explicitamente mencionada mais adiante no texto, uma vez que os grupos têm a possibilidade de não se referir a *nenhuma tendência*.

Portanto, a FA não seria uma organização síntesista, mas simplesmente uma organização na qual podem existir tendências. E isso é explicitamente afirmado nos **Princípios básicos**: a FA reconhece “a possibilidade e a necessidade da existência de todas as tendências libertárias dentro da organização”.

A FA é uma organização “síntesista” cujos **Princípios básicos** não falam nem de síntese nem de anarquismo individualista... Em resumo, a Federação Anarquista é uma organização anarquista perfeitamente clássica.

A votação por unanimidade

Uma das questões mais enigmáticas sobre a Federação Anarquista é a questão da votação por unanimidade. Não sei de onde vem a decisão de instaurar o princípio da votação por unanimidade, nem em que isso é “anarquista”. Parece ter sido reivindicado por grupos anarquistas no início do século XX. Na minha opinião, é uma consequência da impregnação do individualismo, inclusive dentro da corrente anarquista-comunista: o princípio da unanimidade se baseia na ideia de uma relação fusional dentro do grupo. Para não prejudicar, ou mesmo para não “oprimir” nenhum dos membros do grupo, as decisões só podem ser tomadas se todos estiverem de acordo. É uma espécie de fraternidade mística. O ponto de vista de um único membro do grupo vale o mesmo que o de todos os outros juntos. É

um sistema perfeitamente totalitário, nesse sentido em que só funciona como uma totalidade coerente, ou ainda como um organismo biológico, o que os grupos sociais não são!⁹³ A ditadura de um único opositor a uma decisão pode paralisar uma organização.

Um texto do grupo Louise Michel da Federação Anarquista é sintomático. “A tomada de decisão por voto da maioria é uma característica bem conhecida das democracias representativas”, pode-se ler. Esse modo de votação, que permite “fazer uma escolha entre diferentes soluções possíveis”, é “particularmente adequado a um sistema desigualitário”⁹⁴. Mas a Associação Internacional dos Trabalhadores praticava a votação por maioria! O próprio princípio de qualquer tomada de decisão é fazer uma escolha entre várias opções, mas o grupo Louise Michel chama isso de “ditadura da maioria”.

A Federação Anarquista teria adotado o princípio da votação por unanimidade com o intuito, em princípio, de garantir que nenhum corrente fosse marginalizada, enquanto a votação majoritária privilegia a eficácia em detrimento do princípio de igualdade e do respeito à autonomia individual. Assim, na perspectiva síntesista, a eficácia não é uma prioridade; o que é prioritário é a autonomia individual. Essa abordagem oculta um fato essencial: pode-se supor que, ao aderir a uma organização revolucionária,

93 Não consegui encontrar nenhum argumento que justifique a decisão por unanimidade como sendo um princípio anarquista. O único exemplo que conheço do uso da unanimidade como forma de decisão em uma estrutura política existiu na Polónia entre 1652 e o final do século 18, e foi um desastre.

Na verdade, era mais o princípio do voto por veto (*liberum veto*) do que o voto por unanimidade. Os deputados polacos da República das Duas Nações (Polónia e Lituânia) tinham a possibilidade de vetar quando uma decisão não lhes agradava ou quando queriam fazer parar os debates. No século XVIII este princípio foi aplicado sistematicamente. Os vizinhos da Polónia - a Rússia, a Prússia e a Áustria - achavam este sistema muito bom porque cada um queria anexar uma parte da Polónia e bastava ter um deputado para paralisar totalmente o funcionamento do Estado. De facto, foi o que aconteceu: a Polónia foi despedaçada pelos seus vizinhos. Proudhon criticou ferozmente os polacos por isso. (Cf. <http://monde-nouveau.net/spip.php?article174>)

94 “La prise de décision en milieu anarchiste ou comment concilier liberté, égalité et efficacité”

http://www.groupe-louise-michel.org/IMG/pdf/2.prise_de_decisions.pdf

ou seja, uma organização que pretende derrubar o sistema capitalista e construir uma sociedade emancipada, a eficácia seja um critério essencial.

A preocupação com o respeito à autonomia individual é aceitável em um clube filosófico ou em alguma associação cujo objetivo não é intervir rapidamente e/ou vigorosamente na realidade. Além disso, quando em uma organização anarquista aparecem várias opções em uma tomada de decisão, essas são evidentemente opções que se inscrevem em uma perspectiva libertária, ou seja, que, por definição, não são antagônicas: que uma dessas opções prevaleça sobre as outras não se trata de uma “ditadura da maioria”, mas de uma simples divergência de opinião. Não é como se a Federação Anarquista tivesse que decidir entre apresentar ou não deputados nas eleições legislativas. Ao fazer isso, ela simplesmente deixaria de ser anarquista.

Uma das alternativas à votação por unanimidade é a votação por “maioria reforçada”, ou seja, um voto tomado pela maioria de 2/3 ou 3/4. Um fato a ser destacado na preocupação dos partidários da votação por unanimidade é a afirmação da necessidade de que a decisão alcance um máximo de consenso. Um fato a ser destacado no princípio da votação por unanimidade é que a decisão deve alcançar um máximo de consenso, ou seja, que as questões sejam amplamente debatidas antes que uma decisão seja proposta. Em seguida, é o pragmatismo que intervém para que a decisão seja aplicada.

É possível também que a aplicação da votação unânime seja uma consequência da captura das instâncias da Federação Anarquista pela OPB – a Organização Pensée et Bataille – de Fontenis. O objetivo era criar condições que impedissem que algo assim se repetisse. Infelizmente, isso contribuiu para perpetuar condições que impediram a FA de se desenvolver. Mas a FA há muito encontrou uma maneira de contornar as situações em que uma única voz oposta a uma decisão impõe a paralisia da organização.

A FA havia alcançado o nível máximo de desenvolvimento que seu modo de funcionamento permitia. Pode-se dizer de outra forma: seu modo de funcionamento estabelecia e garantia uma certa confidencialidade em suas estruturas: fica-se entre os próprios. Conheci militantes que diziam explicitamente que a FA não tinha vocação para crescer.

Notemos que os “Princípios Básicos” da FA mencionam a possibilidade de uma votação por unanimidade apenas em duas ocasiões:

- “Os membros de um comitê de redação [do *Monde Libertaire*] podem cooptar durante o mandato, por unanimidade, um ou mais camaradas em caso de defeção de um ou mais de seus membros.”

- “Os **Princípios básicos** não podem ser complementados ou modificados (após proposta de textos submetidos quatro meses antes do congresso) senão pela unanimidade deste, mas sem que possam ser questionados nossos conceitos indicados nos preâmbulos: autonomia dos grupos e pluralidade das tendências.”

Portanto, tratam-se de dois casos estritamente limitados e ligados ao funcionamento da organização: a unanimidade não é de forma alguma prescrita nas decisões de congresso: pode-se dizer que a aplicação desse princípio é, nesse caso, totalmente anti-estatutária.

Pessoalmente, continuo favorável ao princípio do consenso, que não deve ser confundido com a unanimidade. Ou seja, uma decisão deve obter o máximo de adesão, mas não necessariamente a unanimidade. O consenso é um processo, uma coisa à qual se tende. Mas há um momento em que é preciso decidir – a AIT simplesmente realizava a votação por maioria. Também mantenho que é preciso distinguir entre uma decisão que diz respeito aos assuntos cotidianos, as decisões que dizem respeito a uma escolha política circunstancial; e as decisões que dizem respeito aos princípios. O tipo de decisão não é o mesmo. Uma das características da FA é seu pragmatismo. O fato de que a votação por unanimidade seja imposta para modificar seus **Princípios básicos** nunca impediu que esses últimos fossem regularmente alterados para se adaptarem às circunstâncias.

Nos anos que se seguiram à Guerra do Golfo (1990-1991),⁹⁵ a composição sociológica da FA havia evoluído. As mobilizações contra a guerra levaram muitos militantes a aderir, provenientes dos meios associativos e/ou sindicais, ou seja, pessoas “normais”, não adolescentes imaturos em ruptura com a autoridade paterna que aderem por seis meses, causam problemas e vão embora, deixando aqueles que ficam para juntar os

95 Sobre as posições da FA durante a guerra do Golfo, ver: René Berthier, *Radio libertaire, “Le Monde libertaire” et la guerre du Golfe*, Éditions du Monde libertaire, 2025, bem como http://monde-nouveau.net/ecrire/?exec=rubrique&id_rubrique=22 (Note de 2023)

pedaços. Esses camaradas, originários das lutas da época da Guerra do Golfo, já tinham uma experiência militante no “mundo real” e não podiam ser enganados por qualquer coisa. Eles não entendiam muito bem o interesse da votação por unanimidade.

Acredito que foi nessa época que foi introduzida a ideia de “abstenção amigável” – uma ideia um pouco jesuíta, mas bastante prática para contornar as reticências dos partidários do princípio da unanimidade a qualquer preço (na verdade, um direito de vento): aqueles que não concordavam com uma decisão simplesmente se abstinham de se opor. Outra inovação foi feita de forma pragmática: diante da firme oposição de um congressista a uma decisão, um presidente de sessão simplesmente decidiu que essa oposição não era pertinente... e o debate continuou como se nada tivesse acontecido.

No entanto, no documento “Federação Anarquista, manual de instruções”, pode-se ler: “O modo de decisão em vigor é o da unanimidade, o que implica debates levados até o fim para desembocar em um consenso.”⁹⁶ Mas, lembro, esse princípio não é estatutário.

Parece-me interessante constatar que a prática da “abstenção amigável” foi progressivamente instaurada ao mesmo tempo que uma evolução na composição da FA, que se transformou lentamente de uma organização ideológica para uma organização voltada para práticas sociais. Isso se deve, me parece, a duas coisas.⁹⁷

1) A chegada de um número crescente de militantes e militantes⁹⁸ provenientes do movimento associativo e/ou sindical, que, portanto, tinham uma experiência prévia em organização, ação coletiva, processos de tomada de decisão, etc.;

2) A chegada de um número crescente de mulheres que introduziram novas problemáticas, enfrentando, aliás, as ferozes resistências de alguns

96 https://www.federation-anarchiste.org/?g=FA_mode_emploi

97 Nota de R.B. 2006 : Esta análise corresponde a uma constatação que fiz em 1992, logo após a guerra do Golfo e a mobilização que se seguiu, e que trouxe à FA novos militantes provenientes dos movimentos sindicais e associativos. Não sei o que é hoje.

98 Depois da guerra do Golfo, em que a FA foi muito ativa. Ver: *Radio libertaire, le Monde libertaire et la guerre du Golfe*, éditions du Monde libertaire, 2025.

militantes da organização que eu qualificaria de “anarquistas conservadores” ou “arcaicos”.

Na medida em que a FA se ancla progressivamente cada vez mais na realidade social e nas lutas, parece-me natural que uma evolução tenha surgido na forma de determinação das escolhas da organização. Isso simplesmente prova sua capacidade de adaptação e sua dinâmica. No entanto, essa evolução que se torna evidente nos fatos deve se inscrever nas regras. Mas se surgisse uma vontade real de mudar as regras, nos encontraríamos diante de uma situação curiosa: essa modificação das regras deveria ocorrer por uma decisão unânime...

Acredito que uma organização que se funda no princípio da unanimidade é uma organização que está na defensiva, que tem coisas a proteger, a conservar. É também um modo de votação que se adequa a um grupo cuja função é essencialmente a intervenção no nível das ideias. A FA tinha de fato que conservar princípios. É sem dúvida graças a isso que conseguiu se preservar até agora, mas as regras de funcionamento atualmente em vigor a impedem de se desenvolver. (Podemos nos perguntar se ela não perdeu o trem em várias ocasiões, mas vamos em frente...) A prática, portanto, demonstrou que a intervenção no real impôs, de fato, certos ajustes ao princípio da unanimidade. É necessário distinguir dois tipos de decisões: aquelas que dizem respeito a problemas que envolvem princípios fundamentais, que necessitam de, pelo menos, um consenso muito amplo; aquelas que dizem respeito à atividade prática cotidiana, as escolhas políticas conjunturais que, a meu ver, não implicam necessariamente um consenso muito, muito amplo, desde que se mantenha a autonomia dos grupos.⁹⁹

A última observação que farei sobre o modo de votação é que, em princípio, a unidade básica da FA é o indivíduo-sócio. No entanto, na prática, constatou-se que, progressivamente, ao longo dos anos, as decisões no congresso são sistematicamente tomadas por grupos. A presidência da sessão solicita a opinião dos grupos sobre cada questão, não a dos indivíduos. Essa evolução me parece pessoalmente positiva. Acredito que a

99 Os Princípios básicos da antiga CGA (Coordination des groupes anarchistes) resolviam a questão de maneira bastante engraçada: se as decisões são tomadas com 75% dos votos, "as decisões relativas à estética das ferramentas de comunicação (sic) são tomadas com pelo menos 50% de "para"...". Em suma, isso era sobre a cor das bandeiras...

desaparecimento progressivo dos “individuais” (que não são necessariamente individualistas) é um progresso para a organização, não porque se deva julgá-los mal, mas porque, sem dúvida, a FA está hoje em melhor posição para lhes oferecer uma estrutura de acolhimento na qual possam encontrar seu lugar. É também um progresso porque isso marca o fato de que o modo de intervenção dos militantes da FA evoluiu, tornando-se um modo de intervenção coletivo. A existência de uniões **regionais** teria sido, sem dúvida, um fato determinante nesse processo.¹⁰⁰

A ressalva que eu faria ao princípio da unanimidade como é praticado atualmente é que, em última instância, permanece a possibilidade estatutária de que um indivíduo isolado, ou um pequeno grupo de indivíduos, possa bloquear uma decisão importante. É verdade que isso exigiria uma força de caráter pouco comum da parte deles, pois não é fácil opor-se à pressão social. Isso já aconteceu pelo menos uma vez, e o opositor isolado foi ameaçado de exclusão. Se essa é a única solução para resolver uma situação bloqueada, isso me parece totalmente insalubre.

4. – FEDERALISMO ?

A Plataforma de Archinov afirma o federalismo como princípio de organização. O prefaciador da versão em língua inglesa do documento – Alan Mac Simon – define o federalismo como “o livre entendimento dos indivíduos e das organizações para um trabalho coletivo orientado para um objetivo comum” – uma definição extremamente ampla – ao mesmo tempo em que precisa que “todos os participantes do entendimento e da União cumpram da maneira mais completa os deveres aceitos e se conformem às decisões tomadas em conjunto”. O problema é que tal definição poderia muito bem se aplicar ao centralismo democrático. Os militantes do partido bolchevique praticavam a “livre entente”, já que ninguém os obrigava a aderir ao partido ou a deixá-lo; eles estavam engajados em um “trabalho coletivo” visando um “objetivo comum”.

Mac Simon acrescenta com razão que, em uma obra social, não pode haver direitos sem obrigações, assim como não pode haver decisões sem sua execução. Esses princípios podem ter chocado alguns anarquistas que consideram que ter uma obrigação em contrapartida de direitos é uma intolerável violação de seu ser íntimo.

100 Recorde-se que esta parte do texto data de 1992. A história das "uniões regionais" da FA é movimentada.

Parece-me que é preciso buscar uma outra abordagem da questão do federalismo. Em primeiro lugar, é necessário distinguir o federalismo aplicado à organização revolucionária e aquele aplicado ao projeto de sociedade libertária – não que o princípio seja diferente: o que é diferente é a perspectiva. Na AIT, lembra Marianne Enckell, “o conflito entre os partidários de Marx e os de Bakunin, entre ‘centralistas’ e ‘federalistas’, dizia respeito tanto ao projeto social (a emancipação do proletariado passando pela conquista do poder político para os primeiros, pela abolição de todo poder político para os segundos) quanto à organização da Internacional.”¹⁰¹

Quando Proudhon fala de federalismo, trata-se do princípio aplicado à sociedade: em sua época ainda não existia uma organização anarquista e a primeira internacional foi fundada pouco antes de sua morte. “A grande invenção dos anarquistas e dos sindicalistas revolucionários foi, de fato, aplicar esses princípios às próprias organizações do proletariado, contra toda estrutura centralista ou estatal”, escreve Marianne Enckell.¹⁰²

É do federalismo aplicado à sociedade que Bakunin fala inicialmente, em *Federalismo, socialismo, anti-teologismo*: “a federação livre dos indivíduos nas comunas, das comunas nas províncias, das províncias nas nações, finalmente, destas nos Estados Unidos da Europa primeiro e, mais tarde, do mundo inteiro”. Mas ele também aborda o federalismo aplicado à organização operária. É, aliás, uma característica da AIT segundo Saint-Imier e do anarco-sindicalismo que as formas da organização operária prefiguram aquelas da sociedade pós-revolucionária.

A noção de federalismo é indissociável da de autonomia. A ideia é que cada instância é autônoma dentro de suas atribuições e competências antes de ser federada a uma instância mais ampla na qual ela se agrupa. Todos os textos nos quais Bakunin desenvolve um programa para a sociedade do amanhã reafirmam o *direito de secessão* das instâncias federadas – mas o revolucionário russo acrescenta que quem se separa do grupo perde os benefícios do grupo. Evocando o *Catecismo* de 1866, que representa o primeiro período do anarquismo bakuniniano, Jean-Christophe Angaut escreve que “os diferentes níveis de seu modelo federalista são de fato a comuna (que federam indivíduos), a província (que é uma federação de comunas) e o Estado (que é uma federação de províncias). Cada um desses

101 Marianne Enckell, 2002, “Fédéralisme et autonomie chez les anarchistes”, *Réfractations*, n° 8

<https://refractions.plusloin.org/spip.php ?article1043>

102 Enckell, *loc. cit.*

níveis pode ser qualificado como político na medida em que envolve uma federação de elementos preexistentes, e cada um desses elementos possui um direito inalienável de secessão em relação à federação na qual está engajado”.¹⁰³

O direito de secessão no federalismo aplicado à sociedade, como o define Bakunin, deveria ter como corolário aquele dos grupos que aderem à organização, cuja forma atenuada é *a possibilidade de não aplicar uma decisão*, desde que não impeça a execução pelos outros. Esse parece ser um ponto de discordância entre o Plataformismo e o Síntesismo. Alexandre Skirda escreve que “o federalismo significa a livre entente de indivíduos e organizações para um trabalho coletivo voltado para um objetivo comum” e que tal entendimento só se torna uma realidade se “todos os participantes da entente e da União cumprirem da maneira mais completa os deveres aceitos e se conformarem às decisões tomadas em conjunto”.¹⁰⁴

Ultrapassar o nível da empresa

O projeto libertário implica uma visão que ultrapassa amplamente o âmbito da empresa ou da localidade. Enfatizar apenas os problemas locais da “autogestão” acaba retirando sua dimensão política, e tal atitude não é inocente. Em uma sociedade onde as relações econômicas são extremamente complexas, muitas decisões não podem ser tomadas ao nível de uma única unidade de produção ou de uma única cidade. É precisamente aí que residem as diferenças políticas mais importantes entre o anarquismo e aqueles que descobriram a autogestão em 1968.

Pois, afinal, pouco importa os detalhes do funcionamento de uma fábrica particular. Os trabalhadores dessa fábrica se virarão e podemos confiar neles. Por outro lado, é muito mais interessante saber se, na hipótese de uma grave crise revolucionária, os trabalhadores serão capazes de tomar o controle, de forma rápida e coordenada, de toda a produção e serviços após

103 Jean-Christophe Angaut, Bakounine et le concept de politique, <http://atelierdecreationlibertaire.com/blogs1/bakounine/bakounine-et-le-concept-de-politique-795/>

104 Alexandre Skirda, “Autonomie individuelle et force collective : les anarchistes et l’organisation de Proudhon à nos jours”, <https://fr.anarchistlibraries.net/library/alexandre-skirda-autonomie-individuelle-et-force-collective-les-anarchistes-et-l-organisation-d>

expropriar os padrões e o Estado, evitando o caos resultante da ausência de um programa dos bolcheviques no início da revolução russa.

Como “autogerir” as ferrovias? A produção de energia? Os serviços postais? A distribuição de água? Esses são setores de atividade que afetam não apenas os trabalhadores locais ou a população local, mas toda a economia de um país. E os trabalhadores empregados em serviços de importância nacional são pelo menos tão numerosos quanto os empregados em setores de importância local. Acrescentemos que a definição dos objetivos e a organização desses setores da economia não dependem apenas da decisão dos trabalhadores desses setores, mas de todos os usuários.

É evidentemente impensável que não haja uma coordenação global dessas atividades. Essa coordenação, que permite conectar a autogestão local e global, chama-se federalismo.

“O federalismo é constitutivo do anarquismo desde a época da Associação Internacional dos Trabalhadores, pois o anarquismo se afirma pela sua crítica ao centralismo e sua celebração da autonomia”, explica a historiadora suíça Marianne Enckell. Mas ela acrescenta que “é o federalismo que é o antônimo da centralização, e não a descentralização”.¹⁰⁵

Tende-se a opor a centralização e a burocratização à descentralização. Isso é em parte um falso problema. Referindo-se à Suíça, Bakunin declarou que a centralização econômica “é uma das condições essenciais para o desenvolvimento da riqueza, e essa centralização teria sido impossível se a autonomia política dos cantões não tivesse sido abolida”. Mas ele acrescenta que “a centralização deve ocorrer de baixo para cima, da periferia para o centro, e que todas as funções devem ser independentes e se autogovernar”. Em resumo, é preciso distinguir o processo decisório do processo de execução: “A centralização econômica, condição essencial da civilização, cria a liberdade; mas a centralização política a mata, destruindo, em benefício dos dirigentes, a vida e a ação espontânea do povo”.¹⁰⁶

O federalismo permite superar a falsa alternativa entre centralização e descentralização. O processo decisório é, na verdade, *político*, e sua

105 Marianne Enckell “Fédéralisme et autonomie chez les anarchistes”, *Réfractions*, nº 8, 2002, p. 8.

106 Bakounine,

elaboração deve ocorrer “de baixo para cima, da periferia para o centro”, ou seja, deve ser descentralizado.

O processo de execução é apenas o resultado do processo decisório, trata-se da implementação das decisões, tem um aspecto funcional e pode ser apenas centralizado ou, para aqueles que não gostam dessa palavra, deve ser coordenado em um conjunto coerente ao nível da sociedade global. O funcionamento de um serviço público como a produção e distribuição de eletricidade, gás, etc. em um país, ou mesmo em um continente, não pode ocorrer com base em grupos de afinidade autônomos.

Federalismo e “centralismo democrático”

Dois princípios expressam a diferença entre o federalismo e o que se chama de “centralismo democrático”.

♦ Se imaginarmos um organograma do tipo centralismo democrático, todos os vínculos são verticais, a informação só pode circular de baixo para cima (o topo pode eventualmente selecionar uma parte para baixo), e as iniciativas só podem ser tomadas com a aprovação do topo. Se tomarmos o exemplo de uma organização política que funcione com base no centralismo democrático, a seção do partido na cidade “A” não pode contatar a seção da cidade “B” sem a aprovação da instância superior do partido.

Com o federalismo, a informação circula de baixo para cima, o que é o mínimo, mas também circula horizontalmente, ou seja, cada estrutura da organização pode se comunicar e tomar iniciativas com todas as outras estruturas sem precisar pedir autorização ao nível superior, o que é formalmente proibido no centralismo “democrático”. Esses vínculos horizontais garantem também que a informação circule de cima para baixo, que o “topo” não retenha a informação para seu próprio uso, uma vez que cada instância da organização pode se comunicar com as outras instâncias e obter informações.

♦ Mas existe outro princípio, igualmente importante, que torna o federalismo original. Bakunin o expressa quando diz que “todas as funções são independentes e se autogovernam”, o que é, evidentemente, uma referência a Proudhon.

A descentralização política não significa a criação de uma miríade de organizações independentes que competiriam ou se opusessem umas às outras, como ocorreu, por exemplo, em Donetz durante a revolução russa:

as fábricas metalúrgicas e as minas se negavam mutuamente o fornecimento de ferro e carvão a crédito...

Esse segundo princípio do federalismo é que, se todos os órgãos da organização são interdependentes no âmbito de um projeto global, o órgão central não se substitui a cada uma das estruturas no que diz respeito aos seus próprios problemas. Cada parte da organização é independente no âmbito e nos limites de suas funções e poderes, mas também é responsável, sempre dentro de suas atribuições, pelo bom funcionamento do todo.

Estruturas intermediárias

Nos debates internos da FA durante os anos 90, a questão da constituição de uniões regionais foi levantada. A existência de estruturas intermediárias é essencial no federalismo, na medida em que constituem um “tampão”, um “amortecedor” entre a base e o topo e podem constituir um obstáculo a qualquer tentativa de centralismo.

De fato, a FA era composta por estruturas de base nas localidades e por um órgão coordenador no topo, e nada entre os dois, o que não correspondia realmente a uma organização baseada no modelo federalista, mas uma vaga estrutura horizontalista. Por razões pouco compreensíveis, alguns camaradas eram firmemente opostos à criação de uniões regionais, que teriam constituído uma aplicação perfeitamente normal (um dos requisitos, inclusive) do federalismo.¹⁰⁷

Não entendi por quê, mas esse debate durou um tempo. Acho que a questão das uniões regionais surgiu em um momento em que a FA experimentou um forte aumento de seus efetivos, após a Guerra do Golfo de 1990-1991, durante a qual fomos extremamente ativos.¹⁰⁸ Há em todos os grupos restritos elementos conservadores que se sentem ameaçados quando seus efetivos aumentam. Essa constatação não escapa à FA.

No entanto, quando consultamos os “Princípios básicos”, lemos: “Regiões podem ser formadas e podem ser apenas por iniciativa dos grupos que as compõem, o Comitê de Relações não pode trazer mais do que sugestões nesse campo.”

Isso resolveu a questão.

107

108 Ver: *Radio libertaire, le Monde libertaire et la guerre du Golfe*, éditions du monde libertaire, 2025.

Nesse ponto, como em outros, observou-se um descompasso entre os princípios enunciados, por um lado, e as práticas da organização, por outro, que se baseiam amplamente em uma espécie de “direito consuetudinário” que acabou se impondo (por razões que desconheço) em detrimento do “direito escrito”. Essa prática tem desvantagens, pois é fonte de conservadorismo em certos casos, como no caso das uniões regionais, mas também tem vantagens: o princípio da luta de classes era aceito na prática há muito tempo (como “direito consuetudinário”) antes de ser explicitamente inscrito nos princípios. Tudo isso não tem nada a ver com a questão do “sintetismo”: simplesmente, a Federação Anarquista adquiriu o hábito de considerar que certas decisões devem ser amadurecidas antes de serem tomadas, o que explica por que as cisões e exclusões são muito raras. As poucas cisões que ocorreram desde a década de 1970 foram mais bem “defederações”, o que está em perfeita conformidade com os princípios do federalismo.

A história da Federação anarquista do pós-guerra é complexa, marcada por cisões que muitas vezes não duram muito tempo (a Organização revolucionária anarquista – ORA – viveu apenas de 1967 a 1976) e que elas mesmas sofreram cisões em cascata: a União dos Trabalhadores Comunistas Libertários (UTCL) é o resultado de uma cisão da ORA (maio de 1976), a própria ORA renomeando-se para Organização comunista libertária. Em 1991, o UTCL tornou-se Alternativa libertária. Em 2002 a FA conheceu uma nova cisão/defederação com a formação da Coordenação dos grupos anarquistas (CGA) que manteve apenas um público limitado, que sofreu em 2015 desfederações de grupos na sequência de uma crise interna e que acabou por se fundir com a Alternativa Libertaria em 2019 para formar a União Comunista Libertária. Estes episódios afetaram apenas marginalmente a existência da própria Federação anarquista.

5. – O “ESPECIFISMO”

O “especificismo” é um conceito que teria sido criado na década de 50 pela Federação Anarquista Uruguia. Trata-se simplesmente de afirmar a necessidade de uma organização anarquista específica. No contexto latino-americano, essa reivindicação tem um significado particular. De fato, em muitos países da América do Sul existiam poderosas organizações

sindicalistas revolucionárias: os anarquistas consideravam a organização sindical como a estrutura natural na qual os trabalhadores deveriam se organizar, com a qual estavam absolutamente nas mesmas posições que os sindicalistas revolucionários franceses da época.

Por sua implantação no movimento de massa, o movimento anarquista tinha uma real hegemonia na classe trabalhadora até a revolução russa. Mas os princípios enunciados na carta de Amiens¹⁰⁹ s não podiam mais se aplicar quando outras correntes políticas com outros modelos sindicais surgiram e se impuseram.¹¹⁰ Foi o que aconteceu após a revolução russa, com a criação de partidos comunistas e a implementação pela Internacional Comunista (Komintern) e pela Internacional Sindical Vermelha (Kominform) de uma política de penetração sistemática nas organizações operárias. Como seus camaradas franceses, os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários latino-americanos não souberam enfrentar a bolchevização das organizações sindicais, especialmente porque não existiam organizações anarquistas (organizações específicas) capazes de estruturar a resistência.¹¹¹ Os libertários sul-americanos, portanto, desenvolveram posteriormente a ideia da necessidade de uma organização “específica” (especificismo) para os anarquistas. A existência de “organizações específicas” não é uma novidade no movimento francês, mas aplicada à América Latina, parece conveniente atribuir a paternidade aos anarquistas uruguaios.¹¹²

109 “...o sindicato, hoje grupo de resistência, será no futuro o grupo de produção e distribuição, base da organização social”. (CGT, Charte d’Amiens, 1906.)

110 Ver a notável exposição que faz Alexandre Samis no artigo “Bolchevismo e sindicalismo”, e particularmente o capítulo “Komintern: a estratégia vem de fora” in: *Clevelândia, anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, Imaginario/Achiamé.

111 Quando comecei a militar no movimento libertário ainda existiam velhos militantes sindicalistas revolucionários que viveram nos anos 1920-1930 e que tinham conhecido o período durante o qual os comunistas aplicavam a 9a condição de adesão à Internacional Comunista com a criação de frações comunistas nos movimentos de massa (não só os sindicatos). Estes camaradas diziam-nos que recebiam bem esses novos militantes; pensavam que traziam um sangue novo ao movimento operário em oposição aos socialistas reformistas. Não entenderam que se tratava de uma estratégia de tomada de controle das organizações de massa que acabaria por excluir as outras correntes.

112 O texto fundador do Especificismo sul-americano é “Huerta Grande”, redigido em 1972 como documento de discussão interna da Federación Anarquista Uruguaya, pouco antes do golpe militar de 1973.

Na França, a noção de “organização específica” existe há muito tempo: ela designa simplesmente a organização “especificamente anarquista” em oposição às organizações de massa,¹¹³ como os sindicatos. Em outras palavras, a organização anarquista específica é a organização política. A Federação Anarquista usa frequentemente esse termo para se designar. O fato de existir uma organização anarquista específica é, portanto, por si só, uma banalidade.

Na América Latina, a expressão tem uma conotação mais intensa, eu diria. A hipótese que eu formulo é a seguinte. Trata-se das consequências extraídas do balanço do sindicalismo revolucionário: os anarquistas latino-americanos, especialmente no Brasil, pelo que conheço, mas também na França, se investiram no movimento sindicalista revolucionário, que foi muito importante, mas não conseguiu superar um certo número de crises, especialmente a hegemonia do partido comunista sobre o movimento operário – que, por sua vez, muitos anarquistas e sindicalistas revolucionários ajudaram a criar.¹¹⁴

“Sem sombra de dúvida, o sindicalismo revolucionário foi o promotor do primeiro vetor social obtido pelos anarquistas nos grandes centros brasileiros.”¹¹⁵

Posteriormente, os anarquistas e os sindicalistas revolucionários foram gradualmente excluídos de suas posições dominantes na classe trabalhadora, e a responsabilidade foi atribuída – com razão – à ausência de uma organização anarquista estruturada. Nos textos do movimento “especificista”, frequentemente é expressa a vontade de “recuperar o vetor social perdido do anarquismo”, ou seja, a influência que os anarquistas tinham no movimento operário e que perderam.

Felipe Corrêa comenta:

113 É a expressão que usamos em França para designar as organizações cuja adesão não se faz com base num programa, mas que visa mobilizar um grande número de pessoas em torno de um objectivo comum, num contexto social, político ou económico.

114 Ver: Hamilton Moraes Theodoro dos Santos, *Anarquismo e formação do partido comunista do Brasil (PCB)*, Rizoma editorial.

115 Samis, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. In: *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004, p. 179.

“Alguns fatores, como os vínculos dos sindicatos com o Estado, a repressão e a ofensiva bolchevique contribuíram para essa perda do vetor social que era constituído, naquela época, pelo sindicalismo. A perda do vetor social provocou uma perda de visibilidade do anarquismo no Brasil. Com isso, os anarquistas vão se abrigar nas ligas anticlericais, nos centros de cultura, universidades, escolas, coletivos editoriais e de dramaturgia etc., que eram, e são, propostas interessantes, quando estão ligadas a um movimento social real, mas que sozinhas não são iniciativas capazes de realizar a propaganda necessária, uma vez que a maior e mais eficaz propaganda ocorre quando é sustentada por uma prática social concreta.”¹¹⁶

Se o anarquismo quer contribuir para a fundação de uma nova sociedade, a presença dos anarquistas nos movimentos populares e na luta de classes é fundamental, diz Felipe Corrêa. Já em 1923, no Brasil, José Oiticica havia alertado sobre a falta de trabalho ideológico e a falta de formação dos grupos anarquistas específicos para que militassem dentro dos sindicatos e fossem capazes de se investir em uma prática revolucionária.

“Muitos anarquistas haviam entendido que a única atividade do militante anarquista deveria ser a ação sindical”, diz Corrêa, que acrescenta que “se, por um lado, isso reforçava o trabalho cotidiano imediato, por outro, isso enfraquecia a doutrina e as práticas políticas ideológicas”.¹¹⁷ Oiticica criticava os anarquistas que davam muita atenção à ação sindical e pouca à atividade ideológica. Mas, ao mesmo tempo, outros autores reprochavam aos anarquistas que se dedicavam demais à atividade teórica em detrimento das práticas.¹¹⁸ A questão é encontrar um meio-termo, ou mais precisamente, um meio de integrar a atividade prática e a atividade teórica.”

Refletindo sobre a “perda do vetor social” do anarquismo e a posição de Oiticica, Alexandre Samis escreve que “uma vez perdido o vetor social, e

116 Felipe Corrêa, “A Perda do Vetor Social no Anarquismo dos anos 1930”, Federação Anarquista do Rio de Janeiro. <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/perda-do-vetor-social-felipe-correa/>

117 Corrêa, *loc. cit.*

118 Para citar apenas alguns : Bakounine, Kropotkine, Landauer, Emma Goldman, Alexandre Berkman, Errico Malatesta, Daniel Guérin.

sem organizações específicas capazes de sustentar um enfrentamento ideológico de longa duração, não foi possível aos anarquistas encontrar imediatamente outro espaço de inserção”.¹¹⁹

Em outro texto, Samis precisa:

“Com o advento do Estado corporativo, após a revolução político-militar de 1930, e a criação de uma estrutura oficial para acolher os sindicatos, encarnada pelo ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, os princípios do sindicalismo revolucionário perderam sua validade. Na ausência da tão esperada revolução social, essa estratégia não apresentava mais a eficácia necessária. A nova realidade da repressão ao movimento revolucionário condenava o antigo modelo ao esquecimento e relegava ao segundo plano seus principais entusiastas, os anarquistas. A crise do sindicalismo revolucionário privaria os anarquistas de seu vetor social; sem espaço para se inserir, todos fechados pela repressão e isolados por uma propaganda comunista financiada, inclusive em nível internacional –, os libertários começaram a se organizar em grupos culturais e de preservação da memória.”¹²⁰

O que Samis explica para o Brasil vale evidentemente para a América Latina como um todo, mas também para a França.

Segundo Felipe Corrêa, é a Federação Anarquista do Uruguai, fundada em 1956, que teria empregado o termo “específico” pela primeira vez. Como um movimento baseado na ideia de dualismo organizacional, foi precedido pela Federação Anarquista Ibérica em suas relações com a Confederação Nacional do Trabalho nos anos 1920, mas pode ser remontado a Bakunin em seus desenvolvimentos sobre a função da Aliança Internacional para a Democracia Socialista e sua relação com a Associação Internacional do Trabalho.

119 Samis, Alexandre. “Anarquismo, ‘bolchevismo’ e a crise do sindicalismo revolucionário”. *op. cit.*

120 Alexandre Samis, “Sindicalismo e anarquismo no Brasil”, <https://ithanarquista.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/01/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil.pdf>

A FAI, modelo de organização específica?

Uma iniciativa emergiu durante o segundo congresso da Federação dos Grupos Anarquistas de Língua Espanhola na França, que se realizou em Marselha em maio de 1926. Desde sua criação, reuniu, além dessa federação, a Federação Nacional dos Grupos Anarquistas da Espanha, bem como a União Anarquista Portuguesa. Seu objetivo era preservar o caráter anarquista da CNT estabelecendo comitês compostos por membros da FAI e da CNT, em particular comitês para os prisioneiros e comitês de defesa da confederação. Ela também buscava dissociar a CNT dos grupos políticos republicanos. Ao contrário da imagem que se tem, a FAI carecia de uma estrutura orgânica estável e não conseguiu, no início da República, unificar todas as tendências anarquistas presentes.

Manter sua unidade interna não foi uma tarefa fácil devido às diversas divergências entre as várias federações regionais. No entanto, conseguiu estabelecer um amplo consenso em sua oposição resoluta ao grupo anarcossindicalista que havia orquestrado a reorganização da CNT em 1930-1931 (Pestaña, Peiró, López, etc.). Opondo-se particularmente às propostas de estruturação interna, como as federações industriais nacionais, essa questão era crucial na hipótese de que a classe trabalhadora um dia deveria retomar o controle de toda a economia do país. O congresso de Saragoça de 1936, dominado pelas concepções da FAI, logo antes do golpe fascista, elaborou um “Conceito Confederal do Comunismo Libertário” que representava um retrocesso considerável em relação à situação da época: o programa desse congresso expressa a falta de compreensão dos mecanismos econômicos da sociedade, o desprezo pela realidade econômica e social.

O “Conceito Confederal do Comunismo Libertário” foi definido como um “federalismo puro” baseado nos municípios ou nas comunas livres: tinha-se aqui o modelo dos planos de organização da sociedade futura que proliferavam na literatura socialista do século XIX. O fundamento da sociedade futura é a comuna livre. Cada comuna é livre para fazer o que quiser. Aqueles que se recusarem a se integrar, fora dos acordos de “convivência coletiva”, na sociedade industrial, poderão “escolher outros modos de vida comum, como, por exemplo, os naturistas e nudistas, ou terão o direito de ter uma administração autônoma fora dos acordos de compromissos gerais”.

Nos debates sobre o “Conceito Confederal do Comunismo Libertário” encontram-se

“conceitos típicos do anarquismo clássico ou digressões bastante pitorescas, como a prescrição de mudança de residência para curar o ‘mal de amor’, afastamento necessário para o indivíduo que ‘desejaria obter o amor à força ou de maneira bestial’. É, por outro lado, um triunfo completo da concepção ‘comunalista’: reconhecia-se a soberania dos indivíduos, a comuna livre tornava-se o elemento essencial, do ponto de vista econômico e administrativo, da sociedade pós-revolucionária.”¹²¹

Sobre o relatório definitivo desse congresso, Abad de Santillan escreveu um artigo no qual destacava a confusão de um texto destinado, em princípio, a esclarecer os militantes:

“Fala de tudo, e às vezes com uma profusão de detalhes; de tudo, exceto da organização do trabalho. Há neste relatório definitivo um excesso de declamações e uma acumulação de contradições e obscuridades às quais não esperávamos. Enquanto deveria constituir a parte mais importante e útil do Congresso, dele saiu apenas a concepção mais pobre e insustentável. Fala da família, da delinquência, do ciúme amoroso, do nudismo e de muitas outras coisas, mas mal se encontra algumas palavras sobre o trabalho, sobre os locais de trabalho, sobre a organização da produção.”¹²²

O modelo exposto durante o congresso de Saragoça será categoricamente refutado pelos fatos após o golpe de Estado franquista de julho de 1936: a coletivização da economia só será possível porque as disposições do congresso de Saragoça não serão aplicadas e que serão instauradas federações de indústria, não sem dificuldades; Gaston Leval nos ensina que o congresso de Madri de 1919 havia decidido transformar os

121 Elorza Antonio. “Une conception scientifique du communisme libertaire -D. A. de Santillan”. In: *Autogestion et socialisme : études, débats, documents*, N°18-19, 1972. Les anarchistes et l'autogestion. pp. 83-101.

122 “Comunalismo y comunismo”, *Tiempos Nuevos*, juin 1936, 3º ano, N.6 pp. 261-264, cité par A. Elzora, *loc. cit.*

sindicatos de ofício em sindicatos de indústria “para melhor assegurar a gestão da nova economia”. “Infelizmente, acrescenta Leval, sob a influência de demagogos eloquentes, o congresso rejeitou a constituição de federações de indústrias, tão necessárias. Só se começou isso em 1931, e esse atraso fez-se sentir durante a revolução.”

“...os elementos demagógicos que existiam em nosso movimento, e que exerceram uma influência negativa, antissindical e anti-organizadora que tivemos que combater, contribuíram – como já dissemos – para atrasar a constituição das federações de indústria cuja existência teria permitido sindicalizar mais rapidamente e mais completamente a produção, e, sobretudo, a organização da distribuição.”¹²³

Na Espanha, o conflito entre os trentistas¹²⁴ e a FAI resultou na tomada de controle da direção da CNT pelos faístas e na cisão dos sindicatos de oposição. O grupo *Nosotros*, composto por “anarquistas-bolcheviques”

123 Gaston Leval, *Espagne libertaire, 1936-1939*. Editions du Monde libertaire 1983.

https://cras31.info/IMG/pdf/gaston_leval_espagne_libertaire.pdf

Notemos que a criação de federações industriais está no centro da estratégia sindicalista revolucionária. As primeiras federações da CGT francesa foram criadas principalmente na década de 1900. A primeira federação da indústria, a Federação dos Edifícios e das Obras Públicas, foi criada em 1902. Ao longo dos anos, outras federações surgiram para representar vários setores industriais, como a metalurgia, o têxtil e os transportes, contribuindo assim para a organização dos trabalhadores em áreas específicas. Estas federações desempenharam um papel fundamental na estruturação do movimento sindical em França. Além disso, constituem uma base indispensável na eventualidade da retomada da produção pelas mãos dos trabalhadores organizados.

124 O Manifesto dos Trinta, ou Manifesto de los Treinta, é um texto político publicado em Barcelona em agosto de 1931 por militantes sindicalistas da Confederação Nacional do Trabalho (CNT). Entre seus signatários estão Joan Peiró (que foi secretário-geral da CNT de 1922 a 1923), Ángel Pestaña (secretário-geral em 1929) e Juan López Sánchez. Este texto dá origem à corrente ideológica conhecida como trentismo, que defende uma abordagem qualificada de “moderada” ou de “possibilismo libertário” no seio do movimento libertário espanhol. Inicialmente excluída da Confederação, esta corrente reuniu-se com a tendência anarco-sindicalista no congresso de Saragoça em maio de 1936, em torno do projeto de comunismo libertário, colocando a comunidade libertária no coração da sociedade pós-revolucionária.

como Durruti, Garcia Oliver, Ascaso e Sanz, que já havia envolvido a FAI e a CNT em várias tentativas revolucionárias infrutíferas em 1931-1932 (como a greve geral de Barcelona em setembro de 1931 e a revolta no Alto Llobregat em janeiro de 1932), conseguiu assumir o controle da FAI. Este grupo incentivou os movimentos insurreccionais frustrados de janeiro, maio e dezembro de 1933, e pediu uma abstenção rigorosa nas eleições de novembro daquele ano. Esses sucessivos fracassos acentuaram as tensões dentro da FAI entre os anarquistas mais ortodoxos, como Torhyo e Mestre ou D. Abad de Santillán, Pere Herrera e Josep Peirats (do grupo Nervio), e os anarquistas-bolcheviques.

Entre 1935 e 1936, debates acalorados surgiram sobre uma possível aliança com as forças políticas de esquerda, uma ideia particularmente defendida por Federico Urales, assim como sobre o futuro programa social que a CNT deveria implementar. Diante da ausência de uma proposta concreta por parte do grupo “La Revista Blanca”, Gaston Leval¹²⁵ e, principalmente, D. Abad de Santillán,¹²⁶ propuseram bases para a organização da produção, propostas que não foram finalmente adotadas durante o congresso da CNT de Saragoça em maio de 1936.

No início da guerra civil, a maioria dos membros do grupo “Nosotros” foi mobilizada por suas obrigações militares. No final das contas, a FAI se fundiu com a CNT, apesar dos esforços para fortalecer sua organização interna, como o Plenário Peninsular de junho de 1937, que aceitou a criação de novos agrupamentos territoriais. Ao final da guerra, a FAI foi integrada ao Movimento Libertário Espanhol em outubro de 1938 e março de 1939.

O balanço que se pode fazer da experiência da FAI é que a existência de uma “organização específica” – cuja necessidade não se discute – não é, no entanto, uma garantia de eficácia revolucionária: a FAI levou o movimento anarquista a uma sucessão catastrófica de insurreições, foi a inspiradora de um programa totalmente inadequado para a época, não compreendeu a necessidade das federações de indústria que eram, na verdade, um dos pilares do sindicalismo revolucionário, e se enredou em divisões internas lamentáveis. Notemos que, apesar de sua retórica revolucionária, dos quatro ministros anarquistas, pelo menos dois eram da FAI: Federica Montseny e Garcia Oliver.

125 Gaston Leval, *Problemas económicos de la revolución social española*, Rosario, 1931

126 Diego Abad de Santillán, *El organismo económico de la revolución. Como vivimos y como podríamos vivir*, La Revista Blanca, mai 1936.

O dualismo organizacional

O dualismo organizacional que o corrente “especificista” reivindica mas que volta para Bakunin é a existência conjunta de uma organização política anarquista e de uma organização de massa. Precisamente, o “especificismo” define o tipo de relação entre essas duas formas de organização. Ele afirma:

- A necessidade de uma organização especificamente anarquista construída em torno de uma comunidade de ideias e práticas;
- O recurso a essa organização para teorização e desenvolvimento de uma estratégia política;
- O compromisso com movimentos sociais e populares.

Para que a ação nessas organizações seja eficaz, é preciso que os anarquistas estejam organizados como tal e como um grupo coerente: é uma minoria ativa cujo papel é influenciar o máximo possível as organizações de massa (o “movimento social”) em uma direção libertária.

“Organizados como um grupo coeso específico, os anarquistas constituirão uma força social muito maior e poderão funcionar como um sólido elemento de influência e persuasão que terá menos chance de ser ‘esmagado’ por um partido de esquerda, por autoritários de toda sorte, pela Igreja e outros indivíduos e grupos que tentam incessantemente usar o movimento social em seu próprio benefício.”¹²⁷

Outro eixo do anarquismo “especificista” é a “inserção social”, ou seja, a presença dos anarquistas no movimento social, que é o meio pelo qual o anarquismo deveria recuperar o “vetor social perdido pelo anarquismo quando este acabou se distanciando da luta de classes e dos movimentos sociais”, nas décadas de 1920-1930. Corrêa se defende que a “inserção” não pode ser assimilada ao “entrismo” da esquerda autoritária: o conceito de inserção social dos anarquistas está “ligado apenas à ideia de retorno organizado dos anarquistas à luta de classes e aos movimentos sociais. Não

127 F. Corrêa, “Anarquismo especificista”.

em um sentido vanguardista da luta pelo movimento, mas defendendo a minoria ativa que luta junto com o movimento”.¹²⁸

A formulação é muito desajeitada: resume-se a dizer que a inserção social dos anarquistas se limita a garantir a inserção social dos anarquistas! Corrêa poderia ter dito que a inserção social dos anarquistas nas organizações de massa é feita agindo para que as tomadas de decisão não sejam manipuladas, que direções burocráticas não se substituam à base, que haja uma rotação e um controle dos mandatos, etc. Naturalmente, essas disposições nem sempre são realizáveis, mas constituem um objetivo a ser alcançado, e por experiência, constatei que os filiados são, na maioria, muito sensíveis a esses argumentos.

De uma forma geral, Corrêa explica que o “especificismo” critica “a falta de organização da maioria dos anarquistas”, opõe-se ao anarquismo individualista e à “exacerbação dos egos”; e que se opõe ao modelo síntesista – do qual ele dá uma imagem curiosa: “não adianta, diz Corrêa, reunir uma série de indivíduos e organizações sob a bandeira do anarquismo, simplesmente destacando uma identidade baseada na crítica – pois geralmente, o único ponto de concordância diz respeito à crítica do Estado, do capitalismo, da democracia representativa – ou mesmo da sociedade futura; de fato, não há unidade em termos de organização ou de questões construtivas.”¹²⁹

Eu ressaltaria que o fato de criticar o Estado, o capitalismo e a democracia representativa é o mínimo que se pode pedir a uma organização anarquista e não pode ser recriminado ao “Síntesismo”... Parece que é uma constante entre os plataformistas ou entre os partidários do “Especificismo” ter uma imagem totalmente absurda do “Síntesismo”.

Encontramos uma tentativa de definição do anarquismo sintético em um documento da FARJ, Federação Anarquista do Rio de Janeiro, embora a “síntese” não seja mencionada explicitamente. O documento tenta diferenciar o “especificismo” das “outras formas de organização anarquista” – mas entende-se bem que é o Síntesismo que está sendo visado. Enquanto a concepção deles sobre o anarquismo [a dos “especificistas”] é definida como uma ideologia, ou seja, “um conjunto de ideias, motivações, aspirações, valores, estruturas ou sistemas de conceitos, que têm uma ligação direta com a ação – o que chamamos de prática política”, “a outra” visão do anarquismo [a dos “síntesistas”] é

128 *Ibid.*

129 *Loc. cit.*

...“puramente abstrata e teórica, que estimula unicamente o livre pensamento, sem necessariamente conceber um modelo de transformação social. O anarquismo, pensado unicamente a partir desse modelo de observação crítica da vida, oferece uma liberdade estética e possibilidades infinitas. No entanto, se for concebido assim, não oferece possibilidades reais de transformação social, pois não é colocado em prática, em ação. Ele não dispõe da prática política que persegue os objetivos finais”.¹³⁰

É impossível refutar argumentos tão repetidamente falsos. Em psicologia, fala-se de “efeito de verdade ilusória”, que estipula que quanto mais uma afirmação é repetida, mais é percebida como verdadeira, mesmo que seja falsa.

Um texto de Adam Weaver¹³¹ passa por ser a exposição padrão do “especificismo”. Weaver explica que “as ideias inerentes ao Especificismo tocam um fio condutor histórico do movimento anarquista em escala internacional.” O mais conhecido seria o corrente platformista, que começou com a publicação da “Plataforma organizacional dos comunistas libertários”. Haveria, portanto, uma parentesco entre os dois correntes. Outro ponto em comum reside na crítica ao “Síntesismo”:

“Ao evocar a necessidade de uma organização especificamente anarquista construída em torno de uma unidade de ideias e práticas claramente definidas, os especificistas se opõem intrinsecamente à ideia de uma organização revolucionária ‘síntesista’, onde múltiplos correntes anarquistas coexistem em uma unidade aproximativa.”¹³²

Uma precisão: na organização “síntesista”, há em princípio apenas três correntes, não “múltiplas” correntes.

130 FARJ, Especificismo. Organização anarquista, <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/textos-da-farj/especificismo/>

131 Publicado pela primeira vez em *The Northeastern Anarchist* n° 11, printemps 2006: “Especificismo : The Anarchist Praxis of Building Popular Movements and Revolutionary Organization”.

132 <https://www.infolibertaire.net/adam-weaver-specifisme-especificismo/#/>

Os anarquistas dos Estados Unidos também teriam criticado o Síntesismo por sua “falta de coesão devido a tendências políticas múltiplas e contraditórias. Frequentemente, o acordo básico desses grupos se resume a uma linha política vaga, reduzida ao ‘menor denominador comum’, deixando pouco espaço para uma ação comum ou para uma discussão política aprofundada entre camaradas.”

A primeira impressão que tiro ao ler essas linhas é que quem as escreveu nunca participou de um congresso da Federação Anarquista para dizer que seu “síntesismo” suposto não deixa “pouco espaço para uma discussão política entre camaradas”. Weaver diz implicitamente que o “especificismo”, ao não reconhecer o direito de tendência, suas instâncias de decisão não são percorridas por visões divergentes e que se desenrolam na mais perfeita serenidade. Ficaria muito surpreso... Essa observação é muito interessante.

Se em uma organização existe uma instância na qual seus membros debatem, há necessariamente pluralidade de visões que se opõem – portanto, tendências, a menos que se conclua que as orientações são decididas no topo e tudo o que os filiados têm a fazer é ratificar.¹³³

O princípio das tendências em uma organização torna-se contestável quando são institucionalizadas e que os órgãos de direção são constituídos proporcionalmente a essas tendências, o que equivale a introduzir na organização as práticas parlamentares. (Incidentalmente, isso significa observar que os filiados que não estão ligados a nenhuma tendência não contam para nada).¹³⁴ Incidentalmente, se a FA reconhece a existência de tendências (e não apenas as três reconhecidas teoricamente pelo Síntesismo, mas mais) elas não são institucionalizadas e eu nunca vi ninguém na tribuna do congresso se expressar como membro de uma tendência.

O ponto essencial do Especificismo, segundo Weaver, é a “inserção social”, que ele define como a ação “dentro de movimentos de pessoas lutando para melhorar sua própria condição, que não se reúnem sempre com base em necessidades exclusivamente materiais, mas também em

133 Uma obra de Yvon Bourdet analisa minuciosamente o mecanismo do “centralismo democrático”: *La Délivrance de Prométhée : pour une théorie politique de l'autogestion*, éditions Anthropos, 1970.

134 Entre 1974 e 1976, *Solidarité ouvrière*, o jornal da “Alliance syndicaliste”, publicou uma série de artigos sobre o anarcosindicalismo, incluindo um artigo sobre as tendências que faz um ponto sobre a questão. *Solidarité Ouvrière* n° 42 (octobre 1974), <http://libertaire.free.fr/BrochureAlliance03.html>

necessidades sociais e históricas de resistência a ataques do Estado e ao capitalismo. Trata-se, em particular, dos movimentos de base dos trabalhadores, dos movimentos de migrantes em luta pela regularização, da resistência das organizações de bairro contra a violência policial, da luta dos estudantes provenientes de meios populares contra as restrições orçamentárias e da oposição das pessoas pobres e desempregadas às expulsões e reduções de serviços sociais.” Tem-se a impressão de que Weaver define aqui a atividade dos militantes da Federação Anarquista...

A inserção social “decorre da convicção de que os oprimidos são o setor mais revolucionário da sociedade, e que os germes da transformação revolucionária já residem nessas classes e grupos sociais.” Curiosamente, Weaver fala de oprimidos, *não de explorados*, o que me parece sintomático da evolução do anarquismo de hoje, mas que constitui um surpreendente retrocesso: uma parte importante do movimento anarquista do final do século 19 já enfatizava os oprimidos em vez dos explorados, e já considerava que os primeiros constituiriam a vanguarda da revolução. Naquela época, considerava-se que se sindicalizar era “fazer obra burguesa, reacionária”.¹³⁵

Portanto, devia-se desaconselhar os trabalhadores a entrarem nos sindicatos, que eram um “elemento de fraqueza do ponto de vista revolucionário”; devia-se desaconselhar o trabalhador a entrar, pois ele se tornaria então um “conservador feroz, autoritário e quase governamental”.¹³⁶ Os trabalhadores sindicalizados eram os “piores inimigos da revolução”. Aqueles que tinham os favores dos militantes do *Libertaire* eram “os furiosos, os impacientes, os revolucionários, a massa negra, a massa dos desempregados e famintos que deve servir de ponto de partida para as reivindicações anarquistas”.¹³⁷ Em outro artigo do *Libertaire*, a “base social” do movimento anarquista é constituída pelos “sem-ofício, os sem-trabalho, os vagabundos, os pilões,¹³⁸ prostitutas, desclassificados”, qualificados como “revolucionários do amanhã”: “Ao reivindicar os sem-trabalho, o anarquismo individualista e antissindical terá uma base

135 H. Dhorr, “La Loi des salaires”, *Le Libertaire*, n° 78, 5-11 mai 1897.

136 Imanus, “Les Syndicats”, *Le Libertaire*, n° 17, 7-14 mars 1896.

137 E. Girault, “Les Sans-travail”, *Le Libertaire*, n° 82, 3-9 juin 1897.

138 G. Paul, “L’Anarchie et les sans-travail”, *Le Libertaire*, n° 23, 7-14 avril 1907

O texto francês fala bem de “pilon” (pilão), que é uma forma gíria para designar uma pessoa com uma perna de pau.

econômica e possuirá um significado social.”¹³⁹ Portanto, é com essas categorias socio-profissionais, cuja honorabilidade não contesto, que os anarquistas da época pretendiam reorganizar a sociedade do amanhã. Hoje, não são os vagabundos, deficientes físicos, prostitutas ou desclassificados que constituiriam a vanguarda da revolução, mas o conjunto dos grupos qualificados como *oprimidos*: minorias étnicas, raciais, LGBTQ+, refugiados e migrantes, trabalhadores precários, sem-teto, deficientes, etc.”

Esse “setor mais revolucionário da sociedade”, como diz Weaver, que contém “os germes da transformação revolucionária”, retomarão em suas mãos a organização da sociedade – agricultura, indústria, serviços, transportes, energia, saúde, intercâmbios etc. – persuadindo todas as pessoas que se dedicam a essas ocupações e são simplesmente “exploradas” a aplicar o programa das ditas “classes e grupos sociais” oprimidos.

Assistimos a uma verdadeira inversão das tendências. Nunca se tratou de negligenciar o destino das minorias oprimidas da sociedade, mas seria ingênuo designar o sistema capitalista como o único responsável por essas opressões: as ideias preconcebidas, os preconceitos que circulam entre a população, incluindo nas grandes organizações de trabalhadores, são amplamente responsáveis pela situação, e a não-consideração ou a negligência em relação a essas múltiplas opressões provavelmente contribuíram para a situação atual, onde estas se manifestam de maneira dispersa (e às vezes de maneira concorrente).

O anarquismo, qualquer que seja o adjetivo que lhe seja atribuído, só faz sentido se lutar tanto contra a exploração quanto contra a opressão, incluindo a opressão no e pelo trabalho.

Weaver nos ensina que a influência da plataforma teve um grande impacto no crescimento recente das organizações anarquistas de luta de classe:

“Muitos consideram a Plataforma como um documento histórico que fala sobre os fracassos organizacionais do anarquismo dentro dos movimentos revolucionários globais do século passado, e são levados a se definir como agindo dentro da ‘tradição plataformista’. Nesse contexto, os correntes especificistas e plataformistas merecem ser comparados e contrastados.”

139 G. Paul, “L’Anarchie et les sans-travail”, *Le Libertaire*, n° 23, 7-14 avril 1907

Segundo Weaver, a Plataforma está ligada ao contexto da revolução russa, mas o documento “pouco progrediu em sua proposta de unir os anarquistas da ‘luta de classes’” e permanece nitidamente silencioso em sua análise ou compreensão de muitas questões-chave às quais os revolucionários da época estavam confrontados, como a opressão das mulheres e o colonialismo.” Weaver provavelmente leu mal o texto da Plataforma, pois este diz explicitamente que o documento foi concebido para ser discutido.

A adesão de muitos militantes à Plataforma seria devido a uma reação contra o “atoleiro que se seguiu à revolução russa e que atingiu grande parte do anarquismo”. Weaver erra duplamente:

a) A publicação da Plataforma foi seguida por um longo período de desinteresse e só conheceu um renascimento de interesse durante os movimentos estudantis de maio de 1968;

b) O “atoleiro” do qual fala Weaver já existia muito antes da Revolução Russa, inclusive na Rússia.

Ele tem razão ao afirmar que a plataforma foi rejeitada “pelas tendências individualistas do movimento anarquista”, mas o movimento anarquista não se limitava, na época, ao individualismo. Tem razão em afirmar que a Plataforma nunca chegou aos militantes ou organizações que poderiam apoiar o documento; como já disse, isso se deve em parte aos próprios preconceitos dos autores da Plataforma em relação ao movimento sindicalista revolucionário.

O Plataformismo aparece aos olhos de Weaver como um corrente obsoleta, enquanto o especificismo seria, em comparação,

“uma prática viva, desenvolvida e sem dúvida uma teoria muito mais pertinente e contemporânea, emergindo de 50 anos de organização anarquista. Originárias do Cone Sul da América Latina, mas cuja influência se espalha por toda a América Latina, as ideias do Especificismo não provêm de um apelo ou de um único documento, mas surgem organicamente dos movimentos do Sul Global que lutam

contra o capitalismo internacional e servem de modelo para os movimentos em todo o mundo.”

Weaver escreve que o especificismo não se limita a preconizar “a unidade teórica e tática” da Plataforma, mas um “programa estratégico” baseado em uma análise que “guia as ações dos revolucionários”. A Plataforma pode ser facilmente interpretada como vendo o papel dos anarquistas “estritamente e principalmente centrado nos sindicatos”. É de se perguntar se Weaver leu a Plataforma, onde se encontra um capítulo intitulado “Anarquismo e sindicalismo” no qual é explicado que o sindicalismo é apenas “uma das formas da luta revolucionária de classe” – ressalto: “acreditamos que os anarquistas devem participar do sindicalismo revolucionário como uma das formas do movimento operário revolucionário” – ressalto novamente.

A crítica especificista ao Plataformismo parece consistir em dizer que o primeiro dispõe de um corpo teórico mais elaborado do que o segundo e que é mais adequado para enquadrar os anarquistas nas lutas. Além disso, os especificistas afirmam que o Plataformismo se limita a estipular a necessidade de uma organização, e que esta deve ser disciplinada e coesa. Essa é uma visão muito caricatural da Plataforma, um documento de cerca de cinquenta páginas cuja “Parte construtiva” fornece as bases de um programa e a “Parte organizacional” dá todos os elementos para a construção de uma organização – mesmo que não se compartilhe todas as propostas.

Lembremos que a Plataforma é um documento destinado a corrigir as derivações do movimento anarquista russo: seus redatores devem ter ficado surpresos ao constatar que as mesmas derivações atingiam o movimento anarquista francês. Mas como diz Alan MacSimon, do Workers Solidarity Movement, em um prefácio de 1989 à Plataforma, “o texto foi escrito para abrir um debate dentro do movimento anarquista”. A Plataforma, aliás, não se pretende um programa, mas uma convite a um debate... que nunca ocorreu.

Resta esperar que essas duas correntes não cheguem a se considerar como concorrentes. E que alguém não tenha a ideia de querer fazer uma “síntese”...

6. – A CONTRIBUIÇÃO DE G.P. MAXIMOV

Gregori Maximov foi sem dúvida aquele que fez, na época, a crítica ao mesmo tempo mais precisa e mais dura do Plataformismo. Ele era um militante anarquista desde 1912, opôs-se à Primeira Guerra Mundial e alistou-se em 1915 para fazer propaganda revolucionária. Durante a Revolução de Outubro, ele foi ativo em Petrogrado e foi eleito deputado provincial dos soviets em 1918. Escreveu para publicações anarco-sindicalistas e foi preso várias vezes pelos bolcheviques entre 1918 e 1921. Depois de ser condenado à morte por suas atividades, foi libertado e expulso da Rússia.

Refugiado em Berlim, fundou a Confederação Anarco-sindicalista no Exterior em 1922, mas foi expulso da Alemanha no mesmo ano. Mudou-se para Paris e depois emigrou para os Estados Unidos em 1925, onde continuou a publicar e a escrever sobre o anarquismo e sua experiência na Rússia. Em 1940, publicou sua obra principal, *The Guillotine at Work*, na qual critica a repressão bolchevique e afirma que o marxismo-leninismo é, na verdade, contra-revolucionário, com Lênin como o primeiro teórico fascista. Sua intervenção no debate sobre a Plataforma é pouco conhecida. No entanto, os atores anarquistas da revolução russa que tentaram fazer um balanço da atividade do movimento, como Makhno, Archinov e Voline, não são os únicos, e a contribuição de Maximov permanece indispensável. Como complemento ao anarquismo comunista de Makhno e Archinov e ao síntesismo de Voline, ele nos propõe a visão anarco-sindicalista com um pouco mais de distância, na medida em que sua contribuição data de 1930.¹⁴⁰

Segundo Maximov, o movimento anarquista, embora tenha desempenhado um papel chave na Rússia em seus primeiros dias com Bakunin, desapareceu rapidamente após sua morte, reaparecendo apenas a partir da revolução de 1905. Naquele momento, enfrentava concorrentes poderosos como os bolcheviques, bolcheviques e socialistas revolucionários, que já haviam estabelecido bases sólidas entre os

140 Publicada pela primeira vez em russo em 1930. Compilado a partir de artigos escritos para o órgão de língua russa da IWW em Chicago GOLOS TRUZHENIKA (Voz do Trabalhador). editado por Maximov. Traduzido para o inglês por Ada Slegel e publicado pelo “Maximov Memorial Publishing Committee”, Chicago 1952.

trabalhadores e camponeses. Os anarquistas, cujo número era relativamente pequeno, encontravam-se em uma posição desfavorável. Maximov aponta assim uma das causas da fraqueza do movimento anarquista no momento da revolução. Mas havia outras.

As divisões internas entre individualistas e comunistas dentro do anarquismo, acentuadas pelo contexto russo, constituíam outra causa de fraqueza. Em 1917-1918, o movimento anarquista tinha no máximo 10.000 membros, com delegados sindicalistas revolucionários representando talvez 75.000 trabalhadores nas conferências e comitês de fábrica.

Mas outros fatores também contribuíram para enfraquecê-lo ainda mais. Desde o início, havia uma divisão entre individualistas e comunistas dentro do anarquismo. Os individualistas tendiam a adotar o “terrorismo sem motivo”, enquanto a ala esquerda dos anarquistas-comunistas apoiava a expropriação por destacamentos armados. A diferença entre os dois correntes, no entanto, não era grande: a distinção dizia respeito à organização – ou à ausência de organização – da sociedade futura, mas não necessariamente à compreensão da revolução ou, ao menos, de sua fase destrutiva. Segundo Maximov, os anarquistas-comunistas russos permaneceram no nível da agitação e propaganda entre as massas, não se elevando ao nível da organização das massas. As formas organizacionais do anarquismo russo, compostas por pequenos grupos e círculos, não permitiam diferenciar o individualismo do anarquismo-comunismo.

Nesse contexto, o impacto da revolução só poderia contribuir para a desintegração de um movimento que nunca foi integrado ou coerente. Se o anarquismo quisesse exercer influência uma vez que a revolução estivesse lançada, a propaganda em favor da construção deveria ter substituído as tendências à destruição, o que exigia distinguir claramente entre individualismo e comunismo. Isso implicava em colocar a questão da tática e da estratégia a adotar, o que levou a uma separação entre os anarquistas-comunistas, focados na organização do consumo das massas, e os sindicalistas, concentrados na organização das lutas dos trabalhadores. O anarquismo-comunismo, não dispondo de nenhuma base tática ou estratégica clara, se dividiu entre uma simples oposição armada a tudo que era “estatal” e uma colaboração (acompanhada de subordinação) ao partido bolchevique.

O anarco-sindicalismo, que é, segundo Maximov, mais coerente do ponto de vista organizacional, tático e em seu projeto pós-revolucionário do que as outras variantes, também encontrou dificuldades com o surgimento dos comitês de fábrica, que não tinham lugar no esquema sindicalista

original. No entanto, esses problemas eram, pelo menos, superáveis em seu próprio quadro de pensamento. Apesar disso, o sindicalismo revolucionário nasceu e estava destinado a permanecer uma tendência minoritária dentro de um movimento sindical dominado pelos mencheviques e um movimento dos comitês de fábrica intimamente ligado aos bolcheviques.

O movimento makhnovista na Ucrânia (1918-1921) é o único episódio marcante do anarquismo russo: “Na triste crônica do anarquismo russo, um único episódio se destaca: o do movimento makhnovista na Ucrânia (1918-1921). Os partidários liderados por anarquistas obtiveram brilhantes sucessos militares contra os alemães, os nacionalistas ucranianos e os exércitos brancos e resistiram por muito tempo aos ataques do Exército Vermelho quando este se voltou contra eles”, escreve Maximov. Infelizmente, diante de dois exemplos bem-sucedidos – o partido bolchevique e o exército anarquista – Archinov, Makhno e seu grupo produziram uma plataforma organizacional e uma política incorporando as principais características de ambos, o que os alienou dos anarco-sindicalistas, que já tinham uma estrutura organizacional – a AIT – criada quatro anos antes da “Plataforma”, com concessões organizacionais e políticas totalmente diferentes. Mas a Plataforma também não atraiu aqueles anarquistas-comunistas que não deixaram de perceber o “bolchevismo implícito” em suas disposições organizacionais e políticas.

Os redatores da Plataforma acreditavam que as formas organizacionais eram apenas uma questão técnica e que a política de uma organização era regida por seus objetivos explícitos, enquanto os opositores à Plataforma acreditavam, ao contrário, que todas as formas organizacionais eram por essência politicamente estatistas. O principal alvo da Plataforma era a “Síntese” anarquista. Segundo Maximov, a “Declaração de princípios sintética” foi encomendada a Voline pela Confederação Anarquista Nabat da Ucrânia (1918-1920). Essa iniciativa visava estabelecer um quadro que permitisse a cooperação entre as diferentes tendências anarquistas (sindicalistas, comunistas, individualistas).

Em resposta à publicação da “Plataforma”, Voline e outros militantes do “Nabat” que haviam sobrevivido ao terror bolchevique se exilando publicaram em 1927 o que ficou conhecido como “A Resposta”. Este documento constitui o principal ataque contra o “Plataformismo” por parte dos anarquistas “síntesistas”.

Paralelamente, os anarco-sindicalistas exilados não ficaram à margem deste debate. A crítica mais detalhada da “Plataforma”, assim como das lacunas da “Resposta”, foi formulada por G. P. Maximov nas páginas de

Golos Truzhenika. Essa crítica foi posteriormente publicada coletivamente sob o título de “Anarquismo Construtivo”. A análise aprofundada de Maximov, que evidencia as diferenças entre o anarco-sindicalismo e o Plataformismo, é também valiosa por sua elaboração sobre o desenvolvimento do programa construtivo do anarco-sindicalismo, desde a Primeira Internacional até a reconstituição da AIT em 1922.

Segundo Maximov, a guerra imperialista, a revolução russa, as revoluções na Europa Central e a intensificação da luta de classes levaram os anarquistas a se interessar mais profundamente pela natureza da revolução social e pelos meios práticos para sua realização. As publicações anarquistas discutiam os problemas de organização, mas poucas questões fundamentais eram realmente resolvidas. A primeira tentativa concreta de abordar as formas organizacionais foi a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1921, que fez do anarco-sindicalismo uma organização internacional adotando o princípio do anarquismo comunista e que, ao se dedicar a defender os interesses imediatos dos trabalhadores, “esforçou-se, desde o primeiro dia de sua existência, para encontrar soluções para todas as questões que surgem, agora e no futuro, para as massas exploradas em sua luta pela plena libertação”, escreve Maximov.

No entanto, a criação da segunda AIT não foi bem recebida por muitos anarquistas: em reação, alguns emigrantes russos formaram uma nova organização, a Associação Geral dos Anarquistas. E em 1927, um grupo de anarquistas russos propôs um Projeto de Plataforma Organizacional que tentou resolver os diversos problemas em um nível diferente do da Associação Internacional dos Trabalhadores. Maximov quer examinar tanto a “Plataforma” quanto a “Resposta” dos síntesistas que foi feita para “clarificar nossa posição sobre as questões organizacionais e táticas que poderiam surgir no futuro”. Ambos os documentos conteriam “distorções” que o autor do texto deseja examinar.

A introdução do texto de Maximov aborda o desenvolvimento do anarquismo internacional desde a guerra, ressaltando o impacto da guerra imperialista, da revolução russa e das lutas de classes na Europa Central. Esses eventos levaram os anarquistas a examinar mais profundamente a natureza da revolução social e os meios práticos para alcançá-la. Embora discussões sobre construção, táticas e organização tenham ocorrido nas publicações anarquistas, poucas questões fundamentais foram realmente resolvidas.

Antes de apresentar os princípios do anarco-sindicalismo, Maximov pretende examinar essa “Plataforma” e a “Resposta” que foi dada por outros anarquistas. Essa análise visaria esclarecer a posição sobre as questões organizacionais e táticas que poderiam se apresentar no futuro, ao mesmo tempo em que destacaria as distorções dos conceitos anarquistas contidos nesses documentos, justificando assim sua crítica aprofundada.

A fase construtiva do anarquismo

No final do século XIX, a evolução do socialismo e do anarquismo passou por uma transição para um período de socialismo construtivo, após as fases “utópicas” e “científicas”. Bakunin já havia destacado a importância de não destruir o antigo sem um plano para o novo.¹⁴¹

A Comuna de Paris intensificou o interesse pelos aspectos construtivos do socialismo, e a Primeira Internacional trabalhou para esclarecer as tarefas da sociedade futura. No congresso de Bruxelas de 1874, os delegados discutiram o relatório de César de Paepe sobre “os serviços públicos na sociedade futura”, que “abrange não apenas as questões formuladas na Plataforma – cinquenta anos depois – mas também uma série de outras questões que não se encontram lá e que não deveriam ser ignoradas”. É evidente que Maximov quer mostrar que a Plataforma não é um documento que surgiu do nada, que o anarquismo não nasceu com ela. Com o nascimento do sindicalismo revolucionário no final do século XIX, uma fusão das ideias anarquistas e sindicalistas deu origem ao anarco-sindicalismo, que marcou uma grande vitória para as tendências construtivas do anarquismo.

No início do século XX, as publicações anarquistas dos russos emigrados, como *Pão e liberdade* (Khlieb i Volya), brochuras como *O Pássaro das Tempestades* (Burevestnik), *Le Monde du travail* (Rabotchi Mir), *La Voix du travail* (Golos Truda) enfatizavam o anarquismo construtivo. Após a Revolução Russa de 1917, essa preocupação se espalhou mundialmente, com os anarco-sindicalistas assumindo a iniciativa

141 Aqui está a citação exata de Bakunin: "Ninguém pode querer destruir sem ter pelo menos uma imaginação distante, verdadeira ou falsa, da ordem de coisas que, segundo ele, deveria suceder àquele que existe atualmente; e quanto mais viva essa imaginação nele, mais poderosa se torna sua força destrutiva; e quanto mais se aproxima da verdade, ou seja, quanto mais está em conformidade com o desenvolvimento necessário do mundo social atual, maiores são os efeitos de sua ação" (Bakounine, *Protestation de l'Alliance*, éditions Stock, vol. 6, p.66)

de definir as características políticas e econômicas das novas estruturas sociais: “eles realizaram uma campanha ousada contra a atitude caótica, sem forma, desorganizada e indiferente que prevalecia entre os anarquistas – um ponto de vista que gerou muita hostilidade contra eles”, escreve Maximov. Vale notar que esse testemunho contraria totalmente a imagem do anarquismo veiculada pelos autores de *Black Flame*.

Uma observação a ser feita: é surpreendente não ver mencionada a contribuição da CGT-SR (fundada em 1926) a esse trabalho de reflexão construtiva, que produziu a obra de Pierre Besnard, *Les syndicats ouvriers et la révolution sociale*. Parece que os anarquistas russos que passaram por Berlim e Paris nas décadas de 1920-1930, tanto Makhno quanto Maximov, ignoraram totalmente essa organização, que, no entanto, estava afiliada à AIT de Berlim.

As duas primeiras conferências dos anarco-sindicalistas russos em 1918 definiram em detalhes as características políticas e econômicas das primeiras etapas da nova estrutura social, enquanto figuras como Kropotkin propunham visões para o futuro. Esses esforços de planejamento se estenderam a todo o movimento anarquista internacional. Maximov cita em particular o livro de Pataud e Pouget “Como faremos a revolução” como uma contribuição nessa busca.

Pouco depois, o Congresso Regional do Norte dos Anarquistas elaborou seu próprio programa sobre o assunto. A primeira conferência das “Organizações Anarquistas na Ucrânia” (NABAT), realizada entre as duas conferências dos anarco-sindicalistas, examinou pontos que seriam abordados quase dez anos depois na “Plataforma” de 1927. Em 1918, a Primeira Escola Técnica Central Soviética também publicou uma declaração sobre questões ainda debatidas. A conferência de NABAT em 1919 continuou a elaboração de questões organizacionais e estruturais. Finalmente, uma proclamação dos anarquistas-universalistas em 1921 propôs respostas aos problemas fundamentais de construção e atividades nessa primeira fase estrutural.

O trabalho de planejamento construtivo, inicialmente lançado na Rússia, se espalhou rapidamente por todo o mundo anarquista. Os anarco-sindicalistas alemães deram grande importância aos problemas de construção, como atesta sua publicação *Der Syndikalist*, que abordou as tarefas criativas do proletariado revolucionário. As conferências e reuniões da Associação Internacional dos Trabalhadores se concentraram em questões organizacionais e estruturais, e esses temas figuravam

regularmente na pauta das conferências nacionais das organizações anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários na Europa Ocidental.

Maximov também cita os trabalhos dos anarquistas e anarco-sindicalistas russos no exterior. *Rabotchi Put*, publicado em Berlim, dedicou-se quase exclusivamente aos problemas de construção. O mesmo se aplica ao *Golos Truzhenika* (A Voz dos Trabalhadores) e ao *Arbeiterfreund*, publicado em Paris. Maximov menciona ainda muitas outras publicações que se dedicavam a reflexões sobre a construção de uma nova sociedade: *A Voz do Trabalho* em Paris, *Sindicalismo* na Suécia, *Die Internationale*, publicação dos anarco-sindicalistas alemães, *La Protesta*, na Argentina, entre outras.

“Esse era, portanto, o espírito da época. O próprio ar estava cheio de ideias de natureza organizacional e construtiva. E a ‘Plataforma’ emitida por ‘Um grupo de anarquistas russos no exterior’ em 1927 não era, portanto, uma causa, mas um resultado do estado agitado das mentes anarquistas. É ainda mais surpreendente que essa ‘Plataforma’ tenha sido creditada com todo tipo de realizações das quais não era responsável.”

Maximov cita em uma nota, com certa ironia, o artigo de M. Korn na *Dielo Truda* (nº 29, 1928), que elogia as “realizações” da Plataforma, que teria inspirado os grupos anarquistas da época e que teria “levantado uma série de questões fundamentais”.

“Na realidade, é claro, foi a inspiração dentro de nossos grupos que deu origem à ‘Plataforma’. Além disso, a camarada Korn considera que a ‘Plataforma’: ‘levantou uma série de questões fundamentais...’ No entanto, era evidente que todas as questões – assim como muitas outras – já haviam sido formuladas muito antes da proclamação da ‘Plataforma’. Prosseguindo com sua extraordinária série de descobertas, a camarada Korn considera que a ‘Plataforma’: ‘colocou claramente diante de cada anarquista a questão da responsabilidade pelo destino do movimento no sentido de sua influência prática sobre o curso futuro dos eventos’. Não é difícil levantar questões sem responder a elas. E mesmo essas questões já haviam sido levantadas pelos anarco-

sindicalistas na Rússia e no exterior em um momento em que os autores mais eminentes da ‘Plataforma’ estavam ou indiferentes aos problemas envolvidos,¹⁴² ou apenas começando a aprender, após sua chegada ao exterior, as primeiras lições de responsabilidade pessoal e coletiva pelo movimento.”

Para Maximov, a “Plataforma” emitida por um grupo de anarquistas russos no exterior em 1927 é apenas o resultado de um clima intelectual agitado, e não uma causa em si.

A situação geral

Segundo Maximov, a “Plataforma” é apenas o resultado de um clima intelectual agitado, sendo o produto de um período de fermentação intelectual no mundo anarquista após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. No entanto, ela sofre, segundo ele, de falta de clareza e de incapacidade de oferecer uma liderança unificadora, tanto para o movimento anarquista em geral quanto para os grupos anarquistas-comunistas. A “Plataforma” aborda questões essenciais de maneira rudimentar, concentrando-se em problemas como produção e abastecimento alimentar, enquanto negligencia temas cruciais como transporte, educação e saúde – mas aqui, talvez Maximov esteja pedindo um pouco demais, na medida em que não se pode esperar que um projeto do tipo “Plataforma” entre em muitos detalhes.

A “Plataforma” apresentaria incoerências, reconhecendo, em particular, a impossibilidade da comunização simultânea da indústria e da agricultura sem tirar conclusões a partir disso. Os autores dessa “Plataforma” afirmam que, apesar da força, lógica e irrefutabilidade da ideia anarquista, o movimento permaneceu fraco e marginalizado e nunca foi um “fator importante”. Assim, na Introdução do grupo Dielo Trouda à Plataforma, pode-se ler:

“É muito significativo que, apesar da força e do caráter incontestavelmente positivo das ideias libertárias, da clareza e da integridade das posições anarquistas diante da revolução

142 Talvez uma alusão ao fato de que Archinov veio do bolchevismo e Voline do socialismo revolucionário.

social, e, finalmente, do heroísmo e dos inúmeros sacrifícios feitos pelos anarquistas na luta pelo comunismo libertário, o movimento anarquista sempre permaneceu fraco, e foi frequentemente visto na história das lutas da classe trabalhadora como um pequeno fato, um episódio, e não como um fator importante.”¹⁴³

Manobrando ainda com ironia, Maximov se surpreende que essas incoerências não tenham sido notadas por todas essas publicações do movimento anarquista que se interessaram pelas questões evocadas na Plataforma... “No entanto, mesmo à primeira vista, as ‘verdades’ proclamadas pela ‘Plataforma’ são transparentes em sua loucura e em suas incoerências quase cômicas.” Maximov observa que o anarquismo não pode ser ao mesmo tempo “forte” e “fraco”, “positivo” e “não importante”, “sólido” e sujeito a “vacilações intermináveis”: se essas vacilações são um fato, “então o anarquismo é ainda ambíguo e não se distingue nem pela lógica nem pela clareza. A lógica e as vacilações não são coerentes entre si”, diz Maximov: “Se as posições anarquistas na Revolução social são marcadas tanto pela integridade quanto pela solidez, então por que todo esse alarde?”

“A repudição da lógica e do bom senso na ‘Plataforma’ não é menos importante do que as pseudo-verdades proclamadas por seus autores, mas todas as contradições e repudiações têm uma origem comum: a ignorância da história do nosso movimento, ou, mais exatamente, a ideia de que a história do nosso movimento foi introduzida pela ‘Plataforma’... e que o caos e a ignorância reinaram antes de sua proclamação. Para esses ‘pioneiros’ autoproclamados, o anarquismo na época da Primeira Internacional, quando havia capturado os movimentos operários em um número de países, era apenas um ‘fato trivial’, um episódio accidental. O anarquismo nos países latinos, onde durante muitos anos o ponto de vista anarquista prevaleceu, era apenas um incidente, sem nenhuma significação. O anarquismo nos países onde as organizações sindicalistas revolucionárias estão bem desenvolvidas, direta ou indiretamente sob a influência das ideias anarquistas, não é considerado pelos autores da ‘Plataforma’ como um fator

143 Introdução do grupo Dielo Trouda à Plataforma, de 20 de junho de 1926.

válido no crescimento do movimento operário... mais uma vez, é apenas um ‘fato trivial, um episódio’.

“Esse tipo de avaliação de todo o anarquismo pré-‘Plataforma’ é muito estreita e ridícula para ser discutida em profundidade. Por mais doloroso que isso possa ser para os autores da ‘Plataforma’, o movimento anarquista existia muito antes de sua aparição.”

O discurso é muito severo, mas ao acusar os autores da Plataforma de ignorar a história do movimento anarquista, Maximov também demonstra ignorância. De fato, ele parece ignorar o estado calamitoso em que se encontrava uma parte importante do movimento anarquista que Makhno e seus companheiros descobriram ao chegar à Europa, especialmente na França – como Jean Grave descreveu sem complacência em 1911. Mas, na realidade, Maximov e Archinov não falam a mesma língua, pois da citação acima se entende que o movimento libertário visto por Maximov não é o movimento “específico”, mas o movimento de orientação sindicalista oriundo da Primeira Internacional, o movimento anarquista operário que marcou as primeiras organizações de massa, o sindicalismo revolucionário; enquanto o que Makhno e Archinov veem é o movimento anarquista específico e, pelos comentários que fazem sobre o sindicalismo na Plataforma, se entende que eles o veem apenas como um “incidente”. Parece que Makhno e Archinov não compreenderam a natureza do movimento anarco-sindicalista, e eu tive a oportunidade de expressar minha surpresa pelo fato de que os autores da Plataforma quisessem absolutamente se dirigir ao movimento “específico” em vez da vertente “sindicalista” do movimento.

Diagnóstico e tratamento

O “Grupo dos Anarquistas Russos no Exterior” se apresentou como um remédio para a desorganização crônica do movimento anarquista. Embora todos concordem sobre os sintomas dessa doença, as causas e as soluções propostas divergem. Os autores da “Plataforma” identificam a ausência de princípios organizacionais como uma causa maior, ao mesmo tempo em que enfatizam que ela é resultado de distorções ideológicas. No entanto, seu raciocínio é confuso, diz Maximov, pois eles também admitem “vacilações intermináveis” nas questões teóricas e táticas.

Ao analisar as teses da “Plataforma”, fica claro que essas vacilações são, na verdade, a principal fonte da desorganização. Embora a “Resposta” (síntesista) dos “Anarquistas Russos” à Plataforma conteste algumas de suas conclusões, ela também reconhece uma “obscuridade fundamental em muitas de nossas ideias básicas”. Entre os autores da Plataforma e aqueles da Resposta, Maximov considera que a diferença reside na formulação, não na essência:

“Pois, se no anarquismo há de fato ‘vacilações’ ou ‘obscuridade’, então certamente nem programa, nem tática, nem organização podem ser erguidos sobre tais bases inseguras. No entanto, enquanto a ‘Plataforma’ simplesmente ignora as vacilações e tenta se apoiar em fundações frágeis, a ‘Resposta’ acredita mais logicamente que ‘o estabelecimento de um programa e de uma organização sérios é impossível sem antes chegar à liquidação das vacilações teóricas’.”¹⁴⁴

A “Resposta” apresenta outras causas para a “obscuridade de nossas ideias fundamentais”: a dificuldade de fazer as ideias anarquistas serem aceitas na sociedade, a repressão, o nível intelectual das massas, a rejeição da demagogia pelos anarquistas, etc., nenhuma dessas causas sendo atribuível aos anarquistas, mas aos outros. Maximov objeta que não vê por que é mais difícil desenvolver nossas ideias hoje do que há cinquenta anos. Ele também não vê por que o nível intelectual das massas é mais baixo hoje do que antes da guerra, ou então “será que os autores da ‘Resposta’ acreditam que o anarquismo é mais facilmente aceitável pelas massas atrasadas?” Maximov não acredita que o nível intelectual das massas tenha diminuído: ao contrário, parece que ele “se elevou consideravelmente em comparação ao passado”: a questão permanece saber de quem exatamente ele fala: do movimento anarquista ou do movimento operário? Jean Maitron, em “O movimento anarquista na França”, fala de fato sobre a diminuição do nível intelectual dos militantes anarquistas. Além do ponto de vista de Maitron, pode-se supor que a chegada de novos membros oriundos de meios menos educados, marginais ou extra-proletários e com uma consciência de classe menos acentuada (ou ausente) possa ter contribuído para diminuir o nível intelectual do movimento. Mas esse julgamento não pode ser aplicado ao próprio movimento operário,

144 Maximov, *Constructive anarchism*.

amplamente educado pelo sindicalismo revolucionário, pelas casas do povo, sem esquecer o movimento socialista em si.

Quanto à repressão, Maximov observa que ela sempre existiu, não apenas contra os anarquistas: “É estranho sustentar que uma luta realizada por um movimento revolucionário consciente e que evoca necessariamente a repressão deve agora ser considerada uma razão para a fraqueza do movimento.”¹⁴⁵

Além disso, considerar a rejeição da demagogia como uma fraqueza implica admitir que a demagogia é uma fonte de poder, o que é problemático. Os autores da “Resposta” parecem confusos, pois oscilam entre a necessidade de uma organização estruturada e a rejeição de métodos artificiais. No final das contas, a única causa que permanece intacta nas duas análises é a “obscuridade” nas ideias fundamentais do anarquismo.

Sobre a fraqueza do movimento

Maximov sustenta que, ao contrário do que afirmam os autores da “Plataforma” e da “Resposta”, as ideias anarquistas não são obscuras. Pode-se incriminar indivíduos, diz ele, mas “é impossível transferir o peso da doença para ombros saudáveis e reivindicar a obscuridade das ideias anarquistas fundamentais”. Os escritos de Bakunin, por exemplo, clarificam os conceitos de Revolução social, violência e ditadura. As verdadeiras razões para a fraqueza e desorganização do movimento anarquista não residem na obscuridade de suas ideias fundamentais, mas em causas mais profundas.

Um dos problemas atuais é que o movimento anarquista se limita a atividades de propaganda, o que rapidamente desinteressa a base. Essa incapacidade de se adaptar à realidade leva a um desengajamento dos militantes. O homem precisa do contato com a realidade: não pode viver suspenso no ar. E Maximov faz aqui um diagnóstico mordaz do estado do movimento anarquista:

“Essa necessidade natural de atividade leva os homens dinâmicos a todo tipo de atividades ‘práticas’ deformadas; a lançar bombas na França ou à terror não motivado e à expropriação na Rússia. E como o anarquista comum

145 Pensa-se em Engels dizendo que as leis anti-socialistas na Alemanha durante a década de 1890 fortaleceram consideravelmente o Partido Socialista

permanece ativo? Ele rejeita a luta parlamentar; rejeita a participação nos assuntos municipais. Para muitos camaradas, os sindicatos não são suficientemente revolucionários, pois se preocupam com lutas mesquinhas e, portanto, são um perigo para a ‘pureza’ anarquista, enquanto nas cooperativas esses camaradas veem uma instituição burguesa com tendências exploradoras. E o tempo todo os grupos anarquistas permanecem pequenos. O anarquista deve necessariamente agir em um ‘vácuo torriceliano’; deve se contentar com debates volúveis, distribuição de folhetos, jornais e panfletos; deve permanecer em silêncio sobre as questões cotidianas – e manter os olhos fechados, enquanto rejeita o mundo ao seu redor, em direção ao objetivo final que ainda é apenas um conceito abstrato. De fato, onde as maiores massas pensam em termos concretos, os anarquistas parecem determinados a lhes inculcar abstrações.”

O que falta ao nosso movimento é uma base de realismo, a capacidade de ajustar a teoria às necessidades práticas dos trabalhadores. O anarcossindicalismo soube enfrentar essa lacuna expandindo o campo de atuação de seus membros ao estabelecer instituições que atendem às lutas materiais e cotidianas, o que explica seu sucesso em relação ao anarquismo-comunismo.

Transição

A Plataforma define a noção de “período de transição” como uma “fase determinada na vida de um povo, cujas características são: a ruptura com a antiga ordem das coisas e a instauração de um novo sistema econômico e político, sistema que, no entanto, ainda não representa a emancipação completa dos trabalhadores.”

Por definição, um programa de transição não permite a realização completa dos ideais dos trabalhadores na medida em que “conserva toda uma série de instituições do sistema capitalista: o princípio da coerção estatal, a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção, o assalariado, e vários outros, de acordo com os objetivos a que tal ou qual programa de partidos se refere.”

Ora, os anarquistas, diz a Plataforma, “sempre foram adversários de princípio de programas semelhantes, considerando que a construção de

sistemas transitórios que mantêm os princípios de exploração e de coerção das massas leva inevitavelmente a um novo crescimento da escravidão.” Assim, a Plataforma afirma que os anarquistas “sempre defenderam a ideia da revolução social imediata que privaria a classe capitalista dos privilégios econômicos e políticos e devolveria os meios e instrumentos de produção, assim como todas as funções da vida econômica e social, às mãos dos trabalhadores.” Os autores da Plataforma contestam, portanto, a inevitabilidade de um período transitório durante o qual será instaurado um “sistema X” que conservará os elementos e as sobrevivências do velho sistema capitalista. Para ilustrar seu ponto, eles evidentemente dão o exemplo da revolução russa.

Os principais pensadores anarquistas expressaram-se contra o princípio de um período de transição; no entanto, se examinarmos atentamente seu pensamento, notamos que eles fazem alusões bastante claras a isso. Assim, Kropotkin havia dito que “um edifício baseado em séculos de história não se destrói com alguns quilos de explosivos”, o que sugere que não há imediata passagem de um sistema para outro. No entanto, a Plataforma, diz Maximov, “insiste em uma Revolução social perfeita que estabelecerá de uma só vez uma ordem social que não contém nenhum sinal de sobrevivência dos elementos da antiga sociedade. Existem realmente pessoas em nossas fileiras que consideram tal visão como prática?”

Maximov levanta uma curiosa contradição nas palavras dos autores da Plataforma, “com seu hábito de dizer uma coisa enquanto significam outra.” No capítulo “O problema do primeiro dia da revolução social”, eles escrevem que a sociedade comunista “não se realizará sozinha, apenas pela força do tumulto social. Sua realização se apresentará como um processo social-revolucionário mais ou menos prolongado, orientado pelas forças organizadas do trabalho vitorioso em um caminho determinado.” Mas então, o que é um “processo mais ou menos prolongado” senão um período de transição?

“Um processo é uma função do tempo, e o tempo durante o qual esse processo se desenvolve ‘é um tempo de transição’, caracterizado por uma série de tarefas concretas projetadas para ajudar a nova sociedade a alcançar sua perfeição arquitetônica ideal e impregná-la de vida anarquista. Essas tarefas concretas – mesmo aquelas propostas pela ‘Plataforma’ – reafirmam novamente a inevitabilidade de um

período de transição, que foi proposta pelos anarco-sindicalistas russos desde 1918.”¹⁴⁶

Além disso, ao dizer que “o centro de gravidade na construção da sociedade comunista não consiste na possibilidade de garantir a cada indivíduo, desde o primeiro dia da revolução, a liberdade ilimitada de poder satisfazer suas necessidades”, mas no fato de “conquistar a base social dessa sociedade”, a Plataforma reconhece, portanto, a inevitabilidade de uma transição ao comunismo. Assim, vê-se que assim que os anarquistas deixam a esfera dos princípios absolutos para cair de volta no princípio da realidade, o debate sobre a questão da transição se resolve por si mesmo, o que Maximov expressa muito claramente:

“As objeções da ‘Plataforma’ e de outros anarquistas ao período de transição são uma homenagem que nossos camaradas prestam às relíquias daqueles dias em que os anarquistas mal pensavam, senão não pensavam de forma alguma, sobre a natureza, o sentido e o processo das transformações sociais. Mas assim que os anarquistas desceram das alturas nebulosas para a terra pecadora, prática, materialista, tiveram que, quer queiram quer não, estar a favor do período de transição. E aqueles que continuam a falar e escrever contra isso fazem-no apenas para clarificar suas consciências endurecidas.”

O único aspeto do problema que permanece vago é a forma de proceder durante a “Período de Transição”. É verdade que essa questão ainda não encontrou resposta definitiva no pensamento anarquista, embora Bakunin tenha reconhecido sua importância. No entanto, trata-se mais de uma questão técnica e metodológica relacionada aos procedimentos práticos a serem adotados para estabelecer o comunismo anarquista, diz Maximov. Alguns anos após a publicação de “Anarquismo Construtivo”, Christiaan Cornelissen publicará um texto intitulado “El comunismo libertário y el regimen de transición” (1933). Além disso, se Proudhon não desenvolve explicitamente a questão da “período de transição”, a leitura de sua obra mostra claramente que ele não considera que a transição para uma sociedade emancipada possa ocorrer de um estalar de dedos. O mesmo pode ser dito de Bakunin, que desenvolve um pouco a questão:

146 G. Maximov.

“A abolição do Estado, portanto, é o objetivo político da Internacional, cuja realização é a condição prévia ou o acompanhamento necessário da emancipação econômica do proletariado. Mas esse objetivo não pode ser alcançado de uma só vez, pois na história, assim como no mundo físico, nada se faz de uma só vez. Mesmo as revoluções mais súbitas, mais inesperadas e mais radicais sempre foram preparadas por um longo trabalho de decomposição e nova formação, trabalho subterrâneo ou visível, mas nunca interrompido e sempre crescente. Portanto, para a Internacional também não se trata de destruir todos os Estados da noite para o dia. Empreender ou sonhar com isso seria uma loucura.”¹⁴⁷

147 “Aux compagnons de la fédération jurassienne”, Oeuvres, Champ libre, III, 75-76.

7. – TROCA MALATESTA / MAKHNO

A correspondência entre Malatesta e Makhno após a publicação da “Plataforma” é interessante porque não se limita apenas a divergências sobre a organização; aborda questões estratégicas fundamentais, de identidade que toca na própria natureza do movimento anarquista. Malatesta, figura emblemática do movimento, expressa preocupações com a centralização e o autoritarismo. Segundo ele, a “Plataforma” poderia criar uma estrutura que impõe decisões aos seus membros, limitando assim a liberdade individual e a iniciativa pessoal.

Malatesta pertence a uma corrente anarquista que enfatiza excessivamente as noções de liberdade individual e de iniciativa pessoal a ponto de comprometer a ação coletiva e a obtenção de resultados tangíveis. De fato, o que significa “liberdade individual” e “iniciativa pessoal” em uma organização anarquista cujo objetivo é implementar os meios para derrubar a ordem capitalista e construir uma sociedade sem exploração? Objectivo que, por definição, implica uma ação colectiva? Qual pode ser então a margem de “liberdade individual” e de “iniciativa pessoal” do militante? Tem-se a impressão de que, para Malatesta, a iniciativa pessoal torna-se um fim em si mesmo, em detrimento de uma visão comum que poderia reunir e mobilizar um número maior de pessoas.

A ênfase na liberdade individual pode levar à fragmentação dos esforços. Cada indivíduo, ao buscar exercer a sua liberdade e seguir a sua própria iniciativa, pode negligenciar a importância da coordenação e da cooperação necessárias para levar a cabo ações colectivas eficazes. Tem-se a impressão de que, para Malatesta, a iniciativa pessoal torna-se um fim em si mesmo, em detrimento de uma visão comum que poderia reunir e mobilizar um número maior de pessoas.

O revolucionário italiano defende uma visão do anarquismo baseada na autonomia, onde cada indivíduo e grupo pode expressar-se e agir de acordo com suas convicções, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância da diversidade de opiniões e métodos dentro do movimento. Malatesta teme

que uma organização centralizada transforme o movimento em burocracia, sufocando os princípios fundamentais do anarquismo. Insiste na necessidade de uma cooperação voluntária e de uma solidariedade autêntica, preferindo uma estrutura descentralizada onde a atividade se desenrole em pequenos grupos.

Malatesta desenvolve uma interpretação do federalismo próxima da de Kropotkin: trata-se, segundo ele, de uma forma de organização baseada em associações livres e voluntárias onde os grupos locais se agrupam para formar federações sem que isso implique uma autoridade centralizada: os indivíduos podem se auto-organizar sem serem submetidos a um poder coercivo. Trata-se, na realidade, de uma forma de horizontalismo sem verdadeira estruturação que vai contra o federalismo tal como foi concebido por Proudhon e Bakunin, para quem o federalismo era menos uma forma de organizar os indivíduos do que uma forma em que grupos constituídos por trabalhadores nas empresas [“seções profissionais”] e localidades [“seções locais”] se uniram com vista a deliberar coletivamente sobre um projeto comum, e elegem uma instância encarregada de aplicar as decisões tomadas. O problema não se coloca em termos de autoridade ou de não-autoridade, mas em termos de aplicação das decisões tomadas.

Seguindo Malatesta, fica-se a impressão de que o militante anarquista navega por definição numa organização constituída por um pequeno número de pessoas que se dedicam a atividades que permitem a “liberdade individual” de se expressar e onde o indivíduo desenvolve o seu eu íntimo. Existem outros lugares para isso.

Por outro lado, Makhno, que tem experiência direta da luta revolucionária na Ucrânia, defende uma responsabilidade coletiva dentro do movimento anarquista. Ele sustenta que para serem eficazes, os anarquistas devem se organizar de forma unificada para guiar as massas. Para ele, esta responsabilidade coletiva não compromete a autonomia individual, mas permite coordenar os esforços e aumentar o impacto das ações anarquistas. Makhno também destaca a importância de uma organização estável que possa mobilizar os trabalhadores e lhes fornecer as ferramentas necessárias para lutar contra a opressão. Ele teme que, sem uma organização desse tipo, o anarquismo corre o risco de se fragmentar e perder sua influência nas lutas sociais. Sublinha que a organização é essencial para articular propostas concretas e para guiar as massas rumo a uma transformação social radical.

No contexto do movimento anarquista francês da década de 1920, uma das características marcantes foi a ênfase na liberdade individual e autonomia pessoal. Embora esses princípios sejam fundamentais para o anarquismo, sua supervalorização levou a consequências significativas na dinâmica coletiva do movimento.

O anarquismo individualista, que influenciou muito o movimento anarquista francês, defende a primazia do indivíduo sobre a coletividade e insiste no fato de que o indivíduo deve se libertar de todas as restrições, incluindo aquelas impostas por organizações coletivas. Esta visão encontrou um eco particularmente forte na corrente “individualista” do movimento anarquista, onde a liberdade individual era frequentemente considerada sagrada e inalienável, mas sua influência foi tão forte que permeou até mesmo a corrente anarquista-comunista.

Consequentemente, a ênfase na liberdade individual levou a uma forma de anarquismo que valoriza mais a expressão pessoal e a iniciativa individual, em detrimento da necessidade de uma ação coletiva coordenada. Os ativistas frequentemente consideraram que qualquer forma de organização ou estrutura coletiva poderia impedir essa liberdade, gerando desconfiança em iniciativas que exigiam consenso ou decisão coletiva.

Após a Revolução Russa, o movimento anarquista enfrentou desafios sem precedentes, incluindo a ascensão do bolchevismo e a repressão das ideias anarquistas. Os anarquistas tiveram que navegar por uma paisagem onde as lutas de classe eram exacerbadas. Malatesta estava consciente dos perigos da centralização e da burocratização. Ele via os fracassos das revoluções passadas como advertências contra a formação de estruturas autoritárias, mesmo sob o disfarce de boas intenções. Makhno, por sua vez, foi um *produtor* dessas lutas. Ele viu a eficácia de uma organização bem estruturada em contextos de guerra e revolução.

Um aspecto central de sua correspondência é a forma como os anarquistas deveriam se envolver com o movimento operário. Malatesta salientava a importância de preservar a autonomia dos trabalhadores e não se deixar dominar pelas estruturas autoritárias que podem surgir dentro dos sindicatos e dos partidos políticos. Ele teme que o envolvimento demasiado formal dos anarquistas no movimento operário os leve a comprometer seus ideais. ele escreve que

“o movimento operário é para mim apenas um meio, o melhor evidentemente de todos os meios que nos são oferecidos. Este

meio, recuso-me a tomá-lo como um objetivo, e nem mesmo eu gostaria que ele nos fizesse perder de vista o conjunto das nossas concepções anarquistas, ou mais simplesmente nossos outros meios de propaganda e agitação”; ele “lamenta que muitos de nós, caindo no excesso contrário, se deixem absorver por este mesmo movimento”.¹⁴⁸

Makhno, por sua vez, vê uma oportunidade nesta interação, afirmando que a colaboração com os sindicatos é essencial para criar um movimento de massas capaz de derrubar o sistema capitalista e estatal.

Para Malatesta, o anarquismo não é a teoria do proletariado que lhe permite compreender a sociedade capitalista e organizar-se contra ela, que lhe abre perspectivas para a construção de uma sociedade sem exploração. O anarquismo parece ser uma doutrina no abstrato, e não uma teoria elaborada através da luta de classes pela experiência duramente adquirida do proletariado. Não é a experiência de luta dos trabalhadores que seria teorizada – como tinha feito Bakunin – mas uma teoria fabricada a partir de um certo número de pressupostos filosóficos e da qual o proletariado seria o instrumento de realização privilegiado. Que se julgue:

“Repito, é preciso que os anarquistas entrem nas uniões operárias. Primeiro para fazer propaganda anarquista; depois porque é o único meio de termos à nossa disposição, no dia seguinte, grupos capazes de tomar em mãos a direção da produção.”¹⁴⁹

Notemos que Malatesta não diz: “É o único meio para a *classe trabalhadora* tomar em mãos a direção da produção”, mas: “É o único meio *para nós* (os anarquistas) de ter à nossa disposição”, etc.

Malatesta, diz Arianne Miéville em sua introdução ao Congresso de Amsterdã, pensa que “o sindicato é reformista, mas dentro dele os anarquistas devem permanecer puros, devem ser e permanecer revolucionários. É por isso que certas tarefas lhes são proibidas”, como tornar-se permanentes sindicais. Assim, em 1925, Malatesta escreveu;

“se é realmente necessário transigir, ceder, chegar a contatos impuros com a autoridade e com os patrões para que a

148 Malatesta, discurso no Congresso Anarquista Internacional em Amsterdã, 1907.

149 E. Malatesta, Intervention au congrès anarchiste d’Amsterdam, 11^e séance.

organização viva ou porque os sindicalizados sentem necessidade disso ou porque essa é a sua vontade, seja. Mas que sejam os outros a fazê-lo e não os anarquistas.»¹⁵⁰

Em outras palavras, os anarquistas não devem sujar as mãos. Makhno tem menos escrúpulos; ele vê no sindicato uma oportunidade de engajamento ativo. Ele argumenta que os anarquistas não devem apenas interagir com o movimento operário, mas também tentar influenciar seus objetivos e métodos. Para ele, uma colaboração com os sindicatos e as organizações operárias é essencial para fazer avançar a causa anarquista e criar um movimento de massas capaz de derrubar o sistema capitalista e estatal.

Malatesta, por outro lado, desconfia desta ideia. Para ele, a responsabilidade coletiva pode facilmente levar ao abuso de poder e à supressão da liberdade individual. Ele argumenta que cada indivíduo deve permanecer responsável por suas próprias ações e que a liberdade de opinião e expressão deve ser preservada dentro do movimento. Assim exposta, a questão permanece contudo totalmente abstrata: quando os grupos de assalto da CNT e da FAI invadiram os quartéis em julho de 1936, distribuíram as armas e quebraram a tentativa de golpe fascista na Catalunha, os militantes não colocavam o problema em termos de “responsabilidade individual” ou “responsabilidade coletiva”, nem em termos de liberdade de opinião e expressão. Era necessário agir rapidamente e a eficácia de tal ação só foi possível porque havia sido preparada com bastante antecedência.

Malatesta comentou o projeto de “Plataforma de organização da união geral dos anarquistas”, considerando-a impraticável e susceptível de sufocar a diversidade dentro do movimento. Ele examinou as implicações desta iniciativa para a causa anarquista como um todo. Reconhece, em primeiro lugar, que os anarquistas “não tiveram e não têm influência sobre os acontecimentos político-sociais na proporção do valor teórico e prático de suas doutrinas”. Propõe uma alternativa baseada na autonomia e responsabilidade individual, defendendo uma organização descentralizada, flexível que respeite a liberdade de ação e expressão de cada um. Partilha a opinião dos autores do projecto de Plataforma segundo a qual a ausência de

150 Malatesta, *Pensiero e Volontà*, 16 abril 1925, in *Malatesta, Ecrits choisis* III, *op. cit.*, p. 14.

uma organização eficaz e coerente é uma das principais razões desta falta de impacto. Defende a ideia de que a organização, como prática de cooperação e solidariedade, é uma condição natural e necessária para a vida social. Ele enfatiza que o anarquismo deve basear-se nos princípios da organização livre, “criada e mantida pelo livre arbítrio de seus componentes sem qualquer tipo de autoridade, ou seja, sem que ninguém tenha o direito de impor sua própria vontade aos outros”.

Confesso não entender o que pode ser uma organização criada pelo “livre arbítrio” de seus membros, sem “autoridade”, sem que ninguém dentro da organização possa “impor sua vontade” aos outros. A criação de uma organização é inevitavelmente o resultado da livre escolha das pessoas que decidem criá-la, seja num contexto em que existe o direito de associação ou não: no segundo caso é uma organização clandestina que é criada pela “livre escolha” dos seus constituintes. O fato de que nesta organização as decisões sejam tomadas e aplicadas “livremente” sem que os aderentes sejam obrigados a fazê-lo é uma banalidade, e se surgirem desvios autoritários ou burocráticos, é da responsabilidade dos aderentes, e só deles, remediá-los; e se não conseguirem fazê-lo, não é a “autoridade” enquanto conceito metafísico que deve ser incriminada, mas sim os próprios aderentes que não souberam implementar as medidas de controlo necessárias. E se, nesta organização, surgirem orientações diferentes, sendo uma majoritária e a outra minoritária, não devemos ver isso como o confronto do Bem e do Mal, mas duas orientações possíveis dentro de um mesmo ambiente, de um mesmo sistema de pensamento. E se o “indivíduo” se sente apesar de tudo “oprimido” pelo fato de não estar do lado da maioria, resta-lhe a “liberdade” de deixar a organização (e de criar outra).

&&&

No entanto, Malatesta contesta a ideia de que qualquer forma de organização seria sinónimo de autoritarismo. Ele afirma que os debates dentro do movimento anarquista muitas vezes se concentram na forma e não no conteúdo, e que mesmo aqueles que se declaram contrários à organização frequentemente acabam agindo de maneira organizada quando se trata de realizar ações concretas. Isso mostra que a organização é inevitável, e que o verdadeiro problema reside no método, não no princípio.

O movimento operário, reconhece o revolucionário italiano, é hoje a principal força de transformação social no contexto da sua época. Os sindicatos permitem aos trabalhadores tomarem consciência da sua opressão

e unirem-se para reivindicar melhorias. No entanto, Malatesta adverte contra a ideia de que o movimento operário, só por sua existência, poderia levar a uma revolução social verdadeiramente anarquista. Critica a abordagem materialista e de curto prazo de alguns sindicatos, que podem, em vez de instaurar uma mudança profunda, reforçar as estruturas existentes e criar novas classes privilegiadas: “...seria uma grande e fatal ilusão acreditar, como muitos fazem, que o próprio movimento operário pode e deve, por sua própria natureza, conduzir a tal revolução.”¹⁵¹

Para contrariar esta tendência, ele expressa a necessidade de criar “organizações puramente anarquistas”, que lutem tanto dentro como fora dos sindicatos, fiéis aos princípios anarquistas. Essas organizações devem não apenas defender os interesses dos trabalhadores, mas também promover uma visão mais ampla da sociedade anarquista, educando os membros e promovendo a consciência coletiva; elas não devem ser “poluídas pelo espírito de autoritarismo”. Malatesta insiste no fato de que estas organizações devem permitir um desenvolvimento harmonioso da iniciativa individual e da cooperação, e coloca a seguinte pergunta: “O projecto em questão dá resposta a estas exigências?”

“Acho que não. Acho que, em vez de fazer nascer nos anarquistas um maior desejo de se organizar, parece ser feito para confirmar o preconceito de muitos camaradas que pensam que se organizar é submeter-se a chefes, aderir a um organismo autoritário, centralizador, sufocando toda a livre iniciativa. Com efeito, nestes estatutos estão expressas precisamente as propostas que alguns, contra a evidência e apesar dos nossos protestos, se obstinam em atribuir a todos os anarquistas qualificados de organizadores.”¹⁵²

Malatesta é muito cético à ideia de unir todos os anarquistas em uma “União geral”. Esta abordagem, diz ele, é impraticável, pois não leva em conta as diferenças de contexto, estratégia e temperamento entre os anarquistas. Segundo ele, tal união poderia se tornar um obstáculo à

151 Malatesta, “Un projet d’organisation anarchiste”, *Le Réveil anarchiste des 1er et 15 octobre 1927*, 1927.

https://fr.wikisource.org/wiki/Un_projet_d%E2%80%99organisation_anarchiste

152 E. Malatesta, “Un projet d’organisation anarchiste”, *Le Réveil anarchiste*, 1er et 15 octobre 1927.

atividade individual e gerar conflitos internos. Ele também ressalta que os autores da plataforma parecem querer excluir outras correntes anarquistas, o que é contrário ao espírito de liberdade e diversidade que caracteriza o movimento. Recordemos que os redactores da Plataforma não tinham qualquer intenção de agrupar todos os anarquistas numa mesma organização: pretendiam fazer uma selecção e afastar todos os elementos pequeno-burgueses.

A noção de responsabilidade colectiva está no centro do seu desacordo.

Malatesta critica essa noção, que é introduzida no projeto. Ele explica que se a união é responsável pelas ações de cada um dos seus membros, isso limita a liberdade individual e impõe uma forma de controle autoritário. Ele destaca as contradições desta ideia, questionando como um indivíduo pode ser responsável por ações que não pode controlar ou sobre as quais não é informado previamente. Esta dinâmica poderia levar a um governo de facto no seio do movimento anarquista, o que é incompatível com os valores anarquistas.

Makhno afirma que a responsabilidade coletiva é essencial para fortalecer a coesão e a eficácia do movimento. Ele acredita que os anarquistas devem estar preparados para agir juntos, tomar decisões coletivas e assumir as consequências dessas decisões. Esta abordagem visa criar uma direção comum que possa guiar as ações anarquistas em um contexto de luta.

Malatesta propõe uma visão alternativa para a organização anarquista, baseada na autonomia total e responsabilidade individual. Ele defende acordos livres entre aqueles que desejam se unir para alcançar um objetivo comum, preservando a liberdade de expressão e ação de todos. Sublinha que as decisões das assembleias não devem ser vinculativas, mas sim servir de sugestões e orientações, permitindo assim a cada membro escolher o seu próprio caminho.

Malatesta termina seu texto reconhecendo que os companheiros russos poderiam considerar suas ideias ineficazes, principalmente devido à admiração que eles têm pela forma como os bolcheviques organizaram o movimento. No entanto, ele adverte contra o risco de sacrificar os valores anarquistas em favor da eficiência material que poderia levar a um resultado semelhante ao observado na Rússia com o socialismo e o comunismo.

8. – SOBRE O CONGRESSO ANARQUISTA INTERNACIONAL DE 1937

A Associação Internacional dos Trabalhadores, à qual a CNT estava afiliada, realizou em Paris um plenário extraordinário de 11 a 13 de junho de 1937, pouco depois dos dias de maio em Barcelona. O relatório apresentado por Besnard (publicado em *Le Combat syndicaliste* de 11 de junho de 1937), que criticava a CNT, foi aprovado pela maioria das seções da AIT presentes.¹⁵³ Descontente, a CNT escreveu em agosto ao secretariado da AIT pedindo a destituição de Pierre Besnard, questionando sua “capacidade mental” para assumir suas funções como secretário-geral.¹⁵⁴ A crise aberta resultou em um congresso extraordinário da AIT convocado em Paris, de 6 a 17 de dezembro de 1937, onde a CNT conseguiu a demissão de Besnard e sua substituição por Horacio Prieto (CNT). Besnard então tornou-se secretário adjunto ao lado de Rocca (CNT, Espanha), Helmut Rüdiger (FAUD, Alemanha) e Das Neves (CGTP, Portugal).

Foi durante esse congresso que Besnard apresentou um relatório que, pela primeira vez, fazia referência *oficial* ao anarco-sindicalismo e o elevava ao status de doutrina. Neste texto, intitulado “O anarco-sindicalismo e o anarquismo. Tática e intervenção sindical”, ele explica que o anarco-sindicalismo tirava “sua doutrina do anarquismo e sua forma de organização do sindicalismo revolucionário”.

Dez anos após a publicação da “Plataforma”, Besnard se inscreve em uma linha de pensamento que visa fortalecer a organização e a eficácia

153 Para mais detalhes, veja David Berry, “Solidarité internationale antifasciste : les anarchistes français et la guerre civile d’Espagne”, <https://books.openedition.org/pupvd/35617?lang=fr>

David Berry mostra em seu estudo as divisões dentro do movimento anarquista francês entre União Anarquista, CGT-SR e Federação Anarquista Francesa sobre a questão do apoio aos libertários espanhóis.

154 Besnard tinha acusado a CNT de ter criado um “divórcio profundo entre as massas proletárias e os responsáveis que elas encarregaram da defesa dos seus interesses”. (Ver os artigos “Atenção” e “Recuperação necessária” na Espanha Antifascista, CNT-FAI-AIT n° 13, 21 de outubro de 1936 e 14, 24 de outubro de 1936. David Berry, que cita as palavras de Besnard, escreve sobre o assunto: “A arrogância das acusações feitas e dos conselhos propostos pelo jornal levaram à sua supressão pela CNT em janeiro de 1937”.

do movimento anarquista. Ao evocar a necessidade de uma maior coesão e de uma ação coletiva, as reflexões que ele nos fornece em seu relatório de 1937 apresentam a contrapartida, vista do ponto de vista anarco-sindicalista, das propostas da Plataforma, especialmente sobre a questão essencial das relações entre anarquismo e anarquismo-sindicalismo, e um complemento útil às análises de Maximov. Besnard parecia esperar que o congresso resultasse na criação de uma Internacional Anarquista e que definisse seus relacionamentos com a Associação Internacional dos Trabalhadores. Para isso, Besnard se propõe a definir o anarquismo e o anarco-sindicalismo, determinar seus papéis respectivos, mostrar a identidade de suas finalidades e definir suas relações. Esse relatório constitui, de certa forma, cerca de dez anos após a publicação da Plataforma de Archinov, o equivalente sindical desta.

“O anarco-sindicalismo é um movimento orgânico e organizado”

Besnard foi muito ativo no movimento anarco-sindicalista francês do final da Primeira Guerra Mundial até a Segunda Guerra Mundial. Secretário da CGT-SR, ele escreveu várias obras sobre a teoria e a prática do sindicalismo revolucionário, notadamente *Les syndicats ouvriers et la révolution sociale*¹⁵⁵, *Le Monde nouveau*¹⁵⁶; e *L'Éthique du syndicalisme*¹⁵⁷. Ele tentou modernizar o anarco-sindicalismo e persuadir os anarquistas a apoiar os sindicatos anarco-sindicalistas sem abrir mão de sua independência e autonomia. Ele buscava alcançar uma unidade ideológica entre os anarquistas, adotando uma posição um tanto semelhante à dos platformistas. O interesse deste texto, ainda atual, é que ele estabelece de forma clara e precisa as modalidades de uma relação entre anarquismo e anarco-sindicalismo.

Segundo Besnard, “o anarco-sindicalismo é um movimento orgânico e organizado. Ele tira sua doutrina do Anarquismo e sua forma de organização do Sindicalismo Revolucionário”; o anarco-sindicalismo é a forma orgânica que a Anarquia assume para lutar contra o capitalismo, combinando a ação para a luta reivindicatória diária e as aspirações mais elevadas dos trabalhadores. A experiência, segundo ele, mostra que “o

155 Os sindicatos operários e a revolução social.

156 O Mundo novo.

157 A Ética do sindicalismo (Paris: CGTSR, 1938)

único agrupamento realmente de classe, capaz, por seu número, sua força, os meios que possui – e pode, sozinho, fazer mover – de destruir o capitalismo e realizar o comunismo libertário, é o Sindicato. É ele que agrupa organicamente as forças manuais, técnicas e científicas”. Besnard retoma assim a essência dos temas do sindicalismo revolucionário, mas acrescenta um ponto que define mais precisamente o anarco-sindicalismo: o fim da neutralidade sindical e a oposição aos partidos políticos.

O relatório do congresso de 1937 precisa que o anarquismo revolucionário e o anarco-sindicalismo têm uma mesma finalidade, definida pela carta da AIT de 1922, que delineou “uma concepção que é comum a todos os anarco-sindicalistas do mundo.¹⁵⁸ A CNT, em acordo com a FAI, está tentando atualmente a realização disso”. Essa concepção não implica que o anarco-sindicalismo “pretende ser tudo e que nada mais deve existir ao seu lado”.

“O anarco-sindicalismo considera, ao contrário, que os homens, se não podem deixar de produzir para viver, não devem ter como único objetivo produzir. Ele admite muito sinceramente, e não hesita em proclamá-lo, que o homem tem e deve ter outras aspirações – e as mais altas – em direção ao bem, ao belo, ao melhor, e isso em todos os domínios onde ele tem acesso com suas faculdades; que organismos administrativos e sociais adequados a todas as necessidades de uma vida plena, inteira e total, funcionem com a contribuição esclarecida e sob o controle vigilante, constante e permanente de todos.”

158 Instituto de estudos libertarios: Entrevista 2 René Berthier – 29 de jan de 2019: “Os textos fundadores da segunda A.I.T. não falam de anarcossindicalismo. De fato, os sindicalistas revolucionários que romperam com Moscou se viam como os *verdadeiros* sindicalistas revolucionários, não tinham motivos para mudar de nome. Especialmente porque a expressão “anarcossindicalista” era inicialmente um insulto dirigido pelos comunistas e sindicalistas revolucionários pró-comunistas àqueles que se opunham à filiação à Internacional Sindical Vermelha. Levou vários anos para que a expressão se tornasse comum. O anarcossindicalismo como corrente existia, portanto, *na prática no início da década de 1920*, mas foi apenas entre 1925 e 1930 que o nome foi amplamente adotado, e não foi até 1937 que a expressão adquiriu um caráter “Oficial”, em discurso de Pierre Besnard em um congresso anarquista internacional!” <https://ielibertarios.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/05/entrevista-rene-berthier-traducao-revisado-24-05-2020.pdf>

É assim que as comunas devem se federar regionalmente, internacionalmente “e que as confederações se associem internacionalmente como os sindicatos e suas CGTs” para realizar o “verdadeiro comunismo libertário”. Portanto, há um acordo completo entre os anarco-sindicalistas e os anarquistas-comunistas sobre a finalidade do comunismo libertário. O lugar dos trabalhadores, dos explorados, “só pode ser nos sindicatos anarco-sindicalistas e não em outro lugar”. Besnard faz aqui um comentário curioso; ele diz que é somente pela ação que o movimento anarco-sindicalista, “desviado há trinta anos” poderá recuperar “seu equilíbrio e sua força” e que os anarquistas encontrarão sua verdadeira unidade de pensamento.

Chegamos então ao que parece ser o verdadeiro objetivo do relatório apresentado por Pierre Besnard no congresso anarquista internacional de 1937: **o papel dos grupos anarquistas** e dos sindicatos:

“Os anarco-sindicalistas admitem perfeitamente que os grupos anarquistas-comunistas, mais móveis do que as organizações sindicais, prospectem as massas trabalhadoras; que busquem seus membros e formem militantes; que realizem uma propaganda ativa e uma intensa obra de desbravamento, com o objetivo de levar a eles, e, conseqüentemente, aos sindicatos anarco-sindicalistas, à causa da revolução social, o maior número possível de trabalhadores enganados e iludidos, até então, por todos os partidos políticos, sem exceção.”

Trata-se, diz Besnard, de uma “tarefa puramente ideológica”, de uma tarefa de propaganda, que é da responsabilidade dos grupos anarquistas-comunistas “com a condição expressa de que se identifiquem com o trabalho dos sindicatos anarco-sindicalistas, que o completem e o reforcem, para o maior bem do comunismo libertário”. Mas é bem especificado que “a responsabilidade pela decisão, pela ação e o controle delas deve atualmente pertencer aos sindicatos, agentes de execução e realização das tarefas revolucionárias”. Da mesma forma, cabe aos sindicatos “apresentar todas essas tarefas, no plano econômico, defensivo e ofensivo”. Por fim, cabe aos sindicatos “o cumprimento das tarefas econômicas revolucionárias e pós-revolucionárias porque a organização da produção é a verdadeira função dos trabalhadores”.

Por outro lado, “é lógico que as comunas, órgãos administrativos, seus serviços técnicos e sociais tenham o cuidado de distribuir a produção; de interpretar os desejos dos homens no plano social, de organizar a vida em todas as suas manifestações. A partir de agora, os grupos anarquistas têm o dever de preparar essas realizações revolucionárias.”

Besnard afirma a identidade dos objetivos dos dois correntes. Interessante, em particular, é o capítulo intitulado “O papel dos grupos anarquistas e dos sindicatos”, no qual escreve que

“o anarquismo-comunismo, verdadeira expressão do socialismo, nasceu da total carência de todos os partidos políticos; que o anarco-sindicalismo, forma moderna e ativa deste movimento, originado do anarquismo, preenche atualmente todas as tarefas positivas do anarquismo-comunismo e prepara os caminhos do comunismo libertário, do qual será o principal agente de realização; que as tarefas do anarquismo-comunismo – assim como as do anarco-sindicalismo – se esgotarão no período pós-revolucionário, quando os homens, por sua evolução e desenvolvimento de suas faculdades de compreensão, serão capazes de acessar o comunismo livre, objetivo da anarquia.”¹⁵⁹

Besnard conclui sua exposição repetindo que “o movimento anarquista-comunista deve se interessar sobretudo pelas tarefas de propaganda e educação; de estudo e de vulgarização social”; que “o anarquismo ajuda o movimento anarco-sindicalista, sem se substituir a ele”.

Por fim, Besnard aborda em seu relatório (que na verdade não é um relatório, mas uma declaração de princípios) as relações entre o anarquismo e o anarco-sindicalismo – relações previstas desde o congresso constitutivo da AIT.

As relações entre os movimentos anarquistas e anarco-sindicalistas devem ser baseadas na independência, autonomia e igualdade. É desejável estabelecer contatos entre essas organizações em diferentes níveis geográficos. Para que essas relações sejam frutíferas e duradouras, elas

159 Relatório de Pierre Besnard, secretário da AIT no Congresso anarquista internacional de 1937

https://monde-nouveau.net/IMG/pdf/rapport_de_pierre_besnard_1937.pdf

devem se basear em uma tolerância mútua, uma identidade de doutrina e uma compreensão clara das tarefas de cada movimento. Essas tarefas são claramente definidas para evitar qualquer confusão. No entanto, duas condições devem ser atendidas: a unidade de doutrina dos anarquistas em cada país e a unificação dos agrupamentos anarquistas em torno do anarquismo revolucionário.

As “conclusões gerais” da intervenção de Besnard retornam à ideia de uma Internacional anarquista: ele gostaria que a unidade de doutrina e a unificação das forças anarquistas tivessem sido realizadas antes da realização do congresso. Enquanto os anarco-sindicalistas teriam alcançado esse objetivo em 1922 com a constituição da AIT, ele pede aos anarquistas revolucionários que façam o mesmo. Para isso, eles devem “romper definitivamente com as forças, supostamente democráticas, tanto políticas quanto sindicais; que afirmem que o anarquismo revolucionário, por seus objetivos, seus meios de ação e sua doutrina, não tem e não pode ter nada em comum com essas forças ditas ‘democráticas’ que são, em todos os países, os melhores servos do capitalismo”. Parece-me difícil aqui afastar a ideia de que se trata de uma tomada de distância em relação à política de colaboração governamental da CNT-FAI, mesmo que as posições radicais defendidas pela CGT-SR em relação à política da CNT na Espanha contribuam grandemente para isolar esta no movimento libertário internacional.”

Convencer os anarquistas a se juntarem ao movimento sindical

Na verdade, Besnard busca convencer os anarquistas a se juntarem ao movimento sindical, alinhando-se assim às tentativas feitas antes dele por Fernand Pelloutier e Amédée Dunois e outros.

De fato, houve vários exemplos de apelos urgentes de sindicalistas aos anarquistas para que se juntassem à luta sindical, o que não corresponde à tese de um sindicalismo revolucionário que seria uma estratégia do anarquismo, mas seria mais apropriado para designar o anarquismo como tática do sindicalismo. De fato, durante muito tempo, no final do século XIX e no início do século XX, muitos anarquistas eram hostis aos sindicatos e, em várias ocasiões, os sindicalistas revolucionários os convidaram insistentemente a se juntar à luta dos trabalhadores.

Houve o apelo quase patético de Fernand Pelloutier, publicado em *Les*

Temps nouveaux em 1895, no qual o militante anarquista tenta convencer os anarquistas que ainda não estão no movimento sindical de que têm todo o seu lugar: “Assim, escreve ele, por um lado, os ‘sindicalistas’ estão hoje em estado de ouvir, estudar e receber as doutrinas libertárias; por outro lado, os anarquistas não têm que temer, ao participar do movimento corporativo, serem obrigados a abdicar de sua independência”. Esta última observação é absolutamente surpreendente. Pelloutier está dizendo aos anarquistas:

- Por um lado: venham para os sindicatos, estamos esperando por vocês, há um lugar para vocês, os sindicalistas estão dispostos a ouvi-los, vocês não terão muito esforço a fazer.
- E por outro lado, ele lhes diz: vocês podem vir para os sindicatos sem sujar as mãos, não colocarão em questão seus grandes princípios, seu ser íntimo não será afetado.

Deve-se também citar uma “Carta aos anarquistas”, de Fernand Pelloutier, datada de 12 dezembro de 1899.¹⁶⁰ Há um texto publicado em 1907, pouco antes do congresso anarquista internacional de Amsterdã, no qual Amédée Dunois chama os anarquistas a se juntarem ao movimento sindical. Mas há outros, como aquele mencionado em um relatório policial datado de 6 de novembro de 1892. Este relatório menciona a “nova tática dos anarquistas na França”: nos meios anarquistas circulava um texto convidando os militantes a se investirem no movimento sindical e estabelecer uma espécie de divisão do trabalho entre grupos específicos e sindicatos. O fato de que este documento antecipa o artigo de 1895 de Pelloutier e que data de novembro de 1892, nove meses após a fundação da Federação das Bolsas de Trabalho, da qual Pelloutier viria a ser o líder, não pode ser apenas uma coincidência: a hipótese de que foi o próprio Pelloutier quem redigiu este apelo não é extravagante.

Este documento, que circulou no movimento anarquista na época, tinha uma clareza que se destacava do jargão “anti-autoritário” que caracterizava a literatura anarquista: ele antecipava em nove anos a “Carta aos anarquistas” de Pelloutier. Este documento afirma que é “indispensável entrar cada vez mais nos sindicatos e mostrar, pelos fatos, aos proletários, nossos irmãos, que os anarquistas não pretendem se misturar ao movimento para obedecer a um sentimento de vaidade ou interesse pessoal, mas sim para lutar com eles e por eles, no interesse da

160 <https://lesobscur.com/2024/03/26/lire-la-lettre-aux-anarchistes-de-pelloutier/>

emancipação comum”. É até mesmo proposto criar novos sindicatos ao lado dos que já existem, caso não seja possível entrar neles. Os redatores deste documento pareciam muito preocupados com a necessidade de “alertar constantemente os trabalhadores contra os socialistas autoritários que serão seus opressores de amanhã”. Outro ponto importante: “não se deve esperar que os trabalhadores se tornem anarquistas para ir até eles (...), deve-se ir até eles precisamente para tentar, por todos os meios, trazê-los para nós”. Finalmente, o texto chama os anarquistas a não se desencorajar se descobrirem entre os trabalhadores comportamentos contrários aos hábitos anarquistas, explicando que, “para convencer, é preciso primeiro saber se fazer ouvir, sem ideias preconcebidas e sem pretensões”.

Este texto é notável por dois aspectos:

- Ele dá, como o negativo de uma foto, a imagem de um movimento anarquista que vive à parte da classe trabalhadora, que não tem nenhuma atividade, que deixou o movimento socialista se estabelecer sem reagir, que não realiza atividades contra o sistema capitalista; além disso, a recomendação de não esperar que os trabalhadores se tornem anarquistas para se aproximar deles sugere que era precisamente esse tipo de atitude que era adotada no movimento anarquista, ou pelo menos em uma boa parte dele.

- Ele expõe de maneira detalhada uma estratégia de penetração dos anarquistas no movimento sindical, não apenas para fazer propaganda anarquista, mas para participar das lutas ao lado dos trabalhadores: “É muito útil ter uma participação ativa nas greves, assim como em todas as agitações operárias, recusando-se constantemente a aceitar qualquer situação de destaque. É necessário, em particular, ser sempre os primeiros na dor e no perigo.”

Parece-me evidente que este texto foi redigido por um militante “de dentro” do movimento sindical, um militante que já estava ativo no movimento sindical e que conhecia bem o movimento operário. Portanto, vemos que os militantes da época histórica do sindicalismo revolucionário se preocupavam fortemente em estabelecer um “vetor social” e faziam grandes esforços para convencer os anarquistas – muitos dos quais estavam relutantes – a contribuir com isso.

Edilene Toledo, uma historiadora brasileira, revela que no Brasil também houve apelos aos anarquistas para que se juntassem às lutas do

proletariado: ela cita um artigo de A Vos do Trabalhador datado de junho de 1913, no qual se pode ler:

“Se não querem ficar isolados e impotentes, os anarquistas devem participar diretamente das lutas operárias, organizando as sociedades de resistência e orientando os trabalhadores em seus conflitos contra o Capital e o Estado. Caso contrário, outros virão aproveitar-se da necessidade que os proletários têm de melhorar sua triste situação para afastá-los da verdadeira luta.”

Notável semelhança com a situação na França. Isso lança uma nova luz sobre a questão: quem, o sindicalismo ou o anarquismo, é a “estratégia” do outro? Concluímos facilmente que entre 1892 e 1907 muitos anarquistas não estavam investidos no movimento sindical, como testemunha a primeira edição dos *Temps Nouveaux* (4-10 de maio de 1895), que dá o tom:

“A emancipação humana não pode ser obra de qualquer legislação. Deve ser fruto da vontade individual. Basta que [os indivíduos] queiram ser livres para encontrar seguramente os meios para alcançá-lo.”

É essa mesma atitude que será criticada trinta anos depois pelos autores da “Plataforma”. Para a redação dos *Temps Nouveaux*, as lutas reivindicatórias (“corporativas”, como se dizia) eram qualificadas de “insuficientes”. No entanto, Pelloutier colaborou por um tempo com o jornal, introduzindo nele um pequeno sopro de ar sindicalista, pois Paul Delesalle o sucedeu, criando uma seção “O Movimento Operário” que perdurou. Amédée Dunois e Pierre Monatte substituíram então Delesalle. Até a guerra, o sindicalismo revolucionário permaneceu para o jornal o meio de luta por excelência da classe trabalhadora. A partir de 1908, outros relatórios policiais mostram que o movimento sindical havia, de certa forma, “chegado ao auge” de libertários...

Sobre a situação do movimento anarquista e suas relações com o sindicalismo, nos deparamos com uma situação paradoxal:

- Por um lado, temos o relato de um congresso que ocorreu em agosto de 1913, que tentou tardiamente unificar os grupos anarquistas franceses em uma federação, e que constatou uma desafeição dos anarquistas pelo

movimento sindical.

- Por outro lado, há um relatório policial, datado de 1908, afirmando que as vendas dos jornais anarquistas estão em queda porque a maioria dos anarquistas entrou no movimento sindical!

- Finalmente, temos as declarações de um conhecido sindicalista revolucionário (mas que não tem simpatia pelos anarquistas) que constata a desafeição dos anarquistas em relação ao sindicato.

Estamos diante de um paradoxo baseado em várias fontes:

- As declarações feitas durante o congresso anarquista. Os *Temps Nouveaux* de 23 de agosto de 1913 faz o balanço do congresso e reconhece a necessidade de “se misturar aos sindicatos para semear sentimentos revolucionários e a ideia da greve geral expropriadora.” Mas questiona-se se os anarquistas fizeram o que era necessário para se estabelecer no movimento sindical: “Por outro lado, como é evidente que, há algum tempo, a influência exercida por nossos camaradas sobre o movimento sindical diminuiu sensivelmente, tornou-se também necessário nos perguntarmos se sempre fizemos no sindicato o que deveríamos fazer.”

- Um relatório policial datado de 1908 relaciona a queda das vendas do *Libertaire* ao fato de que “a totalidade ou quase de seus leitores agora são sindicalistas e não encontram mais o que os interesse neste jornal.” Este relatório diz que “a situação do jornal ‘*Le Libertaire*’ é absolutamente desesperadora”; “...ele não responde mais a nenhuma necessidade; o tipo anarquista que representa praticamente não existe mais. Atualmente, quase todos os anarquistas são sindicalistas e antimilitaristas antes de tudo, e os jornais que representam essas concepções e métodos de ação não faltam e oferecem mais interesse do que o ‘*Libertaire*’ que, apesar de todos os seus esforços, não conseguiu se alinhar completamente.” Este é um diagnóstico que revela com bastante precisão a situação do movimento anarquista da época.

O relatório continua: “Certamente, ainda há anarquistas não sindicalistas, mas não em número suficiente para sustentar um jornal, e precisamente para esses também o ‘*Libertaire*’ não apresenta mais interesse, tendo tentado demais fazer sindicalismo. Em resumo, ele é muito sindicalista para os anarquistas puros, e não o suficiente para os outros.”

O relatório policial é pessimista sobre o futuro do jornal: “Sébastien Faure intervirá sem dúvida ainda para adiar sua desaparecimento definitivo, mas essa desaparecimento é fatal. Apenas *L’Anarchie*, apesar dos desentendimentos de seus redatores e sua falta quase absoluta de leitores,

continua a ter uma boa situação financeira, *graças a seus recursos misteriosos.*” (Eu enfatizo.) Não nos deteremos mais para saber em que consistem esses “recursos misteriosos”.

• Alfred Rosmer, um militante que não pode ser suspeitado de simpatias pelo anarquismo, vê as coisas de outra maneira. Ele escreve na *L’Internationale* de 27 de setembro de 1912 que “a maior parte deles [os anarquistas] não está na CGT. Eles estão fora da CGT porque não são ou não podem ser sindicalistas.” Em outras palavras: os anarquistas não são assalariados, portanto não estão sindicalizados.

Temos, portanto, por um lado, um relatório policial que diz, esquematicamente, que os anarquistas migraram em massa para o sindicalismo. Mas, por outro lado, temos duas declarações que sugerem o contrário. Então, em quem acreditar? No relator do congresso anarquista de 1913, que provavelmente não tem muito a ver com o movimento sindical? No relatório policial? No sindicalista revolucionário Rosmer, que tem pouca simpatia pelos anarquistas?

Quem está certo? O policial, ou o sindicalista revolucionário e o *Le Libertaire*? Na verdade, os três estão certos, desde que consideremos que o primeiro se coloca de um ponto de vista aritmético, enquanto Rosmer e o *Libertaire* se situam numa perspectiva “sociológica”. Ambos não falam, de fato, da mesma coisa. Quando o policial diz que as vendas da imprensa anarquista caíram, há toda razão para acreditar que ele tem as informações corretas para afirmar tal coisa.

Quando Rosmer diz em 1912 que a maioria dos anarquistas não está na CGT, ele fala dos anarquistas que, naquela época, são identificáveis como tais, aqueles que estão nos grupos específicos e cuja maioria não pode se sindicalizar – nesse ponto ele provavelmente está certo. Mas em sua fala, ele esquece a massa de anarquistas que aderiram à CGT, muitas vezes há muito tempo, e que não são mais identificáveis como anarquistas, mas como sindicalistas revolucionários. São esses mesmos anarquistas que não verão a necessidade de construir uma organização específica para defender a organização sindical contra as tentativas de controle dos partidos de esquerda.

E quando o *Libertaire* se pergunta durante o congresso de 1913 sobre a diminuição da influência dos anarquistas no movimento sindical, isso soa quase como um mea culpa. No entanto, os anarquistas ainda estão presentes, pois, apesar do congresso de Amiens que ofuscou o antimilitarismo, as resoluções antimilitaristas propostas pela iniciativa dos delegados

anarquistas ainda recebem, até 1914, um número considerável de votos nos congressos.

O relatório do congresso feito pelos *Temps Nouveaux* em 23 de agosto de 1913, e os comentários que se seguem, discorrem longamente sobre a questão sindical. Lê-se que “é importante que os anarquistas se misturem aos sindicatos para semear sentimentos revolucionários e a ideia da greve geral expropriadora”. É bem a hora de sugerir aos anarquistas que “se misturem aos sindicatos”, enquanto o movimento específico havia abandonado o terreno sindical para a corrente reformista em ascensão, se retrancando atrás da atitude maximalista que pregava “a revolução ou nada” e deixando os anarco-sindicalistas se desenrolarem com a luta cotidiana.

Após este congresso de 1913, que finalmente viu o estabelecimento de uma (relativa) coesão entre os anarquistas franceses, realizaram-se muitas conferências regionais. Notemos, no entanto, que a federação do Sudeste, que realizou seu congresso em Lyon, admitia todas as tendências – incluindo os individualistas – mas se opunha à ação sindical. A questão estava, portanto, longe de ser resolvida no movimento libertário.

Resta, no entanto, que o número total de militantes anarquistas deveria ser muito limitado (segundo Maitron,¹⁶¹ cerca de 4000 em todas as tendências), e o número total de militantes anarquistas investidos na CGT ainda mais limitado – o que nos torna ainda mais admirativos ao pensarmos na influência que eles exerceram lá. Essa influência só pode ser compreendida por seu investimento extremo na ação, mas também, certamente, porque os militantes libertários no movimento sindical tinham ao seu redor uma “corrente” importante, feita de círculos concêntricos de simpatizantes, que eles influenciavam. É talvez a própria importância dessa “corrente” que fez com que os militantes libertários não acreditassem que deveria haver uma tendência organizada dentro da CGT, que não parecia, sem dúvida, necessária em um período ascendente, mas que, em um período de refluxo, teria permitido limitar a hemorragia de filiados, conservar posições (o “vetor social”) e, mais tarde, lutar contra a infiltração das frações comunistas na CGT.

Durante uma troca de correspondência, em 12 de outubro de 2015, com Vincent Dubuc, responsável pelo site *lapresseanarchiste.com*, ele me informou que um inventário por departamento elaborado pela polícia no início de 1894 indicava 3005 anarquistas (França e departamentos da África do Norte, admiraremos a precisão do número). Esse número é sem dúvida

161 *Le mouvement anarchiste en France, des origines à 1914*, tome 1, Paris, Éditions Maspero, 1975

lacunar, mas permite ter uma estimativa. Na mesma troca de correspondência, soube que um relatório policial indicava que o *Libertaire* tinha uma tiragem de mais ou menos 9.000 exemplares por semana em 1898 para 320/340 assinantes – o que sugere que as vendas militantes devem ter sido importantes.

No lado do sindicalismo revolucionário, *La Vie ouvrière*, fundada por Monatte em 1909 e que representava então a quintessência do sindicalismo revolucionário, tinha uma tiragem de 2000 exemplares. A *Voix du Peuple*, o semanário da CGT fundado em dezembro de 1900 e que Émile Pouget cuidou até 1908, mostraria um déficit de 8.000 francos em setembro de 1901; mediremos a magnitude desse déficit sabendo que o orçamento confederal na época era de cerca de 4.000 francos... A tiragem, inicialmente prevista para 12.000 exemplares, passou para 8.000 em 1901 e depois para 5.000 em 1902, com uma tiragem média de 4.780 exemplares, segundo Pouget. A queda da difusão só foi contida porque o congresso de Montpellier impôs aos sindicatos confederados a assinatura do jornal, que manteve uma tonalidade anarquista, para grande descontentamento da corrente reformista da Confederação.

Se nos limitarmos às tiragens dos jornais, e se admitirmos que essas tiragens permaneceram constantes durante dez anos, e sabendo também que o *Libertaire* não era o único jornal anarquista em circulação, constatamos que a corrente anarquista e a corrente sindicalista revolucionária tinham tiragens de ordem comparável. Mesmo que admitamos que um exemplar de *La Vie ouvrière* fosse lido por várias pessoas, isso dá uma ideia da relação numérica dos militantes sindicalistas revolucionários em relação aos 600.000 filiados da CGT.

Quando entramos um pouco mais a fundo nas questões e examinamos os fatos (os fatos reais, não os fatos “alternativos”), vemos, portanto, uma realidade em movimento, que pouco se encaixa nas ideias preconcebidas; uma realidade que corresponde pouco às declarações peremptórias. Assim, saber se o sindicalismo revolucionário é uma “estratégia” do anarquismo não tem mais importância. Compreendemos apenas que o sindicalismo revolucionário e o anarquismo têm uma história entrelaçada, cujas peripécias se cruzam, feita de atração e repulsão.

A véspera da guerra, os dias gloriosos do sindicalismo revolucionário estavam há vários anos no passado. A CGT havia sofrido uma sequência dramática de fracassos, incluindo a greve dos ferroviários de 1910 e a greve dos motoristas de táxi de Paris de 1911-1912. Os efetivos da Confederação caíram de 700.000 para 300.000 entre 1912 e 1914. A força emergente agora

é a Seção Francesa da Internacional Socialista (SFIO) – em outras palavras, o Partido Socialista, cujos efetivos triplicaram desde sua criação em 1905. A unificação do movimento socialista criou um novo polo de identificação para a classe trabalhadora.

No entanto, os anarquistas ainda estão bem presentes, pois, apesar da Carta de Amiens que ofuscou o antimilitarismo, as resoluções contra a guerra, propostas pelos anarquistas, ainda recebem até 1914 um número considerável de votos nos congressos.

CONCLUSÃO: QUAL É O FUTURO DO DEBATE SÍNTESE/PLATAFORMA?

Um autor que foi um militante da Federação Anarquista escreveu muito corretamente em 1995 que “apesar das expectativas de seus promotores, não apenas o debate plataforma/síntese não contribuiu para a realização da unidade do movimento, mas irá aumentar ainda mais o confucionismo nas fileiras dos libertários e, portanto, em última análise, dificultar o trabalho de revisão necessária das posições anarquistas tradicionais que, no entanto, a situação impunha”. O autor acrescenta que, porque se esqueceu que o que estava em jogo eram apenas duas opções entre outras, o debate se cristalizou, provocando uma ruptura no movimento anarquista francês, uma “crise que nunca foi verdadeiramente superada até hoje...”¹⁶²

Devo acrescentar que o autor acusa a Federação Anarquista de viver “em um estado de confucionismo organizacional e ideológico” e de ser uma “espécie de monstro híbrido meio plataformista, meio síntesista”. Eu não compartilho absolutamente seu ponto de vista: eu diria que a FA não é nem síntesista (acredito ter mostrado isso) e muito menos plataformista. Essas declarações, feitas há 30 anos, não refletem a situação da Federação Anarquista, nem em 1995, nem hoje. De qualquer forma, o debate sobre a Plataforma na França é relegado a uma simples questão histórica pelas próprias organizações “plataformistas”. Citarei Guillaume Davranche, um militante da *Alternative Libertaire*, que escreve:

“Na França, o debate só se acalmou na década de 1990. René Berthier ou Gaetano Manfredonia propuseram abordagens

162 Gaetano Manfredonia, “Le débat plateforme ou synthèse”, *Itinéraire* n° 13, Voline, 1995.

desapassionadas sobre a questão. A muito síntesista Federação Anarquista (FA) se afastou, na realidade, do catecismo de Sébastien Faure. A União dos Trabalhadores Comunistas Libertários (UTCL), constituída em 1976, por sua vez, rapidamente evoluiu para um superamento da Plataforma da qual retinha mais o espírito do que a letra – a *Alternative Libertaire* se situa nessa continuidade.”¹⁶³

O que Davranche diz é perfeitamente verdadeiro. No entanto, seria presunçoso da minha parte emitir uma opinião sobre a relevância da Plataforma em outros países, especialmente na América Latina. Foram necessárias várias décadas para que na França se percebessem as práticas entre Plataformismo e Síntese, que acabaram por se unificar praticamente: se na FA os militantes que se reivindicam do individualismo são praticamente invisíveis, é impossível distinguir as práticas dos “anarquistas-comunistas” daquelas dos “anarco-sindicalistas”, a maioria dos militantes se qualificando simplesmente de “anarquistas”.

Eu tentei mostrar no que precede que o debate Síntese/Plataformismo tinha um certo interesse histórico, mas que os termos desse debate se tornaram obsoletos após um século. A “síntese” não é mais do que um agrupamento dispar e heterogêneo cujo fracasso foi constatado *pele próprio Sébastien Faure*, mas em vez de atribuir esse fracasso ao método que ele havia adotado, ele o atribuiu à má aplicação desse método. A síntese como a desejava Voline poderia ter resultado em algo positivo, mas ela implicava um trabalho de reflexão que o movimento anarquista da época não parecia estar disposto a fazer, assim como não havia tentado discutir os termos da Plataforma, como seus autores haviam desejado.

A Síntese anarquista e o Plataformismo contribuíram, de certa forma, para estabelecer tipologias do anarquismo, ou seja, para definir os modos de intervenção das diferentes abordagens do anarquismo. Diante da constatação da obsolescência das tipologias até então dominantes, a questão se coloca sobre se existe um método que permita superar as contradições resultantes da oposição Síntese/Plataforma. O livro de Gaetano Manfredonia, *Anarquismo e mudança social: insurrecionalismo, sindicalismo, educacionalismo-realizador* talvez forneça a solução.¹⁶⁴

163 Guillaume Davranche [Alternative libertaire, Paris-Sud] “Avec la “Plateforme”, l’anarchisme tente la rénovation”. <http://www.alternativelibertaire.org/spip.php?article1596>

164 Atelier de création libertaire, 2007.

Manfredonia é atualmente um dos historiadores do anarquismo mais famosos na França. Infelizmente, ele publicou pouco, mas seus livros são sempre de uma clareza e precisão que encantam os leitores. Seu livro torna obsoletas todas as tipologias com as quais, até hoje, tentamos encontrar uma coerência e estabelecer uma “classificação” inteligível entre os muitos correntes que se reivindicam do anarquismo. Eu compartilho muito da sua abordagem, com muito pouca coisa.

Manfredonia acrescenta que esquecemos que a alternativa Plataformismo-síntese não era mais do que duas opções, entre outras. Por causa desse esquecimento, o debate se cristalizou, provocando uma ruptura no movimento anarquista francês. A “Plataforma de Archinov” tenta encontrar uma coerência no anarquismo ao recusar a qualificação de anarquista a certos correntes ou a certas sensibilidades: uma atitude que também se encontra em *Black Flame*. Para Michael Schmidt e Lucien van der Walt, os autores desse livro, o anarquismo se compõe de dois correntes: o insurrecionalismo e o anarquismo de massa, o que não faz sentido: o primeiro é extremamente minoritário, quase marginal, o que Schmidt e van der Walt reconhecem, enquanto que o segundo, o “anarquismo de massa”, é composto por dois correntes muito diferenciadas que é impossível confundir: anarquismo-comunismo e anarco-sindicalismo. Desde o início, temos um método de abordagem totalmente confuso.

Além disso, os autores de *Black Flame* não reconhecem que o individualismo é uma corrente anarquista, enquanto a maioria dos insurrecionalistas se qualifica como individualistas e vice-versa: o individualismo e o insurrecionalismo são duas correntes muito estreitamente ligadas. Portanto, partindo do princípio de que o insurrecionalismo é uma corrente do anarquismo, não há razão para recusar essa qualificação ao individualismo...

A abordagem de Manfredonia supera essa contradição. Ele propõe tipologias que não são rígidas e que evitam também todas as confusões geradas pelo conceito de “Broad Anarchist Tradition” (Grande Tradição Anarquista) ao qual *Black Flame* recorre, permitindo categorizações muito mais precisas.

Baseando-se na “sociologia compreensiva” de Weber, Manfredonia considera que é necessário “romper com as interpretações habituais do anarquismo, todas aquelas que colocam ênfase na história das ideias ou dos

Ver: <https://ielibertarios.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/01/sobre-anarquismo-e-mundanca-social.pdf>

movimentos”; e propõe concentrar-se resolutamente no estudo das práticas militantes. A partir desse método, ele define três “tipos ideais” de ativismo libertário: o tipo insurrecional, o tipo sindicalista e o tipo educacional-realizador. Essa nova tipologia é muito mais pertinente do que a “grade de leitura” definida por Faure em 1928 na síntese anarquista, que foi a origem de muitos clichês... mesmo que nenhum historiador sério tenha utilizado essa categorização. Para reforçar sua tese, Manfredonia observou que muitos insurrecionalistas também eram educadores e sustentavam que as massas deveriam ser educadas. Assim, não pertencemos a uma categoria fixa e imutável; podemos pertencer a várias categorias em graus variáveis, dependendo do tempo e das circunstâncias.”

O livro de Manfredonia oferece uma leitura que vai além do antagonismo Plataforma/Síntese: ele não fixa as diferentes formas de anarquismo em ‘caixas’ rígidas. O insurrecionalismo, o sindicalismo ou o educacionismo-realizador não são tipos que se opõem, mas tipos que podem se suceder cronologicamente ou coexistir em combinações variadas, dependendo das necessidades e do contexto político e social.¹⁶⁵

Segundo ele, o movimento anarquista francês antes de 1914 teria conhecido uma fase insurrecional inicial (1878-1886), uma reorientação “sindicalista” em 1888, um breve retorno ao insurrecionalismo com os ataques de 1892-1894, e então a instalação definitiva na visão sindicalista, pontuada por breves explosões de insurreição quando os conflitos sociais eram urgentes. Nessa sucessão, é o mesmo movimento libertário que adotou atitudes diferentes (“estratégias”, diriam Michael Schmidt e Lucien van der Walt) adaptadas às circunstâncias e às necessidades do momento.

A passagem por essas fases não teria impedido a permanência à margem de um corrente educador-realizador, na qual podemos incluir os individualistas, os cooperativistas e diversos humanistas relutantes à ideia de revolução e ligados a uma visão “gradualista” da transformação social. Mas aprisionar o anarquismo em duas ou três gavetas não muda o fato de

165 O conceito de “insurrecionalismo” é extremamente confuso e sujeito a muitas interpretações. Considero que não há nada em comum entre o insurrecionalismo que consiste em organizar uma revolta em massa para quebrar um golpe fascista, como foi o caso em julho de 1936 na Espanha, e o fato de matar 30 pessoas inocentes para reagir a um ato que eles não cometeram: Este não é um ato insurrecional, mas um assassinato. Ora, na tipologia anarquista, estes dois casos entram na categoria de “insurrecionalismo”.

que ele foi cristalizado em categorias que não traduzem necessariamente a realidade fluante e complexa.

- A síntese de Faure não foi baseada em algo objetivo; foi baseada em considerações de ordem tática, em um momento em que era necessário bloquear a Plataforma de Archinov.

- O ponto de vista de *Black Flame* limita artificialmente o movimento libertário a duas correntes, uma numericamente insignificante, cujo único feito de armas é ter realizado ações espetaculares, cujo balanço em termos de emancipação é discutível; a outra corrente (o ‘anarquismo de massa’) cuja importância é artificialmente inflacionada:

a) pelo aumento artificial do número dos adeptos do anarquismo, juntando-lhes os anarco-sindicalistas e qualificando isto como “anarquismo de massa”;

b) atribuindo abusivamente o qualificativo de “anarquista” a correntes ou indivíduos que não o reivindicam ou que o rejeitam.

Manfredonia descreve “tipos ideais” que aparecem e se combinam em proporções variáveis, de acordo com as circunstâncias e as necessidades: resulta que o antagonismo entre Síntesismo e Plataformismo é superado. Assim, pontes podem se formar entre um e outro tipo, de acordo com as necessidades, sem qualquer petrificação em um compartimento estanque. E sem que nenhum desses tipos possa pretender representar o anarquismo.

Essa abordagem revela uma coerência onde parecia haver uma certa incoerência. Vemos que, nos tipos ideais de Manfredonia, o individualismo não é mencionado, mesmo que este autor seja um especialista em anarquismo individualista, do qual fez sua tese de doutorado! Os três tipos ideais descritos por Manfredonia, e suas diferentes variações e combinações, são de certa forma as diferentes estratégias possíveis do anarquismo adaptadas às circunstâncias que as tornam necessárias. Portanto, não estamos aprisionados em compartimentos onde cada um afirma que apenas a insurreição, apenas o sindicalismo ou apenas a educação podem levar à emancipação: a estratégia adotada pelo movimento anarquista pode se referir, dependendo das circunstâncias, a um ou mais desses tipos ideais e em graus diversos.

A questão do individualismo, cuja adesão ao anarquismo é contestada por alguns autores, mas cuja existência, do ponto de vista histórico, não

pode ser negada, é de certa forma “resolvida” por sua “relegação” à categoria de “educador”, onde aparece como um elemento marginal.

Schmidt-van der Walt poderiam aceitar a tipologia de Manfredonia, mas não seu argumento de que o anarquismo remonta a 1830-1850, com Godwin, entre outros. Nesse ponto, concordo com Schmidt-van der Walt; Godwin não pode ser descrito como um anarquista, propriamente dito. Mas, como Manfredonia, penso que ele não pode ser descartado de uma reflexão séria sobre a gênese do anarquismo: a qualidade de *precursor* poderia ser um bom compromisso: Ele é indiscutivelmente um precursor do anarquismo educacional, como eu tentei mostrar na minha tese de mestrado na Sorbonne.

Enquanto Michael Schmidt e Lucien van der Walt tendem a abordar a definição do anarquismo com uma visão restritiva, excluindo um certo número de autores e correntes tradicionalmente ligadas a essa corrente, Manfredonia tem uma visão mais ampla: ele declara que o conceito de anarquismo “deve ser considerado como englobando realidades muito mais amplas do que as manifestações dos movimentos anarquistas que se definem como tais” – o que, paradoxalmente, coincide com o ponto de vista dos autores de *Black Flame* com sua “Broad Anarchist Tradition” que engloba correntes antiautoritárias, mas que não se reivindicam explicitamente como anarquistas.

No entanto, Manfredonia acrescenta que “fazer coincidir o nascimento do anarquismo como uma corrente política e social em si com a formação de uma doutrina ou de um movimento anarquista ‘específico’ imediatamente após a Comuna – como foi o caso até agora na maioria dos historiadores e militantes – equivale a dar uma definição extremamente redutiva dessa corrente”.

Eu penso que o anarquismo se formou em várias etapas, de certa forma pela via experimental e por aproximações sucessivas. É ao mesmo tempo uma corrente de pensamento e um movimento, cujo objetivo é a emancipação humana. A sua primeira formulação foi feita por Proudhon, que lhe forneceu o essencial dos fundamentos teóricos extraídos da observação do movimento operário da época, e que foi imediatamente assimilado por este; encontrou uma forma prática, sempre pela via experimental, através das lutas e debates dentro da Primeira Internacional e através das formulações que lhe deu Bakunin. O fato de que o projeto de emancipação humana tenha sido assumido pela classe operária não é casual: pelo mesmo fato de ela ser potencialmente capaz, ao cessar o trabalho, de

bloquear todo o sistema, ela também é potencialmente capaz se as circunstâncias forem favoráveis, retomar o sistema em benefício da coletividade: Bakunin mostrou, no entanto, que qualquer tentativa revolucionária que fosse feita sem a aliança com o campesinato estaria fadada ao fracasso.

Eu não compartilho a abordagem inclusiva de Manfredonia: acredito que o anarquismo continua sendo uma doutrina política e social que implementa uma prática coletiva na classe trabalhadora em sentido amplo, o que exclui as “personalidades libertárias” que Manfredonia considera “interessantes”, mas cujo único defeito foi “afirmar que as mudanças desejadas para alcançar uma sociedade anarquista poderiam ser obtidas apelando aos melhores interesses dos indivíduos sem que fosse necessário converter previamente as massas às ideias libertárias, nem organizar os anarquistas em um partido para empurrar o povo à revolução” – uma formulação um tanto confusa.

Na realidade, as diferentes abordagens para considerar a mudança social não podem, como diz Manfredonia, “ser explicadas sem fazer referência constante aos modelos ou às práticas que se afirmam ao mesmo tempo dentro dos movimentos sociais que emergem após o episódio da Revolução Francesa e a afirmação do capitalismo industrial”. Manfredonia levanta assim a questão dos movimentos precoces do anarquismo e dos pensadores que foram pioneiros.

Referindo-se às principais figuras do movimento anarquista antes da Comuna, Manfredonia sustenta que “suas propostas só podem ser compreendidas em relação às questões, tentativas, fracassos e esperanças que agitam ao mesmo tempo os movimentos sociais de sua época”. Segundo ele, não haveria um corrente sistematicamente favorável a soluções violentas e uma corrente sistematicamente favorável a soluções gradualistas. As soluções insurrecionais se desenvolvem quando uma perspectiva de curto prazo aparece; em seguida, desaparecem em favor de soluções gradualistas quando apenas soluções de longo prazo parecem possíveis. Essas são as diferentes opções que se impõem em diferentes contextos.

O tipo sindical ideal, por exemplo, contém uma boa dose de visão insurrecional, a greve geral sendo percebida, desde os primórdios do movimento operário, como o equivalente da revolução social. Nessa perspectiva, a questão não se coloca mais em termos de oposição sistemática entre diferentes estratégias do movimento, mas em termos de

capacidade de redirecionar uma estratégia para outra, dependendo do contexto. Na realidade, as coisas não acontecem assim: a maioria dos militantes adota uma estratégia e não está disposta a mudar: os insurrecionalistas permanecem insurrecionalistas, os gradualistas permanecem gradualistas, etc. Essa é provavelmente uma das causas da fraqueza do movimento libertário hoje: sua incapacidade de se adaptar aos contextos que evoluem.

Para Manfredonia, a questão não se coloca mais em termos de oposição sistemática entre diferentes estratégias do movimento, mas em termos de capacidade de redirecionar uma estratégia para outra, dependendo do contexto. Todos os congressos sindicais da CGT do período heroico advertiram que desencadear uma greve geral equivalia a desencadear a revolução. Mas o sindicalismo também se insere no tipo ideal educacional: desde a Associação Internacional dos Trabalhadores, depois com o movimento sindicalista revolucionário, o sindicato é um grupo chamado a ser a base da reorganização da sociedade.

É inegável que o anarquista Fernand Pelloutier foi um educador da classe trabalhadora, tanto quanto um organizador. O desprezo de muitos autores pela educação é contraproducente; quando se mede a ignorância da maioria da população e a sua falta de sentido crítico, compreende-se até que ponto isso é um obstáculo à sua emancipação. Ora, o movimento operário, e em particular os militantes anarquistas, estavam perfeitamente conscientes deste facto e é por isso que as bolsas de trabalho animadas pelo anarquista Fernand Pelloutier tinham uma intensa actividade de formação e educação dos trabalhadores.

Além das hipóteses metodológicas que nos permitem compreender melhor o movimento libertário, Manfredonia nos oferece, em conclusão, alguns elementos – infelizmente muito sucintos – que se dedicam a uma reflexão sobre o futuro do movimento. Ele nos lembra de Reclus, que dizia que as revoluções eram o resultado de longos períodos de evolução e transformação das consciências. Mas ele concluía seu discurso eminentemente gradualista com um apelo à revolução: “Então, os grandes dias estão à nossa frente. A mudança está feita, a revolução não tardará.”

Manfredonia poderia ter citado a carta que Bakunin escreveu a Reclus pouco antes de sua morte: “Atualmente, a revolução voltou para sua cama”, dizia ele, “nós caímos no período de evolução, ou seja, nas revoluções

subterrâneas, invisíveis e muitas vezes insensíveis.”¹⁶⁶ Bakunin não se tornou repentinamente “reformista” ou gradualista: ele simplesmente reconhece que a história é cíclica e que o período que se segue à derrota da França pela Prússia e ao esmagamento da Comuna de Paris é um ciclo de retrocesso. Mas ele também declarou que chegamos a uma época em que os recursos que o Estado agora tem para impedir uma revolução são desproporcionais àqueles que o proletariado pode opor a ele. Portanto, Manfredo tem razão ao dizer em sua conclusão que “em geral, todos os militantes tendem a subestimar as capacidades de resistência do Estado ou da burguesia.” O autor de *Anarquismo e mudança social* conclui observando que o fracasso das visões insurrecionais e sindicalistas da mudança social ao longo do século XX não resultou no “declínio irreversível do anarquismo.” A sobrevivência do anarquismo, diz ele, vem da “multiplicidade das práticas libertárias” que permitiram a esse corrente “enfrentar os novos desafios impostos pela transformação das condições políticas e sociais nos países industrializados, sem perder sua identidade.”

A ressalva que eu gostaria de fazer ao final do livro de Gaetano Manfredo é que o autor parece assumir que apenas a solução gradualista permanece operativa hoje. É verdade que a constatação da “erosão de uma consciência de classe autônoma entre os trabalhadores” pode sugerir que essa opção gradualista é a única que resta ao movimento libertário. Mas, justamente, parece que o papel do movimento libertário é lutar contra essa erosão, reconquistando o terreno perdido [o “vetor social”] na consciência de classe do proletariado. Sabemos que não se pode desencadear uma revolução de forma voluntarista: ela surge, simplesmente. O desenvolvimento maciço do que Manfredo chama de “práticas libertárias” poderia ser uma vantagem incontestável, mas o grau mais ou menos elevado de preparação de uma organização revolucionária e sua implicação mais ou menos grande nas lutas sociais podem fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso.

Por sorte, o ano de 1926 viu a publicação de outros dois textos, *Synthese anarchiste* de Voline (seguido de perto pelo de Sébastien Faure) e a carta de Lyon da CGT-SR. A coincidência desses três textos não é fortuita; resume os debates que ocorreram dentro do movimento anarquista e do movimento operário no pós-guerra, durante os quais houve profundas mudanças nos movimentos sociais.

166 Élisée Reclus, *L'Évolution, la révolution et l'idéal anarchique*, 1898, Paris, Stock, 1979.

Dando um passo atrás, chega-se rapidamente à conclusão de que os debates que ocorreram nos anos seguintes à Primeira Guerra Mundial e à Revolução Russa levantaram a questão da relação entre organização revolucionária e organização de massas. A experiência mostrou que a abordagem leninista levou à catástrofe que conhecemos. O movimento anarquista deve encontrar sua abordagem livrando-se dos arcaísmos que o impedem de avançar.

FIN

“Reflexões sobre o ‘plataformismo’ e o ‘síntesismo”	1
1. – APRESENTAÇÃO	5
A “síntese” de Voline	5
A Plataforma de Archinov	6
“Resposta à Plataforma”	11
A “síntese” de Sébastien Faure	14
A CGT-SR	15
2. – O DEBATE SOBRE O PLATAFORMISMO	22
Concepções velhas de 90 anos	23
“Lifestyle anarchism”	26
Algumas palavras sobre o “caso” Fontenis	28
A obsessão organizacional	31
3. – A QUESTÃO HOJE	33
O “síntesismo” visto por alguns plataformistas	33
Nappalos vs síntesismo	34
Plataformismo e marxismo libertário	38
Sobre o “síntesismo” da Federação Anarquista	40
A votação por unanimidade	45
4. – FEDERALISMO ?	48
Ultrapassar o nível da empresa	49
Federalismo e “centralismo democrático”	50
Estruturas intermediárias	51
5. – O “ESPECIFISMO”	52
A FAI, modelo de organização específica?	54
O dualismo organizacional	57
6. – A CONTRIBUIÇÃO DE G.P. MAXIMOV	62
A fase construtiva do anarquismo	64
A situação geral	66
Diagnóstico e tratamento	67
Sobre a fraqueza do movimento	68
Transição	69
6. – TROCA MALATESTA / MAKHNO	71
7. – SOBRE O CONGRESSO ANARQUISTA INTERNACIONAL DE 1937	75
“O anarco-sindicalismo é um movimento orgânico e organizado”	76
Convencer os anarquistas a se juntarem ao movimento sindical	79
CONCLUSÃO: QUAL É O FUTURO DO DEBATE SÍNTESE/PLATAFORMA?	83
FIN	88